

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGHIST)**

**INDÍGENAS NO SERTÃO DE ÁGUAS DA CAPITANIA DO MARANHÃO:**  
*“dezinfeção”* na Ribeira do Alto Mearim

**ARETUSA BRITO RIBEIRO PENHA EVERTON**

SÃO LUÍS - MA  
2021

**ARETUSA BRITO RIBEIRO PENHA EVERTON**

**INDÍGENAS NO SERTÃO DE ÁGUAS DA CAPITANIA DO MARANHÃO:  
“dezinfeção” na Ribeira do Alto Mearim**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão com vistas à obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Márcia Milena Galdez Ferreira.

SÃO LUÍS - MA  
2021

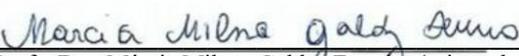
**ARETUSA BRITO RIBEIRO PENHA EVERTON**

**INDÍGENAS NO SERTÃO DE ÁGUAS DA CAPITANIA DO MARANHÃO:  
“dezinfectação” na Ribeira do Alto Mearim**

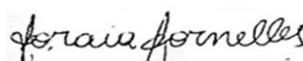
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão com vistas à obtenção do título de Mestre.

Banca avaliadora: 16/07/2021.

**BANCA EXAMINADORA**

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Márcia Milena Galdez Ferrera (orientadora)  
(PPGHIST/UEA)

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Helidacy Maria Muniz Corrêa (arguidora)  
(PPGHIST/UEMA)

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Soraia Sales Dornelles (arguidora)  
(PPGHIS/UFMA)

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Alan Kardec Gomes Pachêco Filho (Suplente)  
(PPGHIST/UEMA)

Everton, Aretusa Brito Ribeiro Penha.

Indígenas no Sertão de Águas da Capitania do Maranhão: “dezinfeção” na Ribeira do Alto do Mearim. / Aretusa Brito Ribeiro Penha Everton. – São Luís, 2021.

144 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST), Universidade Estadual do Maranhão, 2021.

Orientador: Profa. Dr<sup>a</sup> Márcia Milena Galdez Ferreira.

1. Ensino de História. 2. História Indígena. 3. Dezinfeção no Sertão do Maranhão. 4. Alto Mearim. 5. As Raízes de Teçá. I. Título.

CDU: 93/94: 930.85 (=1-82)(812.1)

*Para minha família, de forma especial,  
aos amores da minha vida: “Bzão” - Carlos  
Eduardo e minha Duda.*

*A todas as etnias indígenas do Brasil.*

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vontade de continuar, mesmo quando tudo parecia adverso.

À coordenação e à equipe da secretaria do mestrado, pela organização, pelo apoio e pela compreensão nos meus momentos durante essa jornada.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST), pelas contribuições com suas reflexões acerca de conceitos e teorias essenciais para esse trabalho. De forma especial, ao professor e amigo Alan Kardec Gomes Pachêco Filho, que, para além do trabalho desenvolvido na disciplina, muito me ajudou a compreender melhor o nosso Sertão de Águas.

À minha orientadora, professora Márcia Milena Galdez Ferreira. Obrigada pelo apoio e pelas contribuições valiosas para o desenvolvimento e para a finalização dessa pesquisa.

À banca de qualificação e de defesa, composta pelas professoras Helidacy Maria Muniz Corrêa e Soraia Sales Dornelles. Foi uma honra receber suas observações inestimáveis.

A todas as etnias indígenas do Brasil e, em especial, às do Maranhão. Obrigada por me inspirarem a ser e a existir.

Ao meu amor, marido, melhor amigo, professor, maior incentivador, “Bzão” - Carlos Eduardo Penha Everton. Obrigada pelo carinho de sempre, pelos puxões de orelha, sempre acompanhados por um “Você consegue! É tão inteligente! Vá lá e faça!”. Obrigada pelos cafés nos momentos de cansaço, pelas longas conversas sobre a temática, madrugada a dentro. Obrigada pelas leituras compartilhadas comigo. E, o mais importante de tudo, muito obrigada não por “me ajudar”, mas, sim, por fazer a sua parte desde sempre nos cuidados com a nossa filha e no andamento de tudo em casa, possibilitando que eu pudesse me dedicar ao IFMA e ao PPGHIST. És minha vida!

Ao meu raio de sol, meu coração fora do corpo, minha filha Maria Eduarda, por entender os meus momentos de ausência física e de reclusão para escrever. Obrigada pelas visitas ao nosso escritório e pelo interesse acerca do que eu estava fazendo. Obrigada por suas “contribuições”, dando sua opinião sobre a temática e algumas dicas de fontes. Você é especial e eu sou sortuda de tê-la na minha existência.

Aos meus pais, Rosa Angélica e José Juvenal (*in memoriam*), por terem priorizado minha formação. Sei das tantas outras coisas que abriram mão para que eu pudesse trilhar rumo a esse momento. Muito obrigada por todo o amor que me dedicaram sempre.

Aos meus irmãos, Sheila, Monalisa, Roitman e Robert (*in memoriam*). Vocês são parte de mim, do que eu sou e do que conquistei. Às minhas sobrinhas Maju, Tasha, Isla e Maria Angélica. A alegria e o amor de vocês transformam. Aos cunhados Alex e Raquel, obrigada por terem escolhido fazer parte da minha família.

A Dona Graça, Seu Mano, Ciane, Zé, Chico, Fabrício, Gabi e Guilherme. Vocês são minha família de coração. Obrigada pelo apoio para que eu pudesse cursar o PPGHIST. Muito obrigada pela hospedagem, pela alimentação e pelo traslado, assim como pelo incentivo que sempre foi materializado na forma de amor.

À Luna, por seu companheirismo e pelo amor incondicional, que me acalentaram nos muitos momentos de angústia. Você é gente!

Aos colegas de trabalho do IFMA Campus Grajaú e IFMA Campus Barra do Corda, pelo convívio, que me proporciona muitos aprendizados. Ao NEABI do Campus Grajaú, pela oportunidade de contato com leituras e debates que muito ajudaram na minha pesquisa.

Aos meus alunos, por me inspirarem a querer ser uma profissional sempre melhor.

A todos os habitantes dos vários Sertões do Maranhão.

“A ancestralidade sempre ensinou que o sentido da vida é o coletivo”.

Guajajara (2020).

## RESUMO

Esta pesquisa analisa a agência indígena no Sertão de Águas da Capitania do Maranhão: “*dezinfectação*” na Ribeira do Alto Mearim, investigando como esses povos influenciavam um momento de interiorização da fronteira colonizadora, tecendo alianças e, às vezes, fazendo guerras com os não indígenas. Foram usados dados de fontes primárias do Arquivo Público do Estado do Maranhão e relatórios de viagens de militares expedicionários. Empregou-se a abordagem da Nova História Indígena, buscando uma História Social das relações e dos conflitos entre indígenas e agentes coloniais (igreja, moradores e militares), abordando suas ações no trato com os indígenas nos Sertões. Problematizou-se a presença e a agência indígena no processo de interiorização da fronteira colonizadora, discutindo-se o sentido do termo “*dezinfectação*” no contexto das ações do Estado e a resistência indígena na Ribeira do Alto Mearim, nos Sertões dos Pastos Bons. Os resultados estão sendo apresentados também no formato de produto educacional: a animação “*Raíces de Teçá*”.

**Palavras-Chave:** Ensino de História. História indígena. “*Dezinfectação*” no Sertão do Maranhão. Alto Mearim. “*Raíces de Teçá*”.

## ABSTRACT

This research analyzes the indigenous agency in the Sertão de Águas da Capitania do Maranhão: "dezinfeção" in Ribeira do Alto Mearim, how these peoples influenced this moment of internalization of the colonizing border, weaving alliances and sometimes making wars with non-indigenous peoples. Data from primary sources of the Public Archive of the State of Maranhão and travel reports of expeditionary military personnel were used. The approach of the New Indigenous History was used, seeking a Social History of the relationships and conflicts between indigenous people and colonial agents: church, residents, military and their actions in dealing with indigenous people in the Sertões. He problematized the presence and the indigenous agency in the process of interiorization of the colonizing frontier, discussing the meaning of the term "dezinfeção" in the context of State actions and indigenous resistance in Ribeira do Alto Mearim, in Sertões dos Pastos Bons. The results are also being presented in the format of an educational product, the animation "Raízes de Teçá".

Key words: History teaching. Indigenous history. "Dezinfeção" in the Sertão do Maranhão. Alto Mearim. "Raízes de Teçá".

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1– Bacias Hidrográficas do Maranhão .....	29
Mapa 2 – Potencial Hidrográfico do Maranhão e Sistema Fluvial do Território Maranhense	31
Mapa 3 – Biomas maranhenses que mostram a diversidade de características das formações naturais do território do Maranhão .....	37
Mapa 4 – Mapa que mostra as altitudes existentes no território maranhense. A diversidade do relevo e a elevação do solo têm, também, influências nas características naturais de cada região .....	38
Mapa 5– O Sertão dos Pastos Bons, no mapa do livro Varando Mundos: Navegação no Vale do Rio Grajaú, de autoria do Professor Alan Kardec Pachêco Filho (2016), em destaque, na área mais escura do mapa .....	42
Mapa 6– Bacia Hidrográfica do Mearim, altamente "capilarizada" por rios e afluentes que, juntamente a outros rios e bacias importantes, atraíram e tornaram possível a penetração no Sertão dos Pastos Bons .....	43
Mapa 7 – Mappa geographico da Capitania do Maranham, que pode servir de Memoria sobre a População, Cultura e Couzas mais notáveis da mesma Capitania. Francisco de Paula Ribeiro 1819 .....	52
Mapa 8 – Mappa geographico da Capitania do Maranham, que pode servir de Memoria sobre a População, Cultura e Couzas mais notáveis da mesma Capitania. Francisco de Paula Ribeiro 1819 .....	53

## **LISTA DE IMAGENS**

Imagem 1 – Índia Teçá, com produção técnica da Cactus Comunicações.....	115
Imagem 2 – Storyboard .....	128
Imagem 3 – Telas para aprovação de ângulos .....	129
Imagem 4 – Produção das expressões da Teçá / Produção técnica: Cactus Comunicações...	130

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

APEM	Arquivo Público do Estado do Maranhão
IFMA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
NEABI	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas
PPGHIST	Programa de Pós-Graduação em História
SAGRIMA	Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca
SIGITE	Sistema de informações gerenciais e inteligência territorial estratégica do Maranhão
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
2	<b>O SERTÃO DA CAPITANIA DO MARANHÃO E SEUS ELEMENTOS</b> .....	24
2.1	<b>Paisagem natural e o “Sertão de águas”:</b> Sertão e Sertões no Maranhão .....	24
2.2	<b>O Rio Mearim e sua importância no início do século XIX</b> .....	44
3	<b>“DEZINFESTAÇÃO”:</b> DISPUTAS PELO ESPAÇO NO SERTÃO DA CAPITANIA DO MARANHÃO .....	55
3.1	<b>“Dezinfestar” para avançar!</b> .....	55
3.2	<b>Os indígenas e sua presença nos Sertões dos Pastos Bons</b> .....	61
3.3	<b>Indígenas ante as ações do Estado nas primeiras décadas do Oitocentos</b> .....	67
4	<b>INDÍGENAS E COLONIZAÇÃO DO ESPAÇO DA CAPITANIA DO MARANHÃO</b> .....	72
4.1	<b>Liberdade? Legislação relacionada ao indígena no início do século XIX</b> .....	72
4.2	<b>Entre a cruz e a espada: relações entre indígenas e não indígenas a partir da fronteira de colonização</b> .....	76
4.2.1	<i>Caminho da salvação: a igreja na colonização do “Sertão do Alto Mearim”</i> .....	82
4.2.2	<i>O braço da lei: militares e suas funções no Sertão</i> .....	89
4.3	<b>“Dezinfestação” e resistência na Ribeira do Mearim</b> .....	97
5	<b>A ACADEMIA NO CHÃO DE SALA DA EDUCAÇÃO BÁSICA</b> .....	106
5.1	<b>O nascimento do produto</b> .....	106
5.2	<b>Para além da colônia! Teçá nos conta</b> .....	113
5.2.1	<i>Criação da animação</i> .....	117
6	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	132
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	136

## 1 INTRODUÇÃO

Apresentamos a pesquisa sobre os Indígenas no Sertão de Águas da Capitania do Maranhão: “*dezinfeção*” na Ribeira do Alto Mearim.

A escolha da temática para a presente pesquisa foi, de certo modo, resultado de reflexões e inquietações a partir de experiência pessoal vivenciada no centro sul maranhense, especificamente no município de Grajaú. Desde cedo, foi possível ter contanto com as populações indígenas do entorno da cidade. Durante o ensino fundamental, estivemos em salas de aula onde alguns indígenas da etnia Tenetehara Guajajara foram nossos colegas de turma. As relações eram ditadas pela barreira linguística. A língua portuguesa também soava como um entrave para aquela situação, que já se apresentava delicada por conta de uma carga emocional, fruto de anos de contatos repletos de preconceitos. Estivemos em sala de aula com o professor “caboco”, figura muito distinta e que levava a sério seu labor nas salas de aula de Grajaú, como fez durante muitos anos ainda. Hoje, percebemos o quão simbólico era ter um docente indígena naqueles não tão distantes – anos de 1980 – e só conseguimos ter uma vaga ideia de como deve ter sido difícil para esse indivíduo, que circulava pelas salas de aula de escolas públicas e privadas do município, tendo que lidar diariamente com as situações de ignorância sobre as culturas indígenas e com o preconceito sobre seu desempenho profissional devido ao fato de ele ser indígena.

Era perceptível e intrigante a maneira como os indígenas, tão presentes no lugar, alguns residentes na área urbana, não gozavam de boa aceitação por parte da população daquele município. Essa situação lançava sobre ele – o professor – uma carga imaginária desabonadora de sua conduta em quase todas as situações.

Nossa experiência durante a infância foi, em diversas vezes, marcada pela repreensão, devido ao fato de nossa família ser muito próxima dos “cabocos”. Crescemos ouvindo parentes e vizinhos repreenderem seus filhos com dizeres pejorativos relacionados a esses povos, tais como “vai pra rua que ‘índio’<sup>1</sup> te pega” ou “procura estudar, senão vai ficar que nem índio”. Assim, de maneira muito transparente, o lugar do indígena na nossa história ia se delineando. Sobre a denominação “caboco”, é importante esclarecer que essa é uma das

---

<sup>1</sup> As aspas na palavra índio se devem ao fato de que, no contexto mencionado, a entonação com a qual era falada essa palavra por si só já trazia uma construção de preconceito não sobre um indivíduo, mas sobre todos os povos indígenas, como se fossem uma massa homogênea, desprovida de individualidades.

identificações dadas para maioria das etnias que circulam em Grajaú. Só fomos entender o real sentido dessa denominação anos mais tarde. Hoje, a entendemos como mais uma forma de homogeneização que torna os indígenas ainda mais distantes da população não indígena.

Pollak (1989) afirma que a memória coletiva, a partir da perspectiva construtivista, apresenta a investigação de como os fatos sociais se tornaram o que são, quem e como são solidificados e dotados de duração e estabilidade. Fala de batalhas de memória, que remetem a uma reescrita da história para que seja feita uma revisão da memória coletiva e esse processo invada o espaço público, trazendo logicamente uma disputa acirrada pela tutela da verdade. Isso posto, o silêncio sobre o passado não conduz ao esquecimento. Ao contrário, ele seria resistência da sociedade civil ao excesso de discursos oficiais.

Assim, seguindo nossa memória, buscamos mais peças para a elucidação de como chegamos em pleno século XXI com o imaginário sobre os indígenas ainda tão aquém da realidade que hoje, com olhar de historiadora, enxergamos finalmente.

Diante da constatação de permanências coloniais nas relações entre indígenas e não indígenas, voltamo-nos, então, para uma pesquisa que visa a contribuir como subsídio para que docentes, discentes e para que a sociedade brasileira de maneira geral possa repensar lugares sociais herdados do contexto da América portuguesa.

Apresentamos, como fim para essa pesquisa, a tarefa de analisar as agências indígenas na Ribeira do Alto Mearim, no contexto do processo de interiorização da colonização do sertão maranhense, a “dezinfestação”<sup>2</sup>, que deveria limpar esses espaços para o avanço dos colonos. Abordaremos como isso impactou as relações entre os diversos povos indígenas que habitavam essa Ribeira e os não indígenas, que entravam cada vez mais pelo sertão no período das duas primeiras décadas do século XIX. Acreditamos que o retorno à América portuguesa é necessário para que haja uma problematização e uma reavaliação de lugares sociais contemporâneos.

Alguns trabalhos desenvolvidos na academia já apontam para uma tentativa de novas abordagens sobre os povos indígenas na História do Brasil. John Manuel Monteiro, nos anos de 1980 e 1990, desenvolveu uma pesquisa intitulada “Negros da Terra”, que renova os estudos a respeito da História Indígena. O autor atenta para a articulação entre as chamadas

---

<sup>2</sup> Grafia presente na documentação analisada, datada do período colonial. É possível também encontrar “desinfecção” com o mesmo sentido de “dezinfestação”, termo que posteriormente será analisado.

bandeiras e a produção agrícola de São Paulo, sinalizando para o uso da mão de obra escrava indígena, adquirida por meio dos apresamentos, das guerras movidas contra os indígenas e dos descimentos, que tornavam viável a lavoura paulista. Destaca ainda a importância do processo de inserção dos indígenas na sociedade paulista.

A evangelização na América portuguesa é trabalhada em Pompa (2003), que defende a perspectiva de que o processo ocorrido nos aldeamentos indígenas foi, antes de tudo, obra da mediação entre os missionários e os indígenas. O resultado seria a prática de traduções mútuas, influenciando na dinâmica tanto da ação missionária, que busca aproximação com o indígena a partir da tradução e da adaptação da religião cristã para as línguas indígenas, quanto da recepção indígena, uma vez que os índios tinham contato com as traduções, mas apreendiam as referências dentro de sua própria compreensão de mundo.

A respeito da sociedade da região amazônica no período colonial, Domingues (2000) busca analisá-la a partir da aplicação do Diretório dos Índios. Essa legislação é caracterizada pela autora como assimilacionista, pois mirava integrar os indígenas como súditos iguais aos outros habitantes da colônia. A autora destaca que os planos da Coroa portuguesa e a execução da lei nem sempre marcharam juntos. Sobre a atuação dos indígenas, podemos afirmar que eles agiam diretamente sobre os seus rumos tanto ao buscarem participação na administração das vilas de indígenas criadas para civilizar quanto ao resistirem à assimilação pretendida pelos europeus. Essa produção esclarece bastante sobre a agência dos povos indígenas durante a segunda metade do século XVIII.

Em Almeida (2010), é chamada a atenção para a ação indígena que move a história do Brasil e que, há até bem pouco tempo, não ocupava o espaço devido nas abordagens históricas e de outras disciplinas. Esse novo olhar para antigas certezas proporciona o surgimento de pesquisas que fazem uma visita a fontes antigas e as analisa sob essa perspectiva da Nova História Indígena. Essa perspectiva se aproxima do papel da contínua transformação da experiência de contato, os vários interesses dos envolvidos naquele contexto que demonstraria essa participação ativa e, por vezes, direcionadora das relações entre colonizadores e indígenas na colônia. Importantes os entendimentos de dinamicidade das relações, com variações de motivos e mudanças de posturas de acordo com a situação, o tempo e a região, bem como poderiam ter significações diversas.

Sobre o Maranhão Colonial, alguns trabalhos foram realizados na primeira metade do século XVIII. Em Bombardi (2014), é proposta a investigação dos descimentos no Estado do Maranhão e Grão-Pará entre os anos de 1680 e 1750. Bombardi explica que essa política se constituiu na saída de nativos dos seus territórios para habitarem as aldeias missionárias administradas por religiosos regulares pertencentes às ordens atuantes no Estado, buscando compreender os diversos sentidos e interesses que giravam em torno da efetivação dessa prática, promovida por diferentes agentes, indígenas e não indígenas.

Chambouleyron et al. (2009) buscam compreender como a violência se tornou um elemento essencial da política da Coroa e de boa parte dos portugueses em relação aos indígenas, durante o século XVIII, no Estado do Maranhão e Grão-Pará. Os autores indicam que as guerras e os descimentos de povos indígenas permitem perceber que as categorias de indígenas inimigos e aliados eram pouco definidas. Portanto, apontam como a violência foi o mecanismo usado pelos colonizadores para interiorizar a fronteira. Afirmam que, apesar da legislação vigente, o cotidiano mostrava a necessidade de adaptação em cada situação. Os documentos analisados pelos autores demonstram uma forma de resistência dos indígenas e uma compreensão das estruturas administrativas que os cercavam, servindo como exemplo o fato de eles as utilizarem para buscar atender a seus interesses.

Em outro trabalho, Chambouleyron (2010) examina formas de adentrar pelo Sertão amazônico<sup>3</sup> no período colonial. O autor analisa especificamente duas maneiras: as tropas de guerra e as de resgate de indígenas. Essas tropas constituíam um momento de barganhas e de embates, no universo da Amazônia colonial. As que entravam no Sertão para escravizar não só se tornaram um mecanismo fundamental de aquisição de mão de obra, como também permitiram o avanço do domínio português sobre o território. Trata-se de um estudo que traz uma contribuição valiosa para a compreensão da dinâmica das relações a partir das guerras entre indígenas e não indígenas.

---

<sup>3</sup> Sobre o “sertão amazônico” ou “Amazônia colonial”, consultar Bombardi (2014). A autora debate sobre como o Estado do Maranhão e Grão-Pará abrangeu áreas que atualmente correspondem às regiões Norte e Nordeste e como muitos autores utilizam a denominação “Amazônia colonial” para se referir a elas. A autora alerta para a ideia de Amazônia como unidade territorial e política, sendo posterior às primeiras divisões administrativas do Império português. A autora faz um alerta para seu uso sem as devidas críticas. Menciona, ainda, como Chambouleyron (2014) defendeu seu uso pela importância política de se construir uma história que dê conta da diversidade territorial da região a partir de seus próprios termos, inclusive para não incorrer no risco de anacronismos, projetando concepções atuais de fronteiras e territórios na Colônia.

Sobre o Tribunal da Junta das Missões e o governo dos índios na Capitania do Maranhão (1720-1757), Ferreira (2017) nos traz uma abordagem que demonstra como o órgão atuava além da função de conversão dos indígenas em cristãos e vassallos do rei, servindo como um mecanismo de interiorização das fronteiras da Coroa portuguesa. Além disso, era também utilizado para fins econômicos, pois era o principal órgão deliberativo acerca das formas legais – resgates, descimentos e guerras justas – de arrematação da tão necessária mão de obra indígena na Capitania do Maranhão. É perceptível a agência indígena na análise dos pedidos de liberdade feitos pelos indígenas nessa pesquisa.

As relações entre os agentes coloniais e os indígenas têm gerado trabalhos que analisam as mais variadas situações dentro desse universo colonial. Em Ferreira (2019), se busca analisar a relação da administração portuguesa e a implantação da legislação indigenista na Amazônia, entre os anos de 1680-1757. O autor buscou a compreensão de como a promulgação das variadas leis que regulamentaram a maneira de arrematar a mão de obra indígena, livre ou escrava, e como suas inserções nas dinâmicas coloniais se constituíram em um *modus vivendi* entre os habitantes da região amazônica.

Os indígenas, após séculos de contatos, compreenderam as estruturas coloniais e as usaram como forma de resistência cultural. Essa perspectiva é trabalhada por Mello (2005) em estudos sobre as reivindicações de liberdades solicitadas por indígenas junto ao Tribunal da Junta das Missões. Ao observar a atuação das mulheres indígenas, que buscaram legalmente não somente sua liberdade, mas também a de sua família, demonstra como os indígenas que vivenciavam a sociedade colonial usavam seus conhecimentos sobre a existência das vias jurídicas e da legislação indigenista para garantir os seus interesses.

Sobre a legislação indigenista que pretendia organizar as ações do estado em relação às populações indígenas, é importante observar que existiram várias desde a chegada do Português colonizador. Não é o nosso propósito analisar todas aqui nesse espaço, mas, sim, situar o leitor desse trabalho no que tange ao período que compreende a segunda metade do século XVIII e o começo do século XIX.

Em 1757, a lei que almejava integrar os indígenas à sociedade colonial de forma mais sistematizada, o chamado Diretório dos Índios, chega direcionada primeiramente ao Grão-Pará e, somente após um ano, é estendida a toda a colônia, vigorando oficialmente entre os anos de 1758-1798. Segundo Coelho (2005, p. 48), o Diretório dos Índios pretendeu dar

forma às iniciativas de civilização dos indígenas, organizando as povoações que concentravam as populações reunidas às margens dos rios do Vale Amazônico e marcando a supressão do poder dos religiosos na tutela dos indígenas até então.

A Carta Régia de 1798 revoga o Diretório dos Índios no Grão-Pará e em outras regiões da Colônia, embora as práticas desse período tenham permanecido em alguns espaços, como no caso do Ceará, segundo afirma Costa (2018, p. 27), e na Capitania do Maranhão, como poderemos verificar nas fontes aqui trazidas.

No ano de 1808, uma Carta Régia autoriza guerra justa contra indígenas botocudos, de Minas Gerais e São Paulo, em caso de recusa à prática de “integração à sociedade colonial”. A legislação acaba sendo apropriada por outras regiões e usada como justificativa para as práticas de guerras contra as mais variadas etnias indígenas.

Outra Carta Régia, a de 1º de abril de 1809, aprova o plano de povoar os Campos de Guarapuava e de civilizar os índios bárbaros que “infestavam” aquele território. As guerras contra indígenas eram uma permanência na longa duração, embora mescladas com incentivos à incorporação dos indígenas à sociedade colonial, na letra da lei.

Leituras de materiais didáticos recentes e de suas abordagens sobre os povos indígenas, nos levaram à constatação que convergia com o pensamento de que, durante um tempo excessivo, as produções historiográficas se limitaram a enxergar as populações indígenas como vítimas apáticas ou apenas plateias de situações que os envolviam absolutamente. Quando assaz, reagiam à intromissão e às afrontas da sociedade, mas jamais dispor de táticas de ação conscientes. Os indígenas, idealizados como um conjunto genérico, sem nenhuma consideração às diferenças étnicas e culturais, não eram vistos, portanto, como agentes históricos capazes de análise crítica que resultasse em ações concretas sobre a realidade nas quais estavam imersos.

Esse cenário começou a sofrer mudanças a partir do surgimento de uma nova compreensão histórica a respeito dessa temática. Esse conjunto de produções que traziam essa proposta revisionista foi denominado por Monteiro (1994) como a “Nova História Indígena”. Seu intento é a revisão do lugar dos indígenas na História, problematizando a dinâmica deles.

Para realização do presente trabalho, com a proposta que coaduna com as contribuições da assim denominada “Nova História Indígena”, voltamos o olhar para as fontes

primárias localizadas no Arquivo Público do Estado do Maranhão, situado em São Luís, buscando vestígios da dinâmica indígena nas relações que se davam no interior da Capitania do Maranhão, mais precisamente no centro sul maranhense, na Ribeira do Alto Mearim, nos chamados “Sertões dos Pastos Bons”. Na perspectiva da longa duração, essa região compreenderia os rios Mearim e Grajaú, espaço habitado por inúmeras etnias indígenas à época.

As fontes encontradas compreendem documentos como o Livro de Registro dos Assentos, Despachos e Sentenças da Junta de Missões (1738-1777), que cita questões ligadas à temática indígena, liberdades e escravizações. Fonte que traz indícios importantes sobre como os missionários, os indígenas, os colonos e a Coroa portuguesa tratavam as situações cotidianas necessárias para a manutenção da Capitania do Maranhão, como, por exemplo: mão de obra; catequização; descimentos; aldeamentos; administração de aldeias; conflitos entre não indígenas e indígenas; guerras oficiais aos indígenas inimigos, entre outras questões. A Ribeira do Alto Mearim aparece nesses documentos desde a primeira metade do século XVIII como espaço ocupado por indígenas e foco da disputa deles com os colonos<sup>4</sup>, que avançavam do litoral para o Sertão da Capitania. Foi necessário usar o conjunto documental para que nós pudéssemos pensar as relações entre os agentes coloniais, antes e depois das alterações de legislação referente aos indígenas.

Outro conjunto documental consultado são os Códices da Secretaria de Governo - Registros Gerais do Governo Central. Nos Registro das ordens de Sua Majestade, nas suas respostas e nas contas dadas pelo governador e capitão-general (avisos, contas, provisões, ordens, petições, cartas), é possível encontrar registro a respeito do momento em que a legislação indígena em vigor buscava intensificar a política assimilacionista em relação aos indígenas, com uma aproximação e uma valorização das relações com os principais indivíduos das aldeias. Em alguns momentos, essa política esbarrava na resistência de alguns povos indígenas, que não abriam mão dos seus territórios e de seus modos de viver.

No acervo do Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM), da Secretaria de Governo, encontramos outros documentos que muito enriqueceram nossa pesquisa, pois a partir deles pudemos perceber a agência indígena influenciando as decisões de autoridades coloniais. São eles: Registros da correspondência dos governadores e capitães-generais do

---

<sup>4</sup> O termo colono aqui aparece como em Bluteau (1728, p. 379), sendo um dos fundadores da colônia.

Maranhão com o Governador Central – (1798-1802) – Registro da correspondência do governador e capitão-general do Estado do Maranhão com autoridades da Metrópole. (1802-1804) - Registro da correspondência do governador e capitão-general do Estado do Maranhão com o secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos. (1806 -1808) - Registro da correspondência do governador e capitão-general com o ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos. (1811-1821) - Registro da correspondência do governador e capitão-general da Capitania do Maranhão com diversas autoridades da Corte (Rio de Janeiro). (1812-1819) - Registro da correspondência do governador e capitão-general da Capitania do Maranhão com o ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra e Estrangeiros. Nesses documentos, foi possível identificar tanto ordens da Secretaria de governo para os governadores e capitães-generais do Estado do Maranhão, indicando como proceder em relação aos indígenas ou em relação ao governo dos índios e em relação a questões econômicas, como procedimentos em relação a pedidos de autorização de governadores e capitães-generais do Estado do Maranhão para realizarem “dezinfectação de indígenas bravos” das Ribeiras do Alto Mearim e Grajaú, nos Sertões dos Pastos Bons, com o fim de facilitar a colonização da região e o estabelecimento de empreendimentos econômicos, promovendo ainda a abertura da comunicação com outros espaços da Colônia.

Foram usadas também fontes como os relatórios e roteiros de viagens de militares do início do século XIX, mais especificamente as obras de Francisco de Paula Ribeiro: *Roteiro da viagem que fez o capitão Francisco de Paula Ribeiro às fronteiras da capitania do Maranhão e da de Goiás no ano de 1815 em serviço de Sua Majestade Fidelíssima*; de 1819, a *Descrição do território de Pastos Bons, nos sertões do Maranhão, propriedades de seus terrenos, suas produções, caráter dos seus habitantes colonos, e estado atual dos seus estabelecimentos*; Também de 1819, suas *Memórias sobre as nações gentias que presentemente habitam o continente do Maranhão: análise de algumas tribos mais conhecidas, processo de suas hostilidades sobre os habitantes, causas que lhes têm dificultado a redução, e o único método do que seriamente poderá reduzi-las*. Além da *Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão*, de autoria do tenente-coronel do Real Corpo de Engenheiros Antônio Bernardino Pereira do Lago. Essas fontes estão disponíveis em formato de livros. Francisco de Paula Ribeiro fala dos indígenas e de suas relações com os colonos dos Sertões dos Pastos Bons e traz a identificação de algumas etnias, tais como: os Gamelas de Viana; os Timbiras do baixo Rio Mearim, ou Guajajaras; os

Gamelas de Codó; os Timbiras Sacramecrãs; os Timbiras Capiocrãs, ou Canelas Finas; os Timbiras Piocobgês; os Timbiras Purecamecrãs; os Timbiras Macamecrãs, Arenhiz, Caycaízes, Acroá, Gueguê. O autor faz a caracterização dessas etnias, possibilitando o cruzamento das informações de seu roteiro com as fontes documentais do APEM e, assim, tornando possível buscar a identificação das ações indígenas dentro da sociedade maranhense colonial.

Nos documentos produzidos por Antônio Bernardino Pereira Lago, o militar menciona as populações indígenas em dado momento de seu relatório, também identificando e citando algumas etnias, como, por exemplo, os Guajajaras, Gamellas, Manajós, Crequitigi, Opuquetigi, Chevanti, Cherenti, Chocamicrá, Caraon e Criquití. O autor aborda também algumas de suas ações e relações com os agentes coloniais. Usamos esses relatórios e esse roteiro de viagem para cruzar suas informações com as dos documentos analisados no Arquivo Público, tendo como intuito identificar a agência indígena na Capitania do Maranhão desde o início do século XIX.

A pesquisa é apresentada em quatro capítulos e um produto (um vídeo de animação), resultado esperado do programa de mestrado profissional. Os capítulos se articulam de maneira a demonstrar uma visão contrária àquela que representa os indígenas como indivíduos desprovidos de agência própria. Desse modo, contribui para uma reflexão sobre as mais variadas realidades que se entrecruzam e promovem momentos de projeção de representações há muito tempo arraigadas no imaginário brasileiro e que propiciam uma violência simbólica e, às vezes, física contra os povos indígenas.

No primeiro capítulo, é feita a descrição do espaço do Alto Mearim no Sertão de Águas maranhense. Fazemos uma abordagem sobre a paisagem natural e o “Sertão de Águas”: Sertão e sertões no Maranhão, analisando o debate sobre as representações do Sertão ao longo dos séculos. Fazendo uma caracterização de elementos como a hidrografia e a importância dela no processo de interiorização da colonização.

“Dezinfestação”: disputas pelo espaço no Sertão da Capitania do Maranhão é o segundo capítulo, no qual fazemos uma discussão sobre a etimologia da palavra “dezinfestação” e a forma como ela aparece nas fontes analisadas, inferindo o sentido de “limpeza” dos Sertões dos Pastos Bons. Essa “dezinfestação” surge como uma categoria de pensamento presente no imaginário coletivo do colono, aparecendo ligada a justificativas das

ações do Estado contra os indígenas durante os séculos da colonização. Essas ações são trabalhadas em outro item dentro desse capítulo. “Os indígenas e sua presença nos Sertões dos Pastos” aborda como é possível perceber a presença dessas populações nesse espaço desde a chegada do colono para explorar e habitar a região, sendo possível a identificação de algumas etnias nas fontes do início do século XIX.

O terceiro capítulo intitulado Agências indígenas e colonização do espaço da Capitania do Maranhão apresenta uma reflexão sobre a legislação relacionada ao indígena no final do século XVIII e início do século XIX. Além disso, desenvolve uma análise das relações entre indígenas e não indígenas a partir da ocupação para fins de colonização, destacando o papel da igreja na colonização da Ribeira do Alto Mearim, no Sertão dos Pastos Bons, suas ações no trato com os indígenas e nas relações com outros segmentos daquela sociedade colonial. Em seguida, discute a presença dos militares e suas funções no Sertão, mostrando que, para além da segurança, muitas outras atividades eram desempenhadas por esse segmento e como era seu trato com os indígenas durante a interiorização das fronteiras da Capitania. O capítulo também problematiza a “dezinfeção” e a resistência indígena na Ribeira do Alto Mearim, demonstrando a ação indígena no contexto das relações com o colono, buscando identificar nas fontes analisadas sua presença como agente histórico, mesmo que de maneira indireta em alguns documentos ou, por vezes, presente de forma homogeneizada em termos como “bárbaros”, “selvagens”, “gentios”, “índios bravos”, “tupis” e “tapuias”.

O último capítulo Academia no chão de sala da Educação Básica descreve o desenvolvimento do produto educacional: o momento da escolha do formato e sua justificativa; os estágios de sua produção; os testes realizados; e as ações empreendidas para a finalização.

## 2 O SERTÃO DA CAPITANIA DO MARANHÃO E SEUS ELEMENTOS

### 2.1 Paisagem natural e o “Sertão de águas”: Sertão e Sertões no Maranhão

A maioria dos interessados em conhecer um pouco mais sobre a história dos Sertões Maranhenses e seus elementos percorre um trajeto investigativo que, não raramente, passa por um ponto que se tornou uma referência importante, uma obra de Dunshee de Abranches, a célebre “A Esfinge do Grajaú”. Pelo título, que faz referência direta a um município parte do recorte espacial dessa pesquisa, ou pela imposição do próprio “vulto” representado pelo autor dessa obra (foi jornalista<sup>5</sup>, político, professor, promotor, escritor, memorialista, dentre outros papéis assumidos ao longo de sua vida), a recorrência a essa consulta é um fato.

Brandes (1994, p. 423) afirma que, “em substituição a Frederico Figueira, designado pelo presidente Moreira Alves, assume a Promotoria de Barra do Corda João Dunshee de Abranches Moura, com o objetivo de pacificar as lutas políticas de Grajaú”. Tal designação ocorreu em 1888, já no crepúsculo do Império, o que poderia provocar questionamentos sobre autor e obra, no que tange à sua importância acerca do estudo daquela região no período colonial, visto que nem Abranches nem seu célebre (e mencionado) livro datam do “Brasil luso”, nas primeiras décadas dos 1800, ou se referem a tal.

Essa dúvida cala quando se lança uma reflexão acerca das reminiscências verificáveis nas linhas que o autor escreveu na sua “A Esfinge do Grajaú”, que permitem inferências acerca de várias características marcantes das relações sociais e políticas da região. Contudo, sendo o foco deste trabalho – como se fez epidérmica alusão – o período colonial, mais precisamente ainda os primeiros decênios dos oitocentos, o interesse em evocar essa obra memorialística, mas que não se restringe à rememoração, como o diz Jomar Moraes em sua introdução, é trazer um elemento importante da trajetória descrita por Abranches, por vezes subestimado em seu papel naquela narrativa: o Rio Mearim, apresentado com um detalhismo poético no capítulo intitulado “Caminho do Sertão”.

---

<sup>5</sup> Abolicionista e republicano que era, de acordo com a consulta à sua biografia no APEM, teve papel importante, inclusive, na fundação de um veículo de informação de ideias republicanas sediado na cidade de Barra do Corda, em 1888, juntamente com Isaac Martins, Frederico Figueira e Antônio Rocha Lima. O jornal “O Norte” tem se constituído como uma fonte frequente de consultas sobre o Maranhão no contexto da passagem do Império para a República.

A narrativa de Abranches se inicia em 1888, a partir de seu deslocamento de São Luís, litoral, para a missão referida por Brandes (1994). Percorreu e conheceu os Sertões, pois a função para a qual fora designado seria sediada em Barra do Corda. Porém, ele subiria o Rio Mearim até Grajaú, que se tornaria seu principal foco narrativo na obra mencionada. E essa jornada por meio daquele Rio, o “Caminho do Sertão”, naquele momento já realizada com menos sobressaltos e perigos mais restritos a fortuitos infortúnios, menos suscetível ao ataque de “índios bravios”, foi possível – naqueles moldes – nos anos finais do século XIX, também, pelo empreendimento das ações que resultaram na interiorização das fronteiras do Estado em direção ao Sertão de Águas maranhense, do qual “*o Grajahú*”<sup>6</sup> era (e é) parte, sendo, por muito tempo, o ponto mais setentrional da colonização desse Sertão.

A humanidade deve, e muito, aos rios o seu desenvolvimento. Os locais próximos a eles sempre foram um inquestionável atrativo aos grupos humanos em processo de fixação, não sendo o espaço ocupado pelo Maranhão uma exceção. Esse trabalho se desenvolve em torno da escolha de um recorte espaço-temporal da trajetória histórica que resultou nas condições que permitiram muitas viagens – em condições análogas –, tais como a de Abranches, por diversas regiões do território maranhense.

Na documentação relacionada ao período colonial, inclusive pela sua rica hidrografia, o território maranhense foi palco de muitas disputas em torno das terras, tendo de um lado os “colonos”, encarregados de interiorizar as fronteiras do domínio luso para, dessa forma, garantir a premência dos interesses econômicos e políticos ligados a esse projeto. E, em outro extremo, estavam as populações nativas de diversos troncos, então viventes naqueles diversos espaços, dos quais o Sertão dos Pastos Bons – ou o “Sertão de Águas”, como se tratará adiante – era uma parte importante. Assim, ainda é necessário ressaltar que a “*dezinfeção*”<sup>7</sup>, como a que aparece nessa obra, respeitando suas especificidades de tempo e lugar, também ocorreu em outros pontos da América portuguesa e do Maranhão.

---

<sup>6</sup> Forma que o nome da cidade era grafado em muitos documentos, após deixar de ter o nome de “Porto da Chapada”.

<sup>7</sup> A grafia com “z” na palavra “dezinfeção” que aparecerá ao longo dessa produção, se dará em função de que é assim que ela aparece nos documentos analisados. Mais adiante o termo merecerá uma abordagem mais detalhada sobre seu sentido.

À medida que a colonização avançava rumo ao Sertão<sup>8</sup> maranhense, ia se deparando com um território cuja hidrografia era visivelmente extensa e, cada vez mais, passava a ser considerada como condição essencial de sua viabilização. Na atualidade, considerando esse potencial hídrico, os projetos do Estado permanecem com os rios em grande destaque, sendo esses um elemento importante no planejamento de ações e outras estratégias de desenvolvimento.

A título de exemplo, atualmente, no Maranhão, há um considerável acervo de mapas, elaborados sob encomenda ou sob a guarda oficial, por instituições que se dedicam à pesquisa e à produção de conhecimento científico, como a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) ou outras agências de fomento de desenvolvimento regional, ligadas a múltiplos modelos de negócios, ainda que se destaque o agronegócio. Ilustrando esse tipo de medida, o Governo do Estado do Maranhão criou, recentemente, o “**SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS E INTELIGÊNCIA TERRITORIAL ESTRATÉGICA DO MARANHÃO**” (SIGITE) (SIGITE, [--21]), vinculado à Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca (SAGRIMA).

Boa parte dos mapas que serão utilizados nesse trabalho (com as finalidades de “posicionar” o leitor em relação ao lugar ou ao flúmen de onde se fala) foi obtida exatamente nesses repositórios, tendo em vista que neles constam informações importantes e, particularmente, se pode encontrar material que dedica especial atenção às bacias hidrográficas e rios do estado.

O interesse e a necessidade de mostrar a hidrografia maranhense decorre da relação visceral entre a grande quantidade de rios desse território. E, nesse ponto, particularmente, iremos tratar da Bacia e da Região do Alto Mearim que, em vista das dificuldades existentes nas vias terrestres, acabou se transformando em um espaço de “estradas fluviais” ou no “Caminho do Sertão”, conforme Abranches. A ocupação era ainda bastante densa de populações indígenas de vários troncos, de acordo com autores como Paula Ribeiro e a documentação coligida. Havia, dentre as várias etnias encontradas nessa região, os Ramkokamekrá Canela, os Apaniekrá Canela, os Tenetehara-Guajajara... nesse território

---

<sup>8</sup> Neste ponto, deseja-se do leitor a compreensão de que o termo “Sertão” pode assumir vários significados, dentre os quais o da oposição ao lugar do litoral ou das regiões já colonizadas ou “civilizadas”, que é o utilizado nessa passagem. Essa discussão será aprofundada *a posteriori* nessa obra.

ainda a “desbravar”, na visão do colono, e a conseqüente realização de investidas para a realização de “*dezinfectação*”, como demonstram as fontes levantadas.

Não obstante as relações conflituosas ocorridas em praticamente todos os espaços de interiorização das fronteiras, essa extensa hidrografia potencializava os embates entre os colonizadores e indígenas no Maranhão. Por serem, àquela época, os rios a forma mais eficiente de promover o deslocamento de pessoas e mercadorias e, ainda, já se constituírem como pontos estratégicos fundamentais para ocupação e formação de núcleos populacionais para articulação do processo de desenvolvimento da interiorização da fronteira colonial, havia a necessidade de extirpar, segundo a visão colonial, qualquer impedimento para que isso pudesse ocorrer.

Macedo (2001, p. 168) nos aponta que “ora, se observarmos a hidrografia do Maranhão, verificamos logo que os rios providencialmente se dirigem, segundo rotas paralelas, intercomunicando o alto Sertão com o litoral e, portanto, com São Luís, sua capital [...]”. Isso posto, percebemos o quão fundamental é conhecer a vastidão hidrográfica desse território, sobretudo porque essa característica, como já foi destacado, tem um peso decisivo na existência de um tipo específico de “Sertão” nessa região e por se relacionar à “*dezinfectação*” na Capitania do Maranhão.

Dessa maneira, como forma de demonstração do panorama hidrográfico do estado do Maranhão nesse particular, com a divisão política das fronteiras atuais, para melhor entendimento daqueles que tiverem acesso a esse estudo, reproduzimos o mapa no qual constam em destaque suas bacias hidrográficas.

Embora haja outros entendimentos nesse sentido, para efeito dessa caracterização, serão consideradas as dez bacias hidrográficas<sup>9</sup>. Para Feitosa e Trovão (2006):

A localização geográfica, integrando a Amazônia, e sua exposição para o Oceano Atlântico, favorecem ao Maranhão condições hidrológicas diferentes daquelas dos demais estados nordestinos. O Maranhão é o segundo maior Estado da Região Nordeste do Brasil e o que menos sofre problemas de escassez de água. (...) A hidrografia do Maranhão reúne grandes conjuntos de rios caudalosos e perenes (...). Podem ser discriminadas as Bacias Limítrofes e as Bacias Genuinamente Maranhenses, divididas segundo o local onde desembocam seus rios, em Bacias Primárias e Bacias do Golfão Maranhense, Bacias do Litoral Oriental e Bacias do Litoral Ocidental [...] (FEITOSA; TROVÃO, 2006, p. 83).

<sup>9</sup> No mapa utilizado em Feitosa e Trovão (2006, p. 85), constam doze bacias hidrográficas do território maranhense.

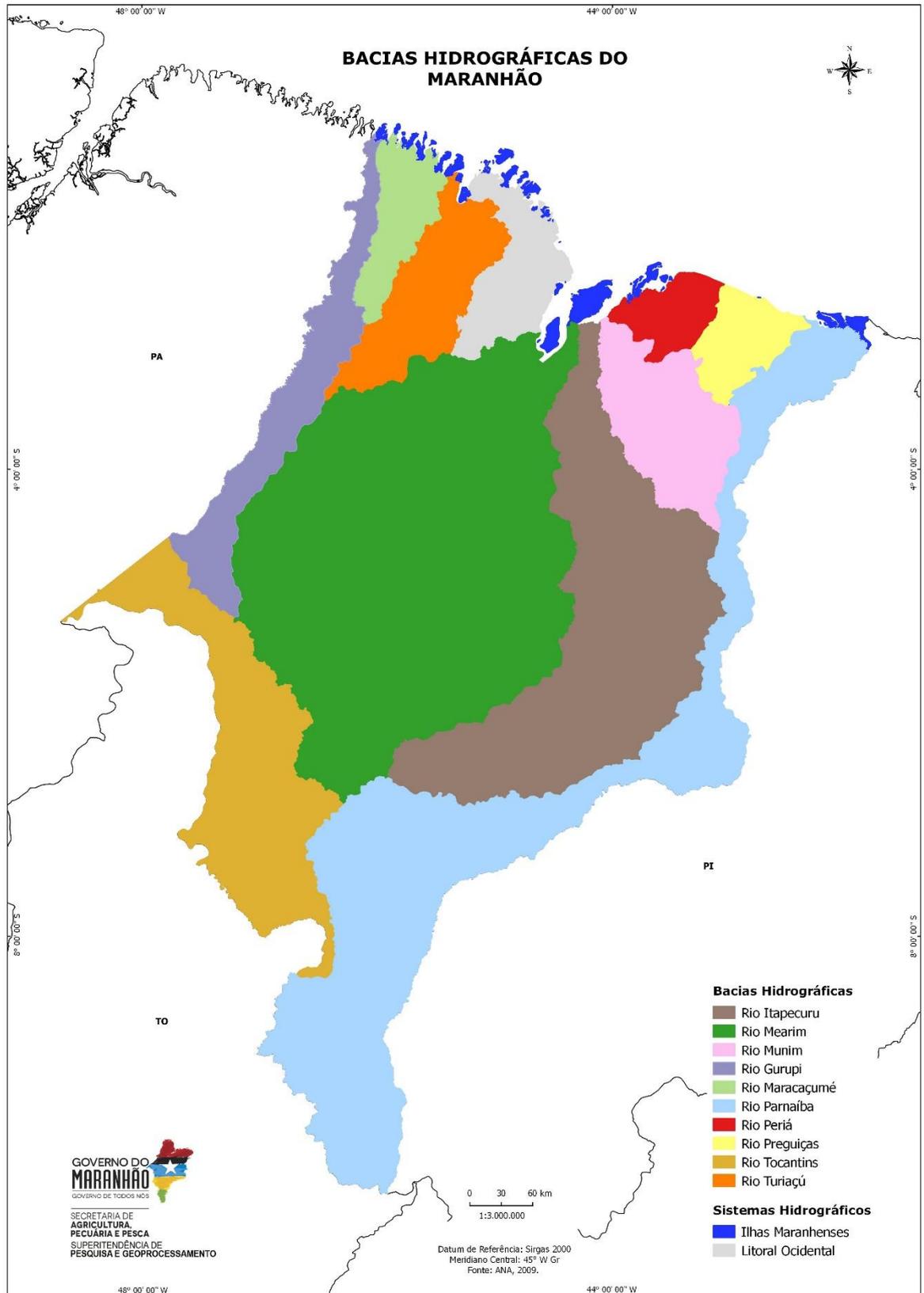
Respeitando a função dessa pesquisa e o veio científico a que se dedica, não se tem a intenção de adentrar e aprofundar uma reflexão mais demorada acerca dessa hidrografia, a qual, por similitude, podemos concluir característica como sendo, também, da Capitania do Maranhão.

Por outro lado, convém salientar a complexidade e as especificidades elencadas pelos geógrafos citados quanto a essa hidrografia. Primeiramente, a localização geográfica legou a esse espaço a possibilidade de acesso a águas oriundas de diversas “formações”, o que explica, além do próprio quantitativo de rios do território, a peculiaridade do Sertão maranhense ser tão diferente dos Sertões de aridez que caracterizam alguns espaços da região nordeste. Esse ponto será retomado com maior detalhamento adiante.

Outro ponto a se destacar é o fato de os rios que banham o território maranhense serem “caudalosos e perenes”, como apontado por Feitosa e Trovão (2006). Além da atração provocada pela quantidade desses cursos d’água, terem esse recurso em abundância e de forma permanente também é algo que constitui um elemento de singularidade, se comparados os Sertões do Maranhão às paisagens em que a intensificação e o prolongamento das estiagens provoca o desaparecimento (temporário ou definitivo) de rios, riachos, córregos...

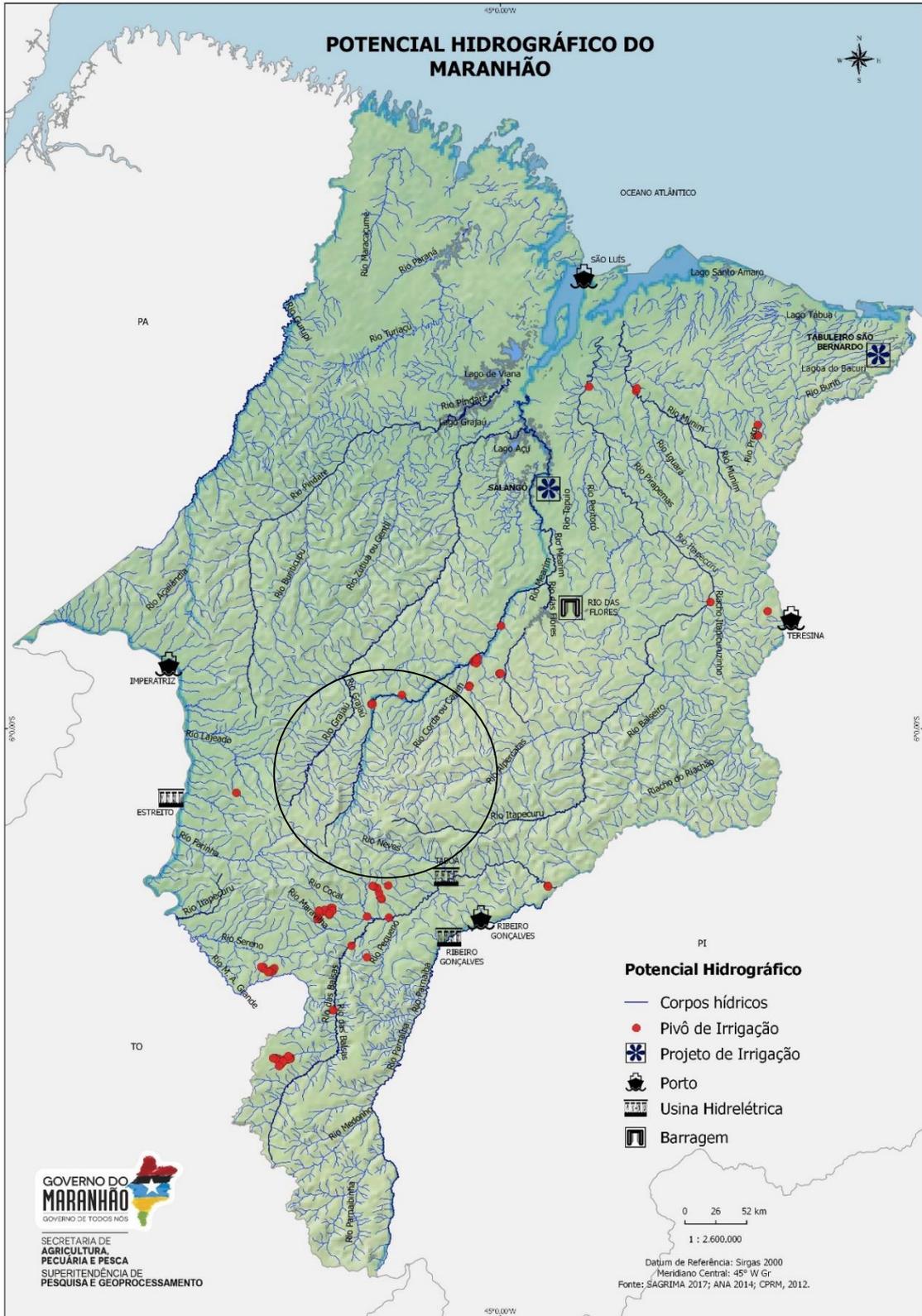
Por derradeiro, essa riqueza hídrica caracteriza todo o espaço do território maranhense, não sendo esse, em nenhum lugar específico, marcado por secas prolongadas ou pela aridez da paisagem que povoa o imaginário da maioria, quando se menciona o termo Sertão. Reproduzimos, a seguir, um mapa das bacias hidrográficas e, logo após, dos principais rios maranhenses (mapa 1).

Mapa 1– Bacias Hidrográficas do Maranhão



Fonte: Nugeo, [2021].

Mapa 2 – Potencial Hidrográfico do Maranhão e Sistema Fluvial do Território Maranhense



Fonte: Nugeo, [2021].

As violentas contendas relatadas por cronistas, na documentação presente em muitos arquivos, inclusive na consultada nessa pesquisa e em obras já produzidas sobre a história da América portuguesa – e do Maranhão, por conseguinte –, se deveram, ocasionalmente, a razões pontuais que, porém, apenas acentuavam a tensão constante que existia por conta das disputas de espaços que representavam sobrevivência, identidade e territorialidade para os nativos e potenciais econômicos importantes para o Estado, cujos interesses estavam materializados na presença e na ação de funcionários, de militares, da Igreja Católica e de sujeitos que tomaram parte no processo de colonização.

Ressaltemos que, necessariamente, a existência dos rios está associada ao incremento de atividades de colonização e, conseqüentemente, de interiorização das fronteiras de domínios lusos e da Capitania do Maranhão. Pachêco Filho (2016, p. 157) demonstra muito claramente essa situação. Inicialmente, pontua que esse processo remontava há tempos anteriores ao próprio desembarque dos “aventureiros” do Velho Mundo, sendo os rios caminhos já largamente utilizados pelos próprios indígenas em suas incursões e deslocamentos. Porém, esses mesmos rios cumpriram funções primordiais nos projetos reinóis nessas paragens:

A navegação fluvial feita pelo colonizador europeu, embora significativa, esteve sempre muito aquém de suas reais possibilidades. Entretanto, desempenhou importante papel na colonização e no descobrimento de outros “Brasis”. No Maranhão não foi diferente: desde o início, essa atividade contribuiu decisivamente quanto aos aspectos econômicos, sociais, de penetração rumo ao sertão e também de auxílio à catequese, dentre outros. (PACHÊCO FILHO, 2016, p. 157).

Na última obra mencionada, particularmente, há uma temática que é muito sensível a essa pesquisa: o Sertão. Ainda que a discussão realizada por Pachêco Filho (2016) termine por conduzir a um ponto mais central de sua análise, que é a navegação no Rio Grajaú, o autor realiza um percurso introdutório muito rico e importante, elencando vários intérpretes do Sertão Maranhense e discutindo as características dessa região a partir dessas visões. A seguir, como elemento explicativo importante sobre a paisagem que é, simultaneamente, o cenário e, de certo modo, um personagem da presente produção, sendo dessa forma um espaço de constructo social, também será realizada uma discussão (ainda que bem mais modesta) sobre o Sertão Maranhense.

### 2.1.1.1 *Sertão, Sertões: a especificidade maranhense*

Com a devida vênia de quem, nesse momento, lê essa obra, para que se possa fazer uma reflexão inicial, necessária, mas – absolutamente – baseada em um sentido empírico: a formação do imaginário (ou do senso comum), geralmente, recebe duas influências muito grandes (podem não ser as únicas; porém, são fortes). Primeiramente, pode ser resultado de uma ideia formulada antes de outras sobre o mesmo tema. A outra se deve à repetição de uma ideia (que pode ser, e geralmente é, a que primeiro se formula) ou de imagens associadas a ela. Para Pesavento (1995, p. 25), “o imaginário social se expressa por símbolos, ritos, crenças, discursos e representações alegóricas figurativas”. Essa autora traz como exemplo o que considerou a ideia mestra do progresso que embalou todo o século XIX. Seria assim o imaginário para a autora: representação, evocação, simulação, sentido e significado. Ela chamou isso de jogo de espelhos, em que o “verdadeiro” e o aparente se mesclam estranhamente, de modo que o visível evoca o ausente.

Explicando esse pensamento aparentemente descolado do que aqui discutimos, é conveniente ressaltar que, tendo em vista o que vários campos do conhecimento já produziram acerca desse tema, falamos aqui da ideia de Sertão e das considerações que precisam ser feitas a seu respeito. Fizemos essa provocação partindo de Amado (1995, p. 145), que afirma: “no conjunto da história do Brasil, em termos de senso comum, pensamento social e imaginário, poucas categorias têm sido tão importantes, para designar uma ou mais regiões, quanto a de ‘Sertão’”.

O termo Sertão tem sido “convidado” a fazer parte de ciências e discussões diversas. Transita com desenvoltura entre a Geografia, a Sociologia, a Literatura e, evidentemente, a História. Surge como lugar/espacialidade; categoria de análise; cenário que abriga o desenrolar de obras ficcionais (ou não...) e, dentro da historiografia brasileira, tem vida própria como categoria ou personagem, além de estar presente em estudos sobre povos indígenas ou sobre a interiorização de fronteiras da colonização, para ficar apenas nesses exemplos. Segundo Pachêco Filho (2014):

O verbete sertão há muito está posto, e, desde sempre, com o mesmo significado. O que mudou foi sua grafia. Houve sertão em todas as regiões onde o império português estabeleceu domínio territorial. Algum tempo depois, reconhecemos e “fixamos” as “fronteiras” dos nossos próprios sertões. A *intelligentsia* brasileira matriciou o sertão como sendo o euclidiano. O próprio Euclides nominou sua obra de: Os Sertões. Desde então, identificamos o sertão como a espacialidade que

compreende o Nordeste (especialmente o do Vaza Barris), como se não existissem outros. Ele (o Nordeste) foi, e é identificado com os vários falares, sabores e o homogeneizamos musicalmente (PACHÊCO FILHO, 2014, p. 36).

Podemos depreender, de acordo com Pachêco Filho (2014), que a ideia de Sertão sempre esteve presente no imaginário que se consolidou nesse território, tornando-se, ao lado de outras construções, uma generalização. Segundo esse historiador, sobretudo a partir de Euclides da Cunha, se forjou uma ideia de Sertão ligada às descrições realizadas em sua obra, produzida enquanto cobria a Rebelião de Canudos, no início da República e do século XX. Para Bazcko (1985), tendo sido superado o mitológico quando da chegada do poder estatal dentro de uma organização social, o imaginário passa a ser um campo de disputas políticas, emaranhando-se com o próprio poder.

Embora o foco temporal desse trabalho sejam as primeiras décadas do Oitocentos, a forma como a categoria Sertão é construída, nos decênios iniciais dos novecentos, tem um peso grande na forma como essa generalização passa a ser, de certo modo, colada a outras construções e propagadas. Ainda de acordo com o fragmento de Pachêco Filho (2014) que trouxemos como ilustração do pensamento, correlaciona-se, na média do pensamento mais comum, Sertão e Nordeste; e tanto um quanto o outro, sob um olhar mais genérico, acabam assumindo formas bastante “pitorescas”.

Na sua famosa “Invenção do Nordeste”, Albuquerque Júnior (2011) mostra como foi sendo construída uma ideia de desconexão (com o restante da “nação”) e singularidade que permeia a própria imagem de Nordeste e marca, inevitavelmente, a de Sertão, sobretudo pelo olhar externo a essa espacialidade. A partir do centro-sul do Brasil, nas primeiras décadas do século XX<sup>10</sup>, vai se cristalizando – por olhares como o de Euclides da Cunha e o de Graciliano Ramos – a visão de um Nordeste como “diferença” em relação àquele centro de poder político e econômico, ao mesmo tempo em que vão sendo atribuídas características genéricas a esse lugar, desconsiderando a existência de significativas particularidades entre os locais, as paisagens, os costumes e os povos desse imenso “Nordeste”. Albuquerque Júnior (2011), sobre essa relação, fala que:

Torna-se comum a visita de "especialistas e curiosos" a outras áreas do país. Como a centralização do poder, no Rio de Janeiro, obrigava a vinda dos políticos dos Estados do Norte, pelo menos para essa cidade, o desconhecimento do restante do

---

<sup>10</sup>Outras visões sobre um Sertão meio idílico já apareciam na Literatura do Romantismo, na segunda metade do século XIX. Cristóvão (1994) trata dessa questão em uma obra que discute a multiplicidade contida nos vários significados possíveis de Sertão.

país era mais acentuado entre as populações dos Estados do Sul, que, em sua maioria, apenas ouviam falar do Norte pela imprensa, sobretudo daquilo que os discursos de seus representantes, no Parlamento, diziam e faziam ver. O próprio desenvolvimento da imprensa e a curiosidade nacionalista de conhecer "realmente" o país fazem com que os jornais encham-se de notas de viagem a uma ou outra área do país, desde a década de vinte até a de quarenta. O que chama a atenção é exatamente os costumes "bizarros e simpáticos" do Norte ou "estrangeiros e arrivistas" do Sul. Esses relatos fundam uma tradição, que é tomar o espaço de onde se fala como ponto de referência, como centro do país. Tomar seus "costumes" como os costumes nacionais e tomar os costumes das outras áreas como regionais, como estranhos. São Paulo, Rio de Janeiro ou Recife se colocam como centro distribuidor de sentido em nível nacional. As "diferenças" e "bizarrias" das outras áreas são marcadas com o rótulo do atraso, do arcaico, da imitação e da falta de raiz (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 54).

Progressivamente, um Sertão “único”, acompanhado de imagens eleitas como pertinentes à sua paisagem natural e aos sujeitos ali viventes, vai corporificando e se consolida no imaginário brasileiro por ser – senão a primeira noção de Sertão – a que maior proporção, em termos de seu alcance, ganhou no país. Esse conjunto era composto sempre de elementos como aridez, esterilidade, sofrimento... e, simultaneamente, eram definidos como parte de um binômio que associou Sertão à ideia de Nordeste, como caracterizou Albuquerque Junior (2009).

Deve-se, contudo, ratificar, que essa generalização jamais daria conta da complexidade que envolve a compreensão do Sertão. Nem no que tange aos espaços incorporados pela colonização lusa (em quaisquer outros lugares ou no Brasil), como destacara Pachêco Filho (2016), tampouco no que se refere às próprias peculiaridades de cada local do Nordeste, tão plural em quase tudo. Albuquerque Junior (2009) capta os “espíritos” e idiosincrasias desse Sertão de uma forma quase poética:

Sertão, lugar onde a racionalidade maniqueísta e binária da civilização ocidental parece soçobrar. Quem carece que o bom seja bom e o ruim ruim, que de um lado esteja o preto e do outro o branco, que o feio fique apartado do bonito e a alegria longe da tristeza, que pare o são longe do doente, o vivo longe do morto, o frio longe do quente, o rico longe do pobre, não vá ao sertão. Os pastos aí não são bem demarcados; é um mundo muito misturado. O sertão é barroco; não é clássico ou neoclássico. É onde o pensamento se forma mais forte que o poder do lugar; o sertão dá asas à imaginação; é ficção, fantasiação; é poesia, mais do que ciência; é literatura mais do que História. Mas haverá diferença? Sertão, onde se inventam maravilhas glorionhas, que depois acabam sendo cridas e temidas. Onde comparece porca com ninhada de pintos e galinha puxando barrigada de leitões. Tudo errado, remendante, sem completação. O sertão é violência à racionalidade, foge a todas as explicações, não se deixa governar nem pela razão; é um espaço para os de meia-razão. O sertão se sente, é dentro da gente. Mais do que um espaço demarcado, mais do que um mapa, é uma emoção, uma memória, uma cartografia sentimental. É barulho de coisas se rompendo e caindo, e estralando surdo, desamparadas, sem identidade, trapos de ser, tudo incerto, tudo certo (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2009, p. 198).

Certamente, essa variabilidade presente na bela descrição de Albuquerque Júnior (2009) se aproxima muito mais da realidade multifacetada do que é o Nordeste e o que, nesse ponto, temos por objetivo discutir: o Sertão. Apenas no bojo dessa desconstrução da tal “racionalidade maniqueísta”, “binária”, que se pode compreender que o Sertão que compreende a região do Alto Mearim, espaço onde se desenrola a maioria das relações presentes nessa pesquisa, é muito diferente do de Euclides da Cunha ou do de Graciliano Ramos, assim como é diverso do Sertão da Literatura Romântica do século XIX. É um Sertão de rios e fauna e flora vastas, conforme se mostra a seguir.

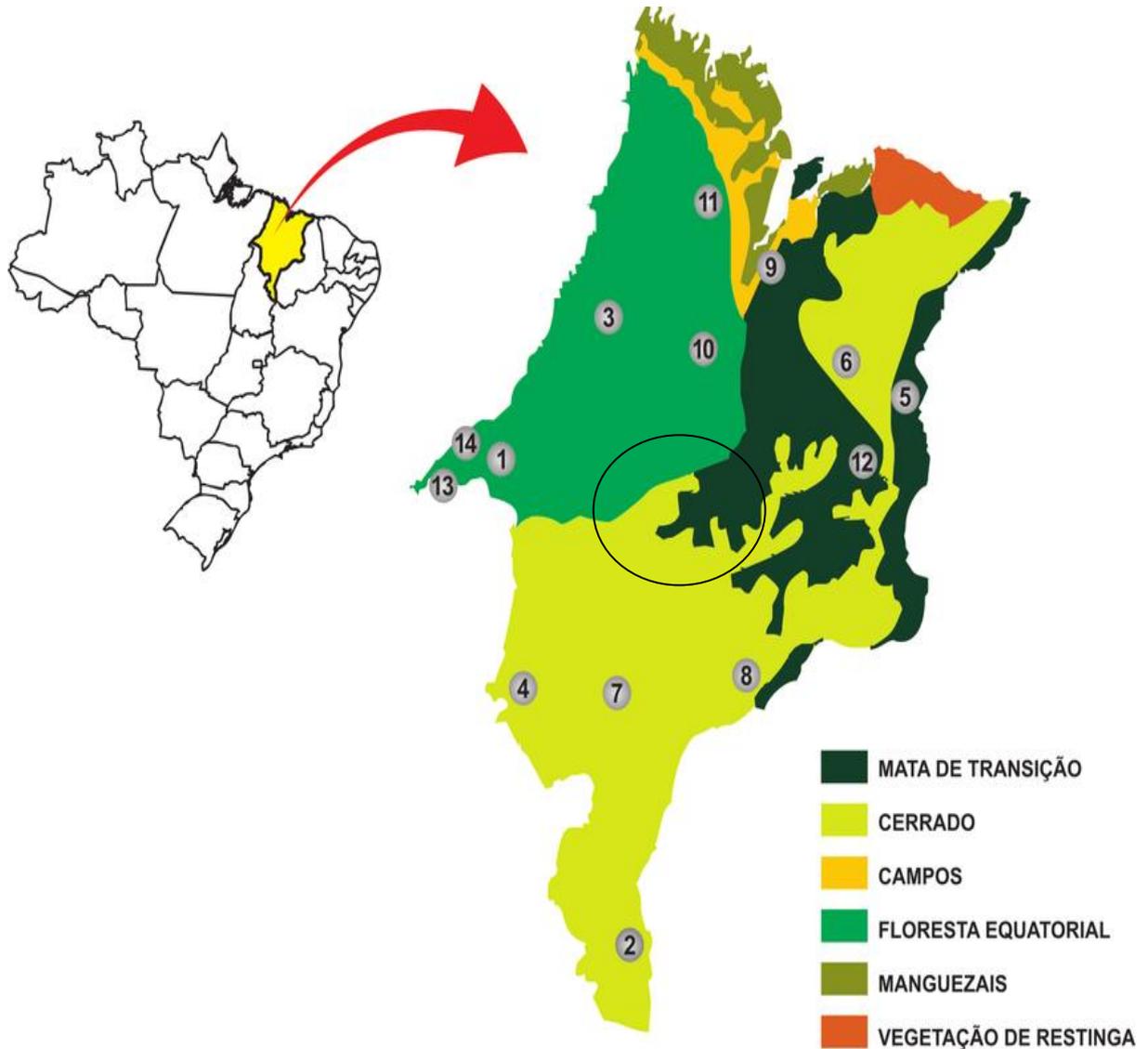
A localização geográfica do Maranhão lega ao seu vasto território características peculiares quanto à existência de domínios morfoclimáticos diversos e, em consequência disso, de paisagens e modos de vida completamente díspares ao longo do espaço que ocupa. Além das claras diferenças do que se contempla entre o litoral e o interior maranhenses, na própria porção continental há, por exemplo, traços de vegetações e de formações naturais de relevo que se expressam em uma diversidade que abriga mata de cocais, campos alagados, cerrados, assim como terras mais “chãs”<sup>11</sup>, ao norte, e outras de maiores altitudes, ao sul.

A seguir, reproduzimos, respectivamente, mapas com os principais tipos de vegetação e de relevo que são encontrados nesse espaço (mapa 3).

---

<sup>11</sup>“Chãs” é o mesmo que chapadas, planaltos, planícies, várzeas. Terreno plano.

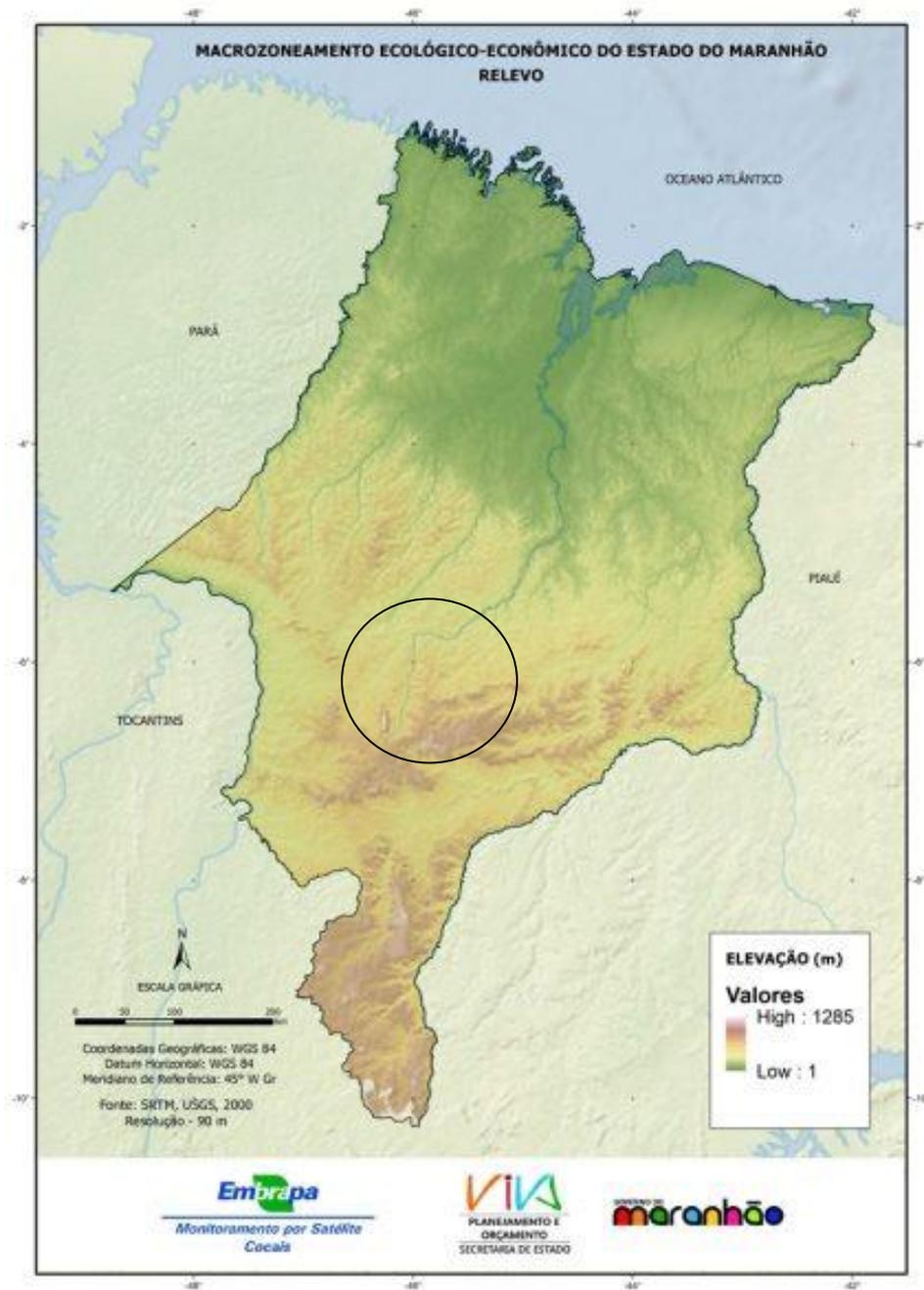
Mapa 3 – Biomas maranhenses que mostram a diversidade de características das formações naturais do território do Maranhão



Fonte: Pequenos Cientistas, 2010.

A marcação no mapa 3 mostra como a região onde se encontram os Sertões dos Pastos Bons e a Ribeira do Alto Mearim compreende uma área onde aparece uma diversidade na vegetação, com mata de transição, floresta equatorial e cerrado predominando. Diversidade que influenciou nas formas de viver e construir a realidade cotidiana desse Sertão.

Mapa 4 – Mapa que mostra as altitudes existentes no território maranhense. A diversidade do relevo e a elevação do solo têm, também, influências nas características naturais de cada região



Fonte: Bolfe et al. ([21--]).

O relevo do Sertão dos Pastos Bons e, mais especificamente, a Ribeira do Mearim podem ser vistos no mapa 4, no qual as áreas mais escuras são de altitudes mais altas e as mais claras áreas são de altitudes mais baixas. Assim, é possível ter uma ideia de como foi adentrar esse espaço por terra no início do século XIX. Em momentos anteriores a esse, a tarefa se tornava desafiadora.

As informações contidas nesses mapas são muito importantes para a construção do entendimento da peculiaridade do que será o “Sertão Maranhense”, em particular o dos Pastos Bons, tendo em vista que vegetação e relevo se relacionam a várias questões, como a morfologia dos rios e o próprio processo de colonização do território, e, sobretudo, às características – de fertilidade e exuberância natural – que demarcam esse espaço e o diferenciam da construção de um Sertão na perspectiva “euclidiana”.

O interior maranhense, e aqui a referência é apenas à oposição ao litoral, comporta em si vários “sertões”, como se pode constatar avaliando-se os mapas utilizados. Certamente, a historiografia haverá de avançar nos estudos de como se estruturaram as formas de vivência em cada uma dessas plagas, pelos povos nativos, colonizadores, instituições e as complexas relações que foram se constituindo a partir desses contatos.

A diversidade natural existente pressupõe necessária conclusão de que a ocupação, tanto a inicial quanto a que foi realizada para fins de colonização, se processou de maneiras e em épocas variadas. As atividades econômicas desenvolvidas, por força da própria condição da(s) natureza(s), foram estruturadas de formas e com finalidades diferentes e as sociedades que se constituíram, também, assumiram características que diferiam, significativamente, umas das outras.

Nesse quadro, os rios que caracterizam os Sertões maranhenses tiveram grande relevância, visto que a inexistência de outros caminhos impedia, no princípio da conquista colonial desse território, outro tipo de movimentação que não ocorresse através de seus leitos. Houve grande diversidade de sujeitos que, através dessa via, acorreram aos sertões e ali acabaram por enraizar a chamada “frente pastoril”. A esse respeito, Pachêco Filho (2016) afirma que:

A conquista e ocupação espacial, para fins de colonização, da região sul da capitania do Maranhão foi “facilitada” pela excelência de sua bacia hidrográfica, que irrigou uma grande quantidade de seus pastos, proporcionando a sustentabilidade das fazendas de gado ali instaladas. Os rios se tornaram verdadeiras estradas de águas, atraindo a penetração e a exploração de um vasto território desconhecido da Coroa portuguesa. Através deles ali chegaram fazendeiros, vaqueiros, escravos, negros forros, desocupados e aventureiros. Os representantes do Estado português (...) chegaram naquelas plagas no início do século XVIII, justamente quando as fazendas de algodão e a implantação de engenhos no Maranhão davam seus primeiros passos rumo ao sul da capitania, seguindo o curso do rio Itapecuru. Só então as trocas comerciais e culturais entre os conquistadores do litoral e do sul da capitania começaram a se estabelecer (PACHÊCO FILHO, 2016, p. 41).

Antes de Pachêco Filho (2016), a respeito da frente pastoril e ocupação dos sertões, Cabral (2008), em obra que continua a ser referência obrigatória para estudo da colonização do sul maranhense, contribuiu decisivamente com o entendimento da estruturação de uma forma de colonizar bastante distinta daquela que foi observada na chamada “frente litorânea”. Essa última, para além do litoral, também alcançou a porção do território do Centro ao Norte do Maranhão.

Mostrando a trajetória histórica dos “Caminhos do Gado” para o sul do Maranhão, a autora, simultaneamente, para essa pesquisa, torna-se apoio para a compreensão de como se processou a ação colonizadora do sul da Capitania. Embora não seja seu foco, podemos depreender que a autora reforça, mediante o que é sustentado por Pachêco Filho (2016), o quanto os rios foram essenciais nesse processo e como isso, posteriormente, impactou a relação entre políticas do Estado, colonos e povos indígenas, nas ações de “*dezinfectação*”, com seus elementos motivadores, do ponto de vista do Estado, e um outro universo de formas de relação que foram geradas entre não indígenas e nativos.

Embora não seja o propósito desse estudo fazer um recuo temporal mais dilatado, nem realizar a “arqueologia” do processo de colonização do Sertão, ou mesmo historiar sua gênese, considerando que os efeitos desse processo se relacionam com o objeto da pesquisa, é conveniente fazer menção à forma e às razões pelas quais houve o lançamento de outro olhar – e outras incursões – pelo Sertão da Capitania, a partir dos setecentos.

Como parte da política colonial lusa e pelo caráter extensivo da atividade que ia aumentando as extensões de espaço cultivado em função de demandas externas, no início do século XVIII, foi tomada uma importante medida para tentar ampliar a agromanufatura açucareira na América portuguesa. Através da Carta Régia de 1701, os senhores de engenho foram beneficiados e a eles foi reservado o espaço ao longo da costa para o cultivo da cana de açúcar, impedindo que essa atividade fosse realizada em consórcio com a criação de gado. Foi determinada, a partir daquela ordenação, a guarda de dez léguas, na direção litoral-continente adentro, para essa atividade pecuarista.

A necessidade da busca de novos lugares onde se pudesse realizar aquela atividade resultou na existência de mais uma corrente colonizadora do território brasileiro. Os sertões da Bahia, Pernambuco e Ceará, por exemplo, em muito tiveram sua colonização adensada pela presença desses rebanhos. Contudo, pela forma através da qual se criava o gado – que

demandava mais espaço – e pela busca de áreas mais férteis, onde houvesse boa disponibilidade de água – sem a sazonalidade existente em áreas onde as secas prolongadas pintavam em cores vivas um cenário de “Sertão euclidiano” –, o território hoje correspondente a parte significativa do Sul do Maranhão e do Piauí foi sendo ocupado pelos criadores de gado.

Essa região, consideradas as suas características naturais – rios (abundantes, caudalosos e perenes), clima de temperaturas mais amenas, relevo mais acessível que o de outras áreas, vegetação quase sempre “verde” (demonstrando a fertilidade local) – passou a ser o destino de um contingente significativo daqueles criadores de gado e, progressivamente, foi se tornando uma área a demandar atenção oficial. É a partir desse processo de ocupação que os sertões maranhenses, o Sertão dos Pastos Bons, vai ganhando relevo como forma singular de colonizar, no que concerne às estratégias adotadas pela Coroa lusa até então, para o espaço dessa capitania (mapa 5).





## 2.2 O Rio Mearim e sua importância no início do século XIX

O Rio Mearim aparece na documentação do Maranhão Colonial desde o início da colonização. Aparece em associação à existência das populações indígenas e às guerras travadas contra elas pela posse das terras ao longo do seu percurso. De acordo com Corrêa (2019, p. 70-71), no Baixo Mearim, o rio aparece nos documentos coloniais, nas guerras com as populações nativas, na participação dos missionários no processo colonizador, na distribuição de sesmarias, nos engenhos de cana de açúcar e na importação de mão de obra escrava africana.

Contudo, foi no fim do século XVIII que o processo de conquista do interior da Capitania se intensificou por parte da Coroa portuguesa. Com o apoio do Governo da Capitania, mais concessões de terras, para além das áreas litorâneas, seguiam rios acima. Nesse contexto, o Rio Mearim tem suas margens aparecendo no mapa das disputas entre indígenas e sesmeiros que se aferravam em expandir seus domínios.

Em correspondência enviada à Sua Majestade no ano 1786, o então governador do Estado do Maranhão e Piauí, Jozé Telles da Silva, apresenta uma Ribeira do Mearim, cheia de possibilidades. Assegura que para a maior parte dos homens experimentados no conhecimento dessas terras convém que as do “*Miarim*” são “*fertilíssimas*” (APEM, [18--]a). E, ao que parece, se refere ao Baixo Mearim e lembra à Sua Majestade que, em outros tempos atrasados, era um espaço em que se encontravam estabelecidos os maiores engenhos de açúcar e de moer cana que existiam até então nessa Capitania do Maranhão. Afirmando que ainda é possível localizar os que cultivam a cana e dela conseguem, mesmo com todas as dificuldades, lucrar em proporções convenientes. Esse seria um indicativo de que a Ribeira do Mearim conservava a mesma força de fecundidade que a fizera tão atrativa em outros momentos. Sobre os produtos que poderiam vir dessas tão promissoras terras, o Governador Jozé Telles da Silva destaca a produção de algodão, que, segundo ele, é muito boa; e menciona de forma entusiasmada a lavoura de arroz que também teria potencial de produção semelhante ao da Ribeira do Itapecuru (ressalvando, claro, a necessidade de mão de obra e proteção contra os ataques dos povos indígenas, para que os sesmeiros realizassem com sucesso seus empreendimentos).

Na mesma carta, o governador José Telles da Silva menciona a Ribeira do Alto Mearim, bem como a vizinha Ribeira do “*Grajahu*”, quando insiste com Sua Majestade para

que considere ambas como potenciais econômicos, citando as drogas do Sertão e o benefício do comércio com a Capitania do Pará. Nesse momento, a Ribeira do Alto Mearim ainda aparece como um espaço a ser conquistado. Segundo o governador, essa empreitada demandaria recursos vindos da Coroa portuguesa e/ou uma orientação mais direta em relação às ações a serem implementadas para efetivar esse projeto promissor.

No início do século XIX, o Rio Mearim passa a ser palco como uma possibilidade real de empreendimentos agrícolas. Assim, conhecer e conquistar as margens desse rio passa a ser cogitado como algo que precisava ser empreendido o quanto antes. Em Coelho Netto (1992), o Alto Mearim aparece no início do século XIX ainda como um espaço inculto. As terras para além dele também (as que iriam se confinar com os Pastos Bons). Algumas terras já estariam até repartidas por vários sesmeiros, que não teriam condições de demarcar sem grandes riscos e grandes despesas, superiores às suas forças.

A questão financeira parece ter sido decisiva na efetivação da conquista da região do Alto Mearim. Os sesmeiros não estariam conseguindo arcar com toda a estrutura necessária para fixar seus empreendimentos na região. Entretanto, havia mais uma questão a ser ponderada sobre essa situação: a região já estava ocupada por diversos povos indígenas, que ofereciam resistência em ceder seu espaço para o colono. Esse fato já era do conhecimento dos administradores da Capitania, desde o início da sua marcha para o Sertão. Houve, inclusive, notícias de povos indígenas guerreiros, como os Timbiras do Alto Mearim, que, na vizinha Ribeira do Grajaú, causavam inúmeros entraves para o “desbravamento” daquelas terras.

No começo do século XIX, alguns militares são designados para trabalhar de forma mais intensa na conquista de espaços ainda muito pouco conhecidos pelos colonizadores, realizando expedições tanto amistosas como punitivas. E são os registros feitos por esses indivíduos que trazem informações sobre a imensa área da Capitania do Maranhão, de seus habitantes e das potencialidades econômicas daquele Sertão ainda um tanto desconhecido. Nessas fontes é possível encontrar mais informações sobre a Ribeira do Mearim no recorte pretendido. Oportunamente, na terceira parte desse trabalho, será abordada de forma mais aprofundada essa atuação.

Uma proeminente figura, leitura obrigatória para os intérpretes do Sertão, foi o militar português Francisco de Paula Ribeiro. Segundo Pachêco Filho (2009), motivado pela força do

acaso, esse militar esteve no Brasil (mais especificamente, no que tange ao enfoque desse trabalho, percorrendo os Sertões do Maranhão, sobre os quais produziu suas “memórias”) a partir de incursões realizadas na segunda década do século XIX, para atender aos interesses do Estado Luso. A esse respeito, Pachêco Filho (2009) afirma que:

Por duas vezes o acaso foi determinante na vida de Paula Ribeiro. Primeiro, em 1795 quando se encontrava preso num quartel em Lisboa por “travessuras domésticas” à espera de um navio que o conduzisse às Índias para cumprir a pena. Como os navios para aquele destino estavam escassos partindo da Capital portuguesa, D. João Carlos de Bragança, membro do Conselho da Guerra e Duque de Lafões, escreveu para o Secretário de Estado da Marinha propondo o nome de Francisco de Paula Ribeiro para ocupar o posto de Alferes na Capitania do Maranhão. “Deveria servir debaixo das instruções do Coronel Anacleto Franco e das ordens do Capitão General D. Fernando Noronha”. O Duque de Lafões realça as qualidades do jovem: “é muito vivo, tem grande talento e hábil militar”, porém não esquece o Duque de assinalar que Paula Ribeiro era filho de um “Tenente Coronel de regimento de Artilharia da Corte, bem conhecido pelo seu merecimento”. O Ofício é datado de 28 de fevereiro de 1795. Não é citado o nome do pai de Paula Ribeiro. [...] (PACHÊCO FILHO, 2009, p. 1-2).

Foi também pelos desígnios do imponderável que Francisco de Paula Ribeiro, ainda de acordo com Pachêco Filho (2009), após participar de várias expedições em diversas plagas do Sertão maranhense – das proximidades do atual município de Viana até o sul do território –, acabou recebendo a missão reputada por aquele historiador como a sua mais significativa tarefa: a de demarcar a divisa entre as capitanias do Maranhão e do Goiás, então em litígio, sendo a demarcação tida como saída para esse impasse.

Francisco de Paula Ribeiro, nas ações organizadas e armadas sob as ordens do Estado Luso, já acumulara experiência e conhecimento e também fora promovido, após sua chegada. Para o comando da referida missão, entretanto, foi designado Vicente Jorge Dias Cabral.

Por sua vasta formação e larga experiência (resultantes de toda a preparação intelectual destinada a alguns funcionários e militares que recebiam missões de reconhecimento<sup>12</sup> em áreas coloniais), Dias Cabral seria muito importante e útil à Coroa

---

<sup>12</sup>Nesse ponto, importante mencionar o lugar que a Ilustração ocupou na formação dos funcionários que eram designados para essas missões. De acordo com Lima Santos (2014), embora o Iluminismo tenha possuído uma justificativa, perante os Estados Absolutistas – como o português – que transitava entre o revolucionário e o reformista (assumindo mais esta última característica) e que haja aparente contradição entre a característica desse sistema de pensamento do século XVIII e as estruturas sobre as quais se assentava aquele tipo de Estado, essa situação, considerado o caso português, se materializava de forma diferente. Primeiramente, porque sob a batuta do Marquês de Pombal, o “Despotismo Ilustrado”, ao contrário de enfraquecer as estruturas absolutistas do Estado, com as reformas centralizadoras, acabava por tentar fortalecê-lo. Em segundo lugar, mais importante no contexto da incursão de exploradores como Francisco de Paula Ribeiro, o conhecimento científico do qual se apropriaram os intelectuais da época foi muito importante para orientar os trabalhos dos

portuguesa, principalmente nas possibilidades de descoberta de oportunidades de exploração econômica. Quis o destino, por outro lado, que, acometido por uma doença que o impediu dessa liderança, Ribeiro fosse o escolhido para substituí-lo. Pachêco Filho (2009) caracteriza a situação e reproduz documentos que ilustram tal substituição:

Dias Cabral palmilhou os sertões do Maranhão, procurando os três reinos da natureza, encontrou salitre, quina, ferro, cobre e árvores, usadas na tinturaria. Cabral adoeceu às vésperas da viagem demarcatória. Em Aviso ao Ministério do Império, disse o governador Paulo Gama: Vi-me, portanto, quase repentinamente obrigado a nomear para esta comissão ao capitão do Regimento de Linha Francisco de Paula Ribeiro por haver estado também no Real Serviço por vários anos naquele contorno. (GAMA, APEM Avisos do Ministério do Império. Secretária do Governo; 1812-1819, Códice, Doc. 4: 52v). Como foi dito antes, o acaso colocava Paula Ribeiro novamente às ordens do Real Serviço. O Ofício que o nomeava também dava instruções: a sua missão, portanto, é marchar com a maior brevidade possível até a raia limítrofe desta capitania com a de Goiás nas extremas de Pastos Bons cabeceiras do Tocantins; lugar por Vossa mercê já conhecido. Ali se deve encontrar com o sargento-mor José Antônio Ramos e o capitão Francisco Pinto de Magalhães, vindos autorizados pelo excelentíssimo governador e capitão-general daquela capitania para com Vossa Mercê (que vai autorizado por mim para o mesmo) observarem e designarem a raia divisória e terminal das duas capitanias. (APEM Objetos Diversos; 1814-1816, Códice 05, Doc. 755) (PACHÊCO FILHO, 2009, p. 4).

A presença de Francisco de Paula Ribeiro no Brasil (e, mais especificamente, no Maranhão), ainda que motivada pelo acaso, de acordo com Pachêco Filho (2009), do ponto de vista das ações desenvolvidas no processo de interiorização das fronteiras da colonização para o Sul do Maranhão – com todos os elementos subjacentes a isso – foi primordial. Para Santos (2012), o militar português não apenas foi o “descobridor do sertão”, como já o afirmara Pachêco Filho (2009), como também fora responsável por sua “invenção”. A esse propósito, Santos (2012) afirma que:

Quem sucede o índio como representante do sertão é o vaqueiro, visto que este foi o responsável pela criação do gado e pela manutenção da fazenda. Por ser a economia sertaneja regida pela criação do gado, não é difícil entender porque o vaqueiro teve tanta importância simbólica, especialmente após as memórias do militar português, Francisco de Paula Ribeiro, no início do século XIX, quando da realização de trabalhos, em que percorreu todo a região, a serviço da Capitania do Maranhão. Algumas ideias têm a eficácia de perdurar por incontáveis gerações, não apenas pelo fato de expressarem um vasto universo de percepções de difícil contestação, mas porque determinadas instituições ou pessoas têm o poder de exercer forte autoridade simbólica sobre gerações presentes e futuras em relação a outras instituições ou pessoas (SANTOS, 2012, p. 122 -123).

---

militares e dos engenheiros que recebiam como missão o reconhecimento de terras nas áreas que eram colonizadas (como desdobramento do modelo econômico de mercantilismo de Portugal) e o mapeamento de oportunidades de exploração econômica. Para que tivessem uma noção mais aproximada do potencial que cada lugar poderia oferecer à Coroa portuguesa, era necessário que conhecessem adequadamente a natureza.

O trabalho de campo que ele realizou, designado para diversas funções e missões como militar, avançando sobre o Sertão e criando condições de viabilidade para o processo de conquista do sul maranhense, já seria merecedor de menção no histórico desse processo. Contudo, não bastasse essa importância, os registros realizados por Francisco de Paula Ribeiro, compilados, compõem uma tríade que muito revelou acerca do Sertão de Águas do Maranhão, além de terem dado contribuição para a formação de uma identidade sertaneja que substituiria o seu sujeito humano nativo, o indígena, por outros personagens, sobretudo a figura do vaqueiro. Santos (2014), ademais, assegura que essa maneira de conceber o Sertão seria utilizada, *a posteriori*, por outros intelectuais com o intuito de solidificar uma identidade regional.

Tendo em vista os objetivos das incursões protagonizadas por Francisco de Paula Ribeiro – como, por exemplo: combater as populações indígenas que representassem óbice à conquista; realizar entradas de caráter exploratório das potencialidades econômicas dos lugares percorridos; e cumprir missões como demarcações de divisas –, o Estado Luso considerava imprescindível a produção de relatórios de campo. Nesse caso, os relatórios, em forma de “memórias”, foram a contribuição para a Coroa portuguesa (destinatária de sua escrita) e para a construção de uma ideia de Sertão que também influenciaria, segundo Santos (2014), outros intelectuais, como Carlota Carvalho, Parsondas de Carvalho e Dunshee de Abranches.

Nas memórias que produziu, Francisco de Paula Ribeiro tratava de muitas questões. Podemos salientar o zelo do militar ao relatar o que ele observava à Coroa portuguesa. Ao mesmo tempo, suas linhas também tratavam de observações resultantes de interesses seus. A primeira dessas memórias descreve a incursão à fronteira entre as capitânicas do Maranhão e do Goiás, em 1815. A segunda versava sobre as descrições do território sertanejo. Por fim, a terceira relatava suas observações acerca das “nações gentias”.

As memórias que produziu demonstram, de forma clara, um dos intuitos da presença de Francisco de Paula Ribeiro nos Sertões: coletar e remeter a maior quantidade possível de informações acerca de uma região menos explorada da Capitania do Maranhão – neste caso, os Sertões dos Pastos Bons –. De certo modo, ele pretendia estimular a conquista da região, ao fornecer informações do potencial econômico do lugar para o benefício do Estado Português.

Ao mesmo tempo em que ia afirmando uma visão complacente com todo o processo de conquista dos Sertões dos Pastos Bons, Francisco de Paula Ribeiro consolidava em suas memórias a reserva de lugares aos sujeitos desses Sertões, sempre construindo de forma mais benevolente a figura do sertanejo, em detrimento da progressiva perda de espaço – físico e simbólico. Santos (2014) exemplifica essa situação:

Os nativos, os indígenas, deveriam ser pacificamente incorporados ao processo de colonização, assim deixariam de ser empecilho para se tornar solução para diversos problemas, entre os quais o demográfico e o de controle do território. Contudo, apesar da defesa desses habitantes locais, Paula Ribeiro não atribuiu a eles protagonismo histórico, sempre os enxergou como povos passageiros e secundários, por isso seu papel só poderia ser o de auxiliar na construção histórica do sertão maranhense. Contrariamente, era o mestiço, criador de gado, agricultor, para ele o ator principal da economia pecuária e, em consequência disso, da própria sobrevivência da região como um todo, nos moldes coloniais. Na impossibilidade de o branco colonizar aquelas terras, o mestiço seria a melhor opção para fazê-lo, com a importante, mas secundária ajuda dos nativos da região. No aspecto cultural, Paula Ribeiro destacou alguns pontos, que depois seriam vistos por uma parte dos próprios sertanejos como elementos intrínsecos à sua própria cultura. Entre eles, narra os costumes de algumas tribos, tendo proposto para elas maneiras de “educá-las” em proveito do Estado português. Em relação a algumas de suas tradições, determinados aspectos são percebidos ora de forma positiva ora negativa, de maneira que poucos elementos eram “aproveitáveis”. Em relação aos colonos, o militar mostrou duas vertentes de seus costumes, uma delas seria a falta de um “espírito empreendedor” em parte dos criadores, o que dificultava a expansão das fazendas. Por outro lado, ressaltou a importância do vaqueiro para o desenvolvimento da pecuária, tendo exposto ainda, entre outros aspectos, o modo rústico de vida dos fazendeiros locais e um elemento muito importante da cultura sertaneja maranhense: sua hospitalidade. Para além disso, os habitantes do interior maranhense foram descritos como um povo cordial, trabalhador e acolhedor (SANTOS, 2014, p. 17-18).

A concepção apresentada por Santos (2014) sobre o militar, em relação ao que ele pensava – a partir do olhar de um agente a serviço da Coroa portuguesa – acerca dos sujeitos locais, marca profundamente a maneira como ele, o militar, se relacionava com os sujeitos e de que forma tratou, na prática, cada um deles. No percurso que realizou, Francisco de Paula Ribeiro teve contato, nas suas missões militares sobretudo, com os povos indígenas dos Sertões, aos quais – à sua maneira e considerando a barreira dos idiomas – nomeou. Também criticou e denunciou crueldades da sociedade no trato com as populações nativas. Segundo Pachêco Filho (2011):

Francisco de Paula Ribeiro, em sua obra *Memória sobre as nações gentias que presentemente habitam o continente do Maranhão*, relata a hipocrisia dos moradores de Aldeias Altas quando atraíram os índios para dentro da vila e depois os prenderam. Ainda segundo o autor, após vários dias nessa condição, as índias espremiavam os seios, derramando leite, sinalizando a fome dos seus filhos pequeninos ficados nas aldeias e sem o alimento materno. Após muitos serem espancados e outros tantos, enforcados, os índios foram, enfim, liberados. Os

colonos concluíram sua trama dando-lhes roupas contaminadas com a varíola. Paula Ribeiro conta o retorno dos timbira infectados para suas aldeias, promovendo involuntariamente a contaminação de milhares de outros índios. Ao se jogarem nos rios para tentar diminuir o calor da febre, contaminavam também os rios (PACHÊCO FILHO, 2011, p. 25).

Embora em suas memórias criticasse, a título de denúncia, os não indígenas por um comportamento prejudicial a esse segmento específico da população dos Sertões, e apregoasse sua incorporação por vias pacíficas e com “aproveitamento” para os interesses do Estado Luso, ele também os combatia, bem armado e com o apoio desse mesmo Estado, tendo – inclusive – recebido correspondência do então governador da Capitania do Maranhão, Antônio Saldanha da Gama, felicitando-o por uma expedição bem-sucedida para combater o “gentio”.

As Ribeiras do Mearim e do Grajaú aparecem no relatório de viagem, na descrição dos Sertões dos Pastos Bons feita por Francisco de Paula Ribeiro, como uma região que oferecia vantagens por possibilitar a comunicação direta com a capital São Luís, devido à sua navegabilidade.

De fato, um imenso atrativo, visto que viajar pelos rios amenizava a falta de estradas terrestre: “A Ribeira do Grajaú, pelas muitas vantagens que lhe assistem, podendo até comunicar-se diretamente com sua capital São Luís pelas abundantes correntes dos seus rios Mearim e Grajaú” (RIBEIRO, 2002, p. 134). Francisco de Paula Ribeiro, nesse trecho de seu relatório, parece naquele momento identificar o Rio Mearim como parte da Ribeira do Grajaú, cabendo uma análise posterior de sua obra para confirmar essa impressão. Interessante observar que a nota apontada sobre a região é um discurso que se assemelha ao realizado em fins do século XVIII pelo então Governador José Telles da Silva (1784-1787). Ambos, em seus enunciados, acenam com a imagem de ribeiras promissoras, bastando apenas uma participação com o aparato que se julgava necessário na ocasião, conforme relata o próprio Francisco de Paula Ribeiro, em 1819, na sua Descrição do território de Pastos Bons, nos sertões do Maranhão. Ele tratou das propriedades de seus terrenos, de suas produções, do caráter dos seus habitantes colonos e do estado atual dos seus estabelecimentos:

[...] Pela descrição dos antecedentes se conhece o como entre elas se deposita, e que fica coberto o seu lado sul de que possa ser ofendido, ao mesmo tempo que por todos os outros fica cercada de **muitas povoações Timbiras**, que a hostilizam, especialmente os Piocobgés, sendo estes aqueles que mais cruelmente a têm perseguido, não só obstando o aumento de sua população, mas diminuindo-lhe aquela que já está promovida, circunstância esta que, se fosse melhorada, podia ela

estender-se para os referidos três lados com incalculáveis lucros da sua capitania; porque não só seus vantajosos campos produzem famosos gados, que podiam abastecê-la de carnes de fabrico, mais ainda mesmo com a cultura engrossando-lhe o comércio pelos resultados das interessantes lavouras de que são próprios os seus dilatadíssimos matos, tão preciosos como os do rio Itapicuru, e assim mesmo tão susceptíveis de utilizarem-se pela completa navegação dos sobreditos **Mearim e Grajaú**. (RIBEIRO, 2002, p. 134, grifo nosso).

O militar faz menção à pouca povoação das Ribeiras do Grajaú e do Mearim, o que atravancaria os esforços dos poucos colonos que ali ousavam permanecer, mesmo cercados pelas populações indígenas numerosas, identificadas por Francisco de Paula Ribeira como Timbiras, que estavam a atrapalhar o avanço do projeto colonizador para os Sertões dos Pastos Bons.

Em decorrência de várias expedições exploratórias ou punitivas pelos Sertões da Capitania do Maranhão comandadas por Francisco de Paula Ribeiro a serviço da Coroa lusa, ele produz o mapa da “Capitania do Maranhão”, que é apresentado como complemento aos três roteiros do mesmo autor publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, disponíveis na Biblioteca Digital Curt Numeundajú.

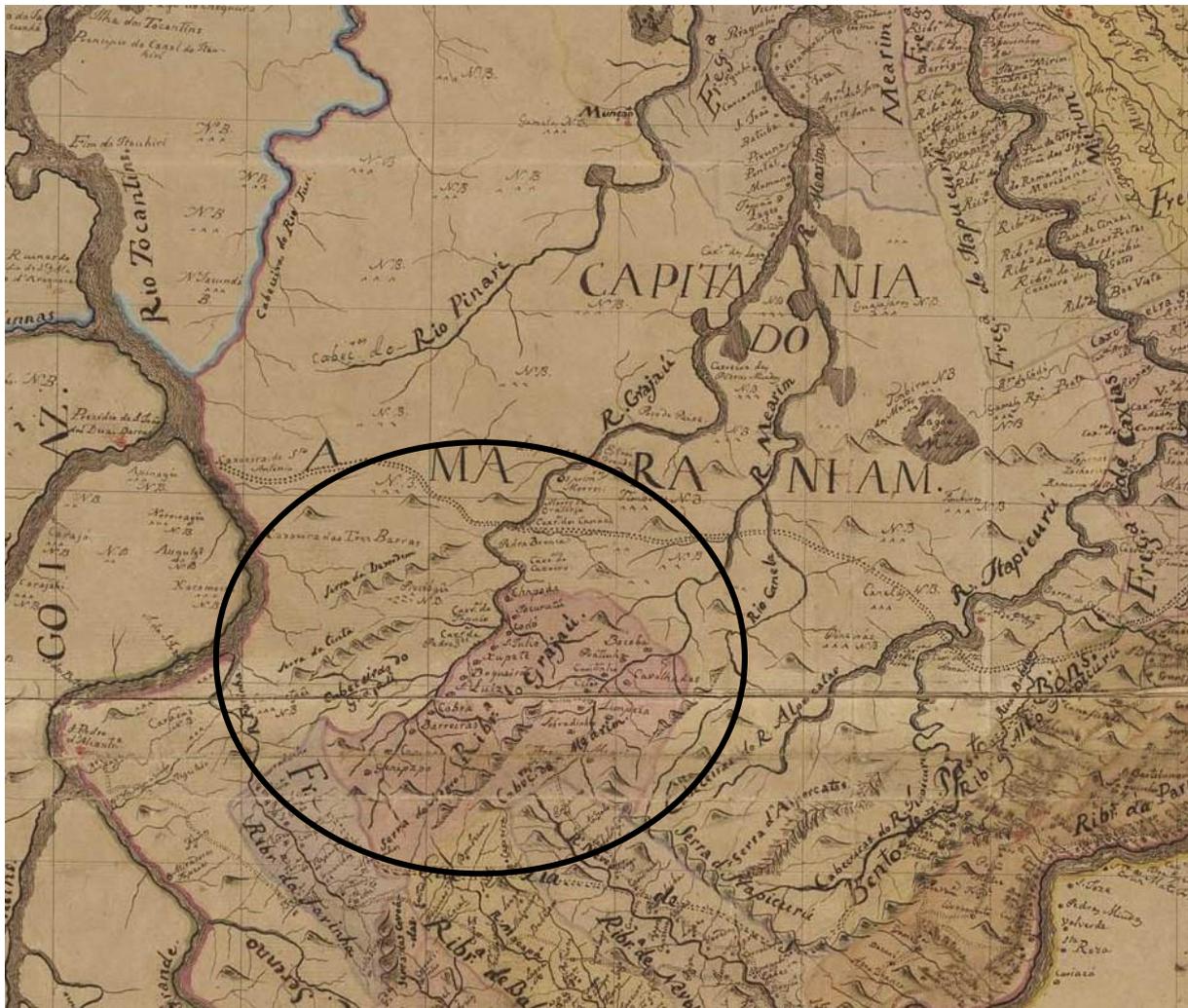
O mapa 7 traduz as constatações sobre essa região ainda em fase de ocupação pelo colono, apresentando as fronteiras da Capitania do Maranhão pelo olhar do militar: as Capitânicas do Grão-Pará, marcadas pelo Rio Turi, a Capitania do Piauí, Rio Parnaíba; a Capitania do Goiás, Rio Tocantins; e ao sul do mapa, após a serra Piauí, e um ramo do Rio São Francisco, aparece Minas Gerais. Essas informações foram repassadas a seus superiores.

Mapa 7 – Mappa geographico da Capitania do Maranhão, que pode servir de Memoria sobre a População, Cultura e Couzas mais notáveis da mesma Capitania. Francisco de Paula Ribeiro 1819



Fonte: Ribeiro, [21--].

Mapa 8 – Mappa geographico da Capitania do Maranhão, que pode servir de Memoria sobre a População, Cultura e Couzas mais notáveis da mesma Capitania. Francisco de Paula Ribeiro 1819



Fonte: Ribeiro, ([21--]).

Sobre o Rio Mearim, o comandante de Pastos Bons, em 1819, traz detalhes sobre a localização da Ribeira do Alto Mearim, como é possível observar no mapa 8. Essa cartografia demonstra um esforço em ser o mais detalhista possível para mapear todos os aspectos relevantes, contribuindo para a concretização dos planos de conquista daquela Ribeira. Ao descrever um pouco da hidrografia da região do Alto Mearim no início do século XIX, afirma que o Mearim nasce das “últimas pontas da serra do Itapicuru, engrossando a sua corrente com a do pouco importante rio Canela que outros apelidam rio da Corda, e que lhe entra de leste, vai para o norte” (RIBEIRO, 2002, p. 135). O Rio Mearim terminaria sua viagem para o norte, poucas léguas acima do lugar Vitória, capital da freguesia do Mearim, juntando-se ao Rio Grajaú. Descreve, ainda, as cachoeiras e os bancos de areia, que lhe faziam trabalhosa a navegação na estação seca. No período chuvoso, conhecido no Maranhão como inverno,

merecia ser navegado e seria um importante caminho para o que ele chamou de todos os Sertões de leste e os das suas cabeceiras. Chega a mencionar a tentativa de um padre (Filipe Néri de Faria) de navegar o Rio Mearim nas condições anteriormente mencionadas, descendo da fazenda Pratinha, que estava situada nas cabeceiras desse mesmo rio, e tendo feito pelo menos duas tentativas de viagem. Contudo, devido aos gastos acima do que ele possuía e à falta de ajuda ou de quem o quisesse acompanhar na aventura, ele morre sem realizar o projeto. Esse exemplo mostra como o Alto Mearim, no início do século XIX, ainda era um desafio para seus exploradores.

O Rio Mearim, assim como tantos outros “caminhos de água”, teve uma primordial importância para o avanço sobre o “Sertão de águas”<sup>13</sup>. Sem eles, e sem a participação ativa das populações indígenas que habitavam suas margens, essa empreitada seria bem mais cheia de percalços. A esse respeito, Pachêco Filho (2019) fala sobre a navegabilidade dos rios no interior do Brasil e observa que as populações indígenas detinham conhecimentos sobre as regiões mais “inóspitas” para o colonizador português. Esses conhecimentos se referiam à localização desses rios e à construção de canoas sem quilhas, com um único tronco de árvore. A navegação com essas canoas possibilitou a conquista e a ocupação colona nos sertões mais distantes, inclusive no Alto Mearim.

---

<sup>13</sup>Expressão usada por Pachêco Filho (2016) e já abordada em outra oportunidade nesse trabalho.

### 3 “DEZINFESTAÇÃO”: DISPUTAS PELO ESPAÇO NO SERTÃO DA CAPITANIA DO MARANHÃO

#### 3.1 “Dezinfestar” para avançar!

É necessário, inicialmente, esclarecer o uso da categoria “dezinfestação”, assim como dos termos a ela relacionados – “desinfestar”, “infestado”, “infestava” –, que aparecem em vários documentos oficiais do período colonial da história da Capitania do Maranhão e que foram usados como fontes nesse trabalho. O significado contemporâneo, segundo o conhecimento popular e os dicionários, seria a eliminação de parasitas (DICIO, c2021). Segundo Paiva (2006), os diferentes contextos possibilitam significados e juízos diversos às imagens. O distanciamento no tempo, entre o objeto e o seu observador, também imprime diferentes entendimentos, uma vez que as leituras são sempre realizadas no presente, em direção ao passado. Assim sendo, a busca pela compreensão semântica da palavra, no recorte temporal analisado nessa pesquisa, foi realizada em dicionários coloniais e em produções historiográficas, embora sem sucesso para uma conceituação direta. Essa investigação nos levou a um recuo no período colonial, no afã de desvendarmos se a palavra – tão recorrente em documentos oficiais do Maranhão Colonial – carregava o mesmo sentido de “limpeza” que tem entendido atualmente.

Embora o termo não tenha sido encontrado nos dicionários consultados, localizamos, em Bluteau ([18--], p. 310), “DESINFECTAR\* Vid. Desinficionar, tom. 3. do Vocabular. (Se começa a usar de perfumes para os Desinfetar. Gazeta de Lisboa 1722, 26. Rio de Janeiro, pag. 71.)” ou “INFECTUOSO Incesto, a, um. Tacit. Mancha a tão puro amor Infectuosa da Paixão Amorosa”. Desinfectar, com o mesmo sentido de purificar, limpar, livrar-se de algo indesejado. Se precisa limpar, é porque está impuro! O que nos leva a uma reflexão sobre a natureza desse entrave, que atrapalhava tanto a ponto de merecer espaço em documentação oficial dos colonizadores do Maranhão do Oitocentos. Essa mesma reflexão nos faz questionar o modo como acontecia essa Dezinfestação nas ribeiras dos Sertões.

Algumas constatações nos levam a outras reflexões sobre o conceito de “Dezinfestação”, da forma como a palavra aparece nas fontes. Voltamos aos séculos iniciais de colonização, como método, para compararmos o contexto atual ao dos documentos

analisados do século XIX, que, no momento, é o que melhor parece atender a essa empreitada rumo à compreensão do termo.

“Dezinfestar” e “infestado” aparecem em bibliografias sobre a América portuguesa em contextos nos quais estão implícitos elementos que nos levam a crer que o sentido com o qual eram usados não diferia do conhecido nos dias atuais. É importante pensar o impacto do uso do termo como representação do lugar do outro dentro da sociedade colonial, sendo esse lugar físico ou simbólico. Até o século XVIII, podemos pensar em limpeza, no sentido simbólico, como uma coisa ligada à ideia de pureza de raça (RAMINELLI, 2006). Assim, as ações da Coroa portuguesa na colônia estariam também influenciadas pela ideia de uma sociedade com elementos “tão diferentes” na visão do colonizador, como eram os indígenas e os não indígenas. Assim, o confronto físico ou simbólico entre esses dois atores era muito provável.

Como demonstram Chambouleyron et al. (2009, p. 127, grifo nosso), “em 1693, o rei reconhecia como ‘justa e necessária’ a guerra que fora realizada contra este gentio do curso que **infestava** os rios Itapecuru e Mearim”. Também se encontra em Melo (2011, p. 47): “em 1715, o governador do Maranhão solicitou a Bernardo Carvalho de Aguiar que eu fizesse guerra ‘ao gentil que infestavam os Rios Itapecuru e Mearim e haviam entrado pela terra da Capitania do Piauí, matando os moradores, destruindo lhes casas e fazendas”. Essa passagem reforça o entendimento sobre o sentido das palavras “dezinfestação”, “desinfestar”, “infestar”, que aparecem no conjunto documental da Junta de Missões, no da Secretaria de Governo ou na historiografia consultada. Nos séculos XVII e XVIII, o termo “dezinfestar” aparece associado à guerra justificada do colonizador contra os indígenas das margens dos Rios Itapecuru e Mearim. Os entraves aqui aparecem na figura dos povos que habitavam as ribeiras e precisavam ser eliminados para o avanço da interiorização da colonização. Contudo, os indígenas também incomodavam devido à diferença cultural.

Em Carvalho (1998), no caso da Ribeira dos Rios Mearim e Itapecuru, no século XVII, é citado o termo “infestava”, fazendo-se referência ao confronto de Domingos Matos Leitão e Silva com os indígenas Caicaizes do Maranhão. Em Manuscrito do A.H.U. (Caixa. Doc. 45 apud CARVALHO, 1998, p. 116), a Ribeira do Mearim e Itapecuru aparecem como um espaço a ser “dezinfestados”, havendo no documento a solicitação de uma tropa de guerra contra o chamado “gentio de curso do povo indígena Caycai”, espalhado por toda terra firme da Capitania do Maranhão.

Outro momento em que a palavra “infestar” aparece em documentos oficiais é o no relato do bispo do Maranhão no início do século XVIII, Dom Delgart, presente em Siqueira (2011). O bispo relata a Portugal sobre as possibilidades de vantagens econômicas das terras do Maranhão e, ao tratar da Ribeira do Itapecuru, se refere à presença indígena como um empecilho ao avanço da colonização e ao sucesso econômico daquela região: “[...] algumas léguas suposto que **infestado** de gentio bárbaro, porém tão covarde e tímido, que qualquer arma de fogo os põem em fugida” (SIQUEIRA, 2011, p. 44, grifo nosso).

Como justificado anteriormente, aqui estão somente alguns exemplos em séculos anteriores e em espaços ainda diferentes do foco dessa produção, visto que a interiorização da Capitania se dá a partir do norte para o sul, e o Alto Mearim aparecia em um Sertão ainda em processo de colonização pelo não indígena. Entretanto, essas são situações que levam a uma conexão entre a “dezinfectação” e a limpeza das terras; indígenas e guerras.

A importância da busca por esse significado se dá muito pela forma como a palavra designava uma série de atributos implícitos quando era usada para se referir ao trato com os indígenas habitantes da Ribeira do Alto Mearim, no Sertão maranhense, no início do século XIX. Violências físicas e não físicas desaguavam em uma relação sempre muito tensa.

Também nos Termos da Junta de Missões e nos documentos da Secretaria de Governo analisados nesse trabalho, as palavras “dezinfectação”, “infestada”, “infestado” ou “desinfestar” aparecem no contexto das guerras contra os indígenas do centro sul maranhense. Acreditamos que o uso do termo carrega a simbologia da dicotomia “civilizado<sup>14</sup> x bárbaro”:

---

<sup>14</sup>[...] Na mesma altura do Dicionário de Trévoux, estava sendo redigido o Diccionario Castellano do também jesuíta Esteban Terreros y Pando. Trazia tanto o significado em espanhol, em geral, com abonos ou exemplos de emprego, como a correspondência do termo em francês, latim e italiano. Impresso em 1786, estaria pronto desde 1765 – seis anos antes da publicação do Trévoux, portanto (Fernandéz, 2008, p. 86) – e trazia os dois sentidos para — civilización! — termino Forense, acto de justicia, que hace civil una causa criminal (...) tambien se puede decír por la accion de civilizár, y domesticar algunos pueblos silvestres: la civilizacion de los brasileños fue mui dificil para los Misioneros. (Terreros y Pando, 1786, p. 439-440). **O sentido religioso e de cristianização dos gentios presente em Trévoux estava também destacado aqui, pois a ação de civilizar (e domesticar) tinha como objeto os povos silvestres (—les peuples barbares les plus sauvages! em Trévoux), dando como exemplo para abonar uma referência aos missionários no Brasil e seu trabalho junto aos —Brasileños!.** Assim, se aceitarmos a data de produção e não de impressão de Terreros y Pando (cf. (Fernandéz, 2008), as primeiras entradas dicionarizadas de civilização (junto a civilizar) tinham, de um lado, um acento religioso, no qual o cristianismo era um dos reguladores das paixões que permitia o ato de civilizar, e uma inflexão para o trabalho de conversão dos. Luís Filipe Silvério Lima. Civil, civilidade, civilizar, civilização: história de usos, significados e tensões dos conceitos no Império Português. Séc. XVI-XVIII. Disponível em [http://1300480148\\_ARQUIVO\\_anpuh2011-civilizacao.pdf](http://1300480148_ARQUIVO_anpuh2011-civilizacao.pdf). grifo nosso. [...] A uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conceitos científicos, às ideias religiosas e aos costumes. Pode se referir ao tipo de habitações ou à maneira de como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo poder judiciário ou ao modo

“desinfestar” seria, nesse caso e nesse recorte temporal, uma forma de desumanizar esses indígenas e, assim, tornar mais aceitáveis as ações de guerra contra eles. Embora dentro da própria constituição social da Capitania do Maranhão, os membros da Igreja Católica e os colonos expedicionários tinham entre si discordâncias quanto à natureza dos povos indígenas. Em situações diversas, pesavam os interesses particulares de cada um desses agentes, tornando inconstante essa compreensão e, tendo como consequência, uma variedade de comportamentos durante os contatos entre indígenas e não indígenas.

Nas fontes analisadas, o termo “dezinfestação” remete à compreensão do sentido de civilização, uma vez que aparece como uma consequência da consciência de se entender “civilizado”, o que acompanha geralmente as justificativas de ações de agentes coloniais em nome do ato de “civilizar” os indígenas. Entretanto, há a necessidade de entendimento do que era civilizar no início do século XIX. Segundo Elias (1990), alguns termos são usados durante tanto tempo que, na maioria das vezes, são naturalizados, pouco discutidos, adotados como verdades, como se fossem autoexplicativos. Civilização teria, no século XVIII, nos casos das sociedades europeias analisadas pelo mesmo autor, guardadas as devidas especificidades de cada lugar, um sentido ligado a um marcador de diferenciação social. Assim, “[...] a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica ou visão do mundo e muito mais” (ELIAS, 1990, p. 23). Ainda de acordo com o mesmo autor, civilização, para ingleses e franceses, por exemplo, teria um sentido de processo, de movimentação constante para frente. Esses povos buscavam reduzir as diferenças nacionais, aquilatando o que havia de comum entre os seres humanos, sendo admissível a relação desse conceito com um intento expansionista de colonizadores que colocavam a necessidade de levar seu modo de ser e atuar para outras sociedades.

Assim sendo, buscamos identificar nos dicionários coloniais indicativos sobre como civilização ou seus similares apareciam em séculos anteriores e no século XIX. Lima (2011) apresenta uma discussão sobre a origem e o sentido do termo “civilidade” e aponta que, segundo o “Dicionário de língua portuguesa” impresso em Lisboa em 1789, houve uma mudança semântica ao longo do século XVIII, que eliminaria qualquer ambiguidade em

---

como são preparados os alimentos. Rigorosamente falando, não há nada que possa ser feito de forma civilizada ou incivilizada. Daí ser sempre difícil sumarizar em algumas palavras o que se pode descrever como civilização (ELIAS, 1990, p. 23).

relação ao termo civilidade. Houve um reflexo do uso do termo em alguns textos portugueses já na primeira metade do XVIII:

[...] Como no sexto volume da História Genealógica da Casa Real Portuguesa (Sousa, 1739, p. 318, v. 6). Redigida por António Caetano de Sousa e impressa entre 1739 e 1748, era obra bastante conhecida e muito referida à época, inclusive por gramáticos e dicionaristas. Civilidade também aparecia em textos legais, gerados e impressos pela Coroa, como no Diretório dos Índios, de 1758. O Diretório definia a atuação do poder civil sobre os nativos do Maranhão e Pará (após a saída dos jesuítas) que devia complementar a ação religiosa de cristianizá-los, agindo para — a civilidade dos índios, por meio da — educação pública, do ensino da língua portuguesa, dos — bons costumes, das — Leys da honestidade, e da policial (e da — liberdade do commercio!), que os ajudaria a serem polidos, decentes e os tiraria do estado de — incivil rusticidade que atrapalhava não só sua conversão mas também os negócios do reino na região (Diretório, 1758, p. 3-4, 6, 10-1, 16, 37). (LIMA, 2011, p. 10).

A visão de mundo do europeu criava, dentro da estrutura da Capitania do Maranhão, limites para os membros daquela sociedade, incluindo os indígenas. Buscava determinar seu lugar como cultura que se compreendia dominante e, assim por consequência lógica, o lugar de cada indivíduo naquele contexto, quem era civilizado e quem não era. Como na citação acima, quando fala sobre as funções do Diretório dos Índios de 1758, é possível inferir que o termo civilidade e seus correlatos carregam um sentido que não possibilita entendimento ambíguo, pois era um marcador a partir da visão do europeu. Destarte, a compreensão sobre as várias populações indígenas da Capitania do Maranhão segue condicionada a um padrão de comportamento, considerado civilizado e baseado em marcadores exógenos aos seus. Todos que não se adequassem a essa outra realidade seriam o oposto de civilizado, conforme a citação “incivil rusticidade, que atrapalhava não só sua conversão mas também os negócios do reino na região”, sopesando como possível a concepção de que os indígenas poderiam ser, em certas ocasiões, considerados dispensáveis. Dessa forma, a “dezinfestação” destes seria possível sempre que fosse necessária para a manutenção de território na Capitania.

Portanto, os termos civilizado e civilização seguem para o próximo século, pelo menos na Capitania do Maranhão, com um único sentido e podendo ser associados ao processo de compreensão de outros, como a dezinfestação, que aparece no século anterior com significado de limpeza, possibilitando aludir que o colono poderia pensar o elemento indígena, no contexto do Maranhão Colonial do início do século XIX, como um ser sem lugar definido dentro daquela conjuntura, às vezes aliado, às vezes inimigo. Em alguns casos, ultrapassava esse campo das ideias e chegava às ações de fato, com violências físicas implementadas por

vários atores não indígenas e indígenas (visto que esses últimos também participavam ativamente do processo, quando lhes era conveniente).

O militar Francisco do Paula Ribeiro, em seu relatório de viagem de 1815 aos sertões maranhenses, faz uma análise das expedições formadas à época para reduzir, pelo uso das armas, as populações indígenas. Na oportunidade, fala da sua experiência de vinte anos comandando a região dos Pastos Bons, adentrando para além dos espaços já conquistados e demonstrando seu empenho em cumprir todas as missões a ele confiadas pela Coroa portuguesa. Ele traz, na sua análise, a olhar do militar, que se diz obrigado a entrar em detalhes da defesa da região que comanda, contra os povos indígenas Timbiras que infestavam a região e faziam incursões às terras dos colonos. Confessa, em sua narrativa, que todos os esforços por ele realizados – e por outros, em iguais circunstâncias – não eram suficientes, não havendo, assim, outro remédio a não ser deixarem os povos indígenas destruírem-se entre si, não tendo serventia para o propósito de servir como mão de obra para os colonos moradores dos sertões. Contudo, o comandante dos sertões não descarta, em sua narrativa, a possibilidade de guerra contra essas populações indígenas, no que ele chama de inevitável precisão. Relata as dificuldades em organizar essas guerras contra os indígenas das Ribeiras dos Sertões, por falta de apoio das forças do Estado.

Podemos perceber, por meio da fala do militar, que o século XIX começa nos sertões com as mesmas práticas de outrora: tentativas de alianças; inércia em relação às guerras entre os povos indígenas que não se submetiam ao novo modo de vida junto aos colonos daquela paisagem, ignorando aqueles indivíduos indígenas que não faziam parte da sociedade “civilizada”. Também uma forma de “limpar” o espaço do que não fosse necessário para a estrutura de sociedade que o colono pretendia construir. E, quando tudo o mais falhar, a guerra seria o caminho cogente.

“Dezinfestação”, na passagem aludida, aparece não no uso do termo propriamente dito, mas como uma mentalidade que já se encontrava enraizada como prática do colono, que se achava no lugar que acreditava ser seu por direito, a partir sempre da sua visão de mundo. Era ele que determinava o que era “indesejável” e essa é uma noção que varia no tempo e espaço. Em que circunstâncias os indígenas eram desejáveis? Naquelas compreendidas como as certas pelo colono. Transformar a paisagem das Ribeiras em algo semelhante a padrões da

cultura não indígena era o que vinha fazendo esse elemento “recém-chegado”<sup>15</sup> à Capitania do Maranhão. Os atributos pertinentes, ou adjudicados, àqueles que devem ser excluídos, ou mesmo eliminados em nome da “paz”, da “religião”, do “sucesso” do projeto colonizador, vêm do próprio não indígena, que anseia por lograr êxitos em seus planos pessoais ou em nome da Coroa portuguesa.

### 3.2 Os indígenas e sua presença nos Sertões dos Pastos Bons

Ao leitor dessa produção, explicamos que as fontes impeliram a não trazer uma etnia indígena especificada à baila, visto que não possibilitaram um mapeamento necessário para se ter afirmativas de um povo em destaque. Pelo contrário, o imaginário sobre o binômio “tupi e tapuia” perdurou nos registros da correspondência entre as autoridades locais e destas com seus superiores dentro da Colônia e além-mar, bem como nos relatórios de viagens que também compuseram o conjunto desses documentos, embora estes últimos contenham, em alguns momentos, informações que apontavam para algumas etnias presentes no Alto Mearim no início do século XIX, conforme será tratado nas páginas que se seguirão. Baczkó (1985) apresenta o imaginário social como mecanismos que regulam a vida coletiva e que usam referências simbólicas para definir separações internas, hierarquias e instituições sociais. Além disso, ele funciona como artifício concreto e eficaz do dispositivo de controle do cotidiano coletivo no exercício da autoridade. Seria ele, portanto, concomitantemente o lugar e o elemento das disputas sociais. Essa conclusão de Baczkó (1985) sugere um possível entendimento para essa ausência de nomes confirmados de populações indígenas da Ribeira do Alto Mearim, naquele início de século. São documentos oficiais produzidos por agentes do governo da Capitania e que estariam ali para avançar com um projeto que, para ser efetivado, precisava alterar o espaço do Sertão, limpar, “dezinfectar”. Dessa maneira, os indígenas também compunham o imaginário do colono sobre os Sertões. Eles já teriam lugar definido ou eram representados como os aliados para o prosseguimento da construção de um espaço nos moldes que o não indígena entendia, ou era a barreira a ser limpa, “dezinfectada”. Assim, as fontes, principalmente as correspondências de autoridades do governo, não demonstram esforço em identificar esses indígenas.

---

<sup>15</sup>Com “recém-chegado”, o que queremos mostrar é o diminuto tempo do não europeu se comparado às populações indígenas que já habitavam a Capitania do Maranhão.

Os entraves – essa ausência de identificação da totalidade das populações indígenas no conjunto das fontes analisadas – ao contrário de desestimular, de tirar as forças dessa pesquisa, surtiram o efeito oposto. É ponto comum que essas populações já habitavam os sertões da Capitania do Maranhão; desde a chegada do estrangeiro colonizador, inúmeras produções corroboram essa informação. E, nessa ocasião, é imprescindível um recuo nas produções historiográficas de recortes temporais anteriores a esse que propomos. Julgamos que as informações trazidas por essas produções irão fomentar sustentáculos para a compreensão de que não se trata de desconhecimento total sobre algumas etnias que povoavam a região à época, ou ato deliberado na escrita desse texto, em suprimir a identidade étnica das populações indígenas desde o título da pesquisa.

A compreensão dos não indígenas acerca do que era Sertão traz, para Chambouleyron (2013), uma implicação direta com as populações indígenas e uma relação entre esses elementos que, ao tempo colonial, passam a disputar aquele espaço. Os sertões da Amazônia eram distantes, mas não necessariamente eram ermos e despovoados. Assim, “as diversas descrições que existem sobre a região [...] dão conta de como as populações indígenas eram percebidas como fazendo parte e habitando o interior do território” (CHAMBOULEYRON, 2013, p. 88). Na Capitania do Maranhão, por ocasião da revolta de Beckman, religiosos da Companhia de Jesus lembravam que, se bem tratados, os indígenas deixariam seus sertões e desceriam a viver junto dos não indígenas. Assim, “se havia vazio nos sertões, para alguns, ele não era característica intrínseca desse território impreciso. Ao contrário, era fruto da ação humana ou das consequências dela”. As guerras que mataram inúmeros povos indígenas e as epidemias – como as das bexigas, que assolaram em dois momentos o Estado do Maranhão e Pará –, tudo teria contribuído para o despovoamento dos chamados sertões.

Sertões poderiam também significar terra de povos indígenas, como o “sertão dos Juruna e o dos Taconhapé” ou “todos estes sertões dos Nheengaíba”, esta última denominação do Padre Antônio Vieira ao tratar de ação missionária na Ilha do Marajó. Segundo Rafael Chambouleyron (2013, p. 89): “os etnônimos se confundiam com os próprios rios onde habitavam as nações; [...] padre Domingos Antunes Tomás escrevia sobre um descimento fracassado de ‘uns índios que vieram do sertão dos Tocantins’”. Assim, existiriam vários sertões, caracterizados pelos grupos que neles habitavam, pelos rios que por eles cruzavam.

Para Melo (2011, p. 30), “a própria denominação Estado do Maranhão e Grão-Pará representa uma ressignificação do espaço. Como entidade política e geográfica, era inteligível

aos portugueses e, provavelmente, a mesma compreensão não se deu entre os índios”. Maldini (1997 apud MELO, 2011, p. 30) ressalta que “os portugueses foram influenciados pelas representações medievais sobre o espaço e pela representação da floresta como lugar da solidão e que expressava a ideia de deserto”. Assim, não teriam os colonizadores se identificado com o entendimento de fronteira diferente do seu; tampouco, teriam considerado as populações indígenas como habitantes merecedores de seu espaço conforme sua concepção.

Os Sertões dos Pastos Bons, conforme já mencionado, recebe essa denominação dos colonizadores a partir de uma funcionalidade que fazia sentido para os estrangeiros: o avanço da pecuária naquela região. Contudo, não necessariamente essa funcionalidade é a mesma compreendida pelos diversos povos indígenas que o habitavam. Nos Termos da Junta de Missões e cartas, provisões, despachos e outros documentos da Secretaria de Governo analisados, não foi identificada menção à forma como essa região era nomeada pelas várias etnias que o habitavam e nem sobre o sentido que aquele espaço tinha para esses povos indígenas.

Essa ausência, longe de fazer crer que inexistia tal designação, na verdade reforça o entendimento de uma política de ocupação pelo “branco” e de uma imposição cultural, já que há relatos em termos da Junta de Missões que confirmam a presença indígena às margens do Rio Mearim. No ano de 1746, José Meireles, capitão-mor do Mearim, demonstra a necessidade de religiosos em converter ao cristianismo os indígenas habitantes das margens daquele rio (APEM, [18--]b). Em outro termo, de 1750, é mencionada uma proposta de Francisco Pedro de Mendonça Gurjão, governador e capitão-general do Maranhão. Ele sugere a permanência de um religioso mercedário, munido de recursos para adquirir mantimentos, e de utensílios para distribuir entre indígenas habitantes das serras do rio Mearim. Nos documentos do APEM ([18--]b), entendemos que a nomeação de um espaço implicava em sentimento de posse. Assim, os sertões das Ribeiras do Sul já estavam em estágio avançado de conquista pelos não indígenas, ao menos na visão deles. Entretanto, se já era uma região habitada por indígenas, como os próprios termos da Junta de Missões assinalam, podemos, desta forma, conjecturar que a entendiam como parte do seu território e se referiam de alguma forma ao seu espaço.

Para Moreira (2016, p. 87), a partir da introdução do colonizador na América, ao longo de muitos anos, foram traçadas linhas reais e simbólicas entre espaços do conquistador

português e dos povos indígenas: “Arraigou-se a convicção de que as ‘nações’ encontradas na costa do Brasil viviam em estado de natureza – i.e., sem normas e instituições sociais e políticas. Dizia-se, então, que eles viviam ‘sem rei, sem lei, sem fé’”. “Sertão” teria adquirido um sentido de áreas não conquistadas pelos colonizadores e que permaneciam em posse dos indígenas. Seria um limite entre os dois mundos; uma fronteira; era uma palavra usada pelos conquistadores.

Ao analisar territorialidades coloniais, Fernandes (2019, p. 81) fala que podemos considerar que o espaço se constitui como o lugar das relações sociais e que os dois são construídos epistemologicamente a partir dos sentidos relacionais que a eles são atribuídos ao longo do processo histórico. A demarcação das territorialidades constituiria esses significados dados ao lugar, por conta das relações nele desenvolvidas ao longo do tempo. As interações, entendidas como processos de estabelecimento de áreas delimitadoras de relações sociais, informam o conjunto de ações humanas desenvolvidas em dado lugar. Elas concorrem para a criação de normas/padrões que ampliam/reduzem áreas de influência.

Sobre relações nos territórios, Nordman (2006 apud FERNANDES, 2019, p. 84) “observou que toda fronteira tem relação com o interior e o exterior do território. Estar dentro ou fora dele depende da relação que existe entre o grupo ou indivíduo nele inserido e sua relação com o domínio sobre o território”. Destarte, partindo dessa visão, a noção de fronteira tem ligação, também, com relações de força e poder que se tornam sem significação sem as palavras, as figuras e os conceitos pelos quais ela pode ser designada. Assim sendo, “os Sertões dos Pastos Bons” são uma das fronteiras da Capitania do Maranhão na qual as relações se desenvolvem a partir da disputa de poder sobre a terra e sobre o seu significado para cada um dos agentes envolvidos no processo.

Considerando os povos indígenas no contexto do Sertão de Águas maranhenses, pois o próprio Francisco de Paula Ribeiro, em seu roteiro de viagem, registra sua existência, o que reforça o ar de ocupação do não indígena naquele espaço, e nos leva a refletir sobre o estabelecimento de alianças entre o militar e algumas populações indígenas. Ele passa mesmo a descrever os costumes e as características de alguns dos seus aliados em dado momento de sua narrativa. Esse roteiro de viagem nos faz considerar esses indígenas como os primeiros habitantes daqueles Sertões. Muitos deles foram imigrantes de outras regiões já conquistadas pelos colonizadores. Esses indígenas disputaram os sertões maranhenses entre etnias e com os não indígenas desde a chegada destes últimos, alongando essa situação por muitos séculos.

No roteiro, é possível encontrar informações sobre os indígenas habitantes do Sertão maranhense no início do século XIX:

As povoações gentias, que ainda não domésticas se acham dentro dos territórios da Capitania do Maranhão – e isto há mais de duzentos anos, depois que pelo Tratado provisional de 4 de março de 1700, apontado por Berredo em seus Anais, passou ela do poder dos franceses ao dos portugueses – são, com efeito, assaz numerosas, e formam por isso um objeto seu, que não merece pequena atenção, e nem pouco reparo sua conservação dilatada em um estado bárbaro, tão prejudicial ao aumento geral desta colônia, como inútil àquele progresso social que pretendemos haver dos mesmos índios. (RIBEIRO, 2002, p. 157)

O Sertão maranhense, como parte da colônia, passa, depois de ocupado o litoral, a ser espaço explorado economicamente e conquistado por questões de manutenção de fronteiras. Ponderados os interesses que levam a um julgamento de valor sobre o Sertão e seus elementos constitutivos, como clima, vegetação e outros, o habitante do Sertão também é um desses elementos e nos remete à procura do lugar social desse indivíduo oriundo de tão distantes paragens. No Sertão maranhense, os indígenas são os primeiros habitantes e precisam ter seu papel pensado dentro da colônia. Estão, justamente em sua maioria, fixados próximo às margens dos rios, por onde o colonizador consegue adentrar e realizar sua conquista de territórios. A citação acima traz esse momento de reflexão sobre a necessidade de adequação desse indivíduo à sociedade colonial, seja como escravizado, seja como integrante da sociedade, a ela servindo.

Em outros momentos do seu relatório de viagem, Ribeiro (2002) menciona a importância e a agência dos indígenas aliados no contexto do avanço da colonização portuguesa no Sertão da Capitania maranhense no início do século XIX:

A 25 entrei na foz do rio Itapecuru, 16 ou 18 léguas ao sudoeste do dito porto; e a 26 fiquei no pequeno lugar denominado Pai Simão, que consta de poucas e pobres palhoças, tão encobertas dos matos da beira-rio, que deste se lhe não vê alguma. **Seus habitantes, índios ou mulatos libertos, servem assalariados de varejar ou remar algumas embarcações**, que para os diferentes portos ou fazendas deste rio se dirigem (RIBEIRO, 2002, p. 29, grifo nosso).

Esses indígenas e mulatos libertos, também parte da população do Sertão no início do século XIX, aparecem na descrição como os responsáveis pela condução das embarcações que andavam pelas estradas de águas. Além disso, prestavam outros serviços, demonstrando sua inserção dentro daquela realidade introduzida pelos europeus séculos antes: a conquista dos seus espaços. Embora eles, indígenas e mulatos libertos, não tivessem reconhecida, naquele

momento, a sua participação ativa na história da então Capitania do Maranhão e aparecessem de forma oficial muito sazonalmente, como coadjuvantes desse cotidiano do Sertão; embora possamos identificar, nos registros da Secretaria de Governo, que suas participações eram indispensáveis desde séculos anteriores, no ano de 1789, o governador e capitão-general do Estado do Maranhão envia carta ao diretor dos índios de Pastos Bons e São Bento de Balsas, solicitando uma relação dos índios de 09 a 60 anos de idade que fossem capazes de pegar em armas (APEM, [18--]c). O uso da mão de obra indígena em diversos serviços era comum e muito solicitado pelos não indígenas na região, funcionando como atrativo para mais avanços Sertões adentro.

Um dos povos que se encontravam na Capitania do Maranhão desde os primeiros anos de colonização e que passaram por todo o processo de colonização é o dos Guajajaras, um dos povos indígenas com maior contingente populacional no momento da chegada do estrangeiro. Segundo Coelho (2002), eles vivem espalhados no Maranhão em várias áreas, todas demarcadas e homologadas. A acomodação que possuem hoje as terras indígenas dos Guajajaras é resultado das relações de forças que se situaram ao longo de muitos anos de contato, nos quais os Guajajaras estiveram sempre afrontando frações da sociedade brasileira, no combate pela garantia de um território específico. Os Guajajaras são o povo indígena que possui mais tempo de contato com a sociedade, dentre os que vivem no Maranhão.

Sobre o contato dos Guajajaras com os não indígenas, Gomes (1977) faz uma divisão temporal em quatro momentos, a saber: na colônia (1613-1755), o primeiro, que é definido como um período de formação das relações entre etnias, subdividido em escravidão (1616-1653) e servidão (1653-1755); o segundo, que diz respeito à libertação e à transição (1755 – 1840); o terceiro, que trouxe a relação patrão/cliente e a política indigenista oficial (1840-1910); e o quarto e último, que seria o correspondente ao século XX.

Para efeito dessa pesquisa, o momento é justamente o que na divisão proposta por Gomes (1977) corresponde ao segundo período (1755-1840). No caso dessa observação, o recorte será somente no período compreendido como Colônia, mais especificamente de 1801 a 1820, da história desse contato entre Guajajaras e não indígenas no Sertão. Momento no qual os conflitos, fossem eles físicos ou simbólicos, através da “dezinfeção”, pela tentativa de integracionismo e assimilacionismo por meio de legislações que, na maior parte do tempo, tinham sua teoria bem diversa do que ocorria na prática, levavam em geral ao acirramento das guerras entre indígenas e não indígenas. Embora nem sempre com essa nomenclatura, por

vezes chamados de “pinariens”, segundo Évreux (1929 apud ZANNONI, 1999, p. 15), os Guajajaras aparecem nos documentos, ou podemos deduzir pela localização que se trata desse povo, mesmo que não apareçam diretamente referenciados no texto.

Outros povos indígenas aparecem nas fontes do início do século XIX como habitantes dos sertões da Capitania do Maranhão: Gamelas de Viana; Timbiras do baixo Rio Mearim; Gamelas de Codó; Timbiras Sacramecrãs; Timbiras Capiocrãs, ou Canelas Finas; Timbiras Piocobgês; Timbiras Purecamecrãs; Timbiras Macamecrãs, Manajós, Crequitigi, Opuquetigi, Chevanti, Cherenti, Chocamicrá, Caraon e Criquititi; Arenhiz, Caycaizes, Acroá e Gueguê, que aparecem no relatório de viagem do militar Francisco do Paula Ribeiro e na Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão de Antônio Bernardino Pereira do Lago, quando da sua viagem para a região dos Sertões dos Pastos Bons e para outras regiões da Capitania. Esses povos ocupavam as terras das ribeiras cobiçadas pelos não indígenas colonos.

### 3.3 **Indígenas ante as ações do Estado nas primeiras décadas do Oitocentos**

A realidade, encontrada nas entrelinhas de Termos da Junta de Missões, em documentos da Secretaria de Governo, e nos relatórios de militares – embora esses, na maioria das vezes, buscassem invisibilizar os indígenas –, é que a agência desses povos originários era muito mais impactante do que, naquele momento e em até há bem pouco tempo, dentro da historiografia era suposto. Suas ações de alianças ou guerras podem ser identificadas a partir de decisões e/ou de divergências de autoridades locais (Capitania) e da própria Coroa portuguesa no que concerne ao tratamento dispensados a esses povos. Ao contrário do que parecia, antes da nova história indígena, nem todos os indígenas compartilhavam das intenções de seus, às vezes, “aliados brancos”. Nem todos queriam permanecer como peças que poderiam ser movidas ao gosto do estrangeiro.

Farage (1991) aborda o processo de colonização da região amazônica e pondera a ação e a participação dos indígenas entre os diferentes agentes sociais envolvidos no avanço da conquista daquele espaço. Farage demonstra, em seu estudo, que a aplicação do Diretório – legislação que equiparou juridicamente os indígenas aos demais súditos portugueses – foi diretamente influenciada pela ação dos indígenas na segunda metade do século XVIII. Complementamos essa fala e dizemos, para além dele, que a agência indígena desponta como

indicador de que a dinâmica de aplicação da lei atendia a vários interesses, inclusive dos próprios indígenas.

O contexto no qual essas agências indígenas ocorriam era marcado por mudanças legislativas (das quais trataremos mais adiante) que começam a acontecer a partir de 1798, com um conjunto de Cartas Régias, que, segundo Costa (2018), versam sobre planos relativos ao comércio, à navegação, ao reconhecimento territorial e à ocupação. Elas estão reunidas em um código que se forma de documentos endereçados ao Pará, ao Mato Grosso, ao Goiás, ao Maranhão, ao Piauí e ao Ceará. O projeto deveria ser chefiado pelo governador da Capitania paraense, Francisco de Souza Coutinho. Nesse conjunto de Cartas, Costa (2018) analisa o que chamou de continuidades de certas leis anteriores, no que tangia a lugares de certos grupos sociais, como os indígenas, que permaneciam com o papel de trabalhadores.

Na Capitania do Maranhão, já no final do século XVIII, podemos perceber, com a permanência no trato com os indígenas e os lugares a eles destinados pelos colonos, que avançava a “*dezinfectação*” das Ribeiras dos Sertões. Podemos perceber, nos Registros da correspondência dos governadores e capitães-generais do Maranhão com o Governo Central de Lisboa (APEM, [18--]d), em ofício do governador endereçado à metrópole, datado de 29 de abril de 1799, que é feita uma comunicação da remessa de nove mapas e uma tabela, ressaltando estarem incompletos os documentos devido à ausência da contagem das três classes da população (branco, preto e mulato), da produção e das ocupações da freguesia de Pastos Bons. Também fazem referências aos indígenas do sul da Capitania e às suas ações na região. Notamos a intensificação do processo de reconhecimento territorial e a busca pela efetivação da ocupação de áreas habitadas por indígenas não aldeados. Esses indígenas deveriam ceder às ordens da Coroa portuguesa ou sofreriam as consequências punitivas que eram destinadas aos desobedientes.

Havia, nas Ribeiras dos Sertões dos Pastos Bons, uma urgência em materializar os planos da Coroa lusa. Mesmo com a Carta Régia de 1798 (documento que reduzia os indígenas à condição de órfãos, sempre necessitando de um tutor), havia uma disparidade entre o que legislação determinava e o que ocorria de fato. Os colonos que conseguiram adentrar os Sertões nem sempre conseguiram alianças com alguns povos indígenas. As relações entravam em uma outra esfera – a da animosidade – e nela, mesmo com a lei, que

incentivava a integração dos indígenas à “sociedade”, nem sempre isso ocorria. As práticas no Sertão seguem quase sempre as mesmas regras: ou a submissão; ou a punição.

Alguns povos indígenas seguem, nos primeiros anos do Oitocentos, em busca de autonomia na Capitania do Maranhão. Suas relações com a sociedade são instáveis na maior parte do tempo. Nos registros de ofícios e portarias do governador do Maranhão, segundo Apem, ([20--]a), encontramos vestígios de como, mesmo com a chegada do novo século e de todas as mudanças na legislação com o fim do Diretório, seguiam os ataques indígenas às povoações não indígenas. No ofício do governador e capitão-general do Estado do Maranhão, Antônio Saldanha da Gama, datado de 22 de novembro de 1804, endereçado ao alferes Francisco de Paula Ribeiro, o governador parabeniza o militar por seus procedimentos adotados na contenção dos “bárbaros” que habitavam as matas fronteiras da região conhecida como Pastos Bons. A política de “liberdade” tutelada, que permanecia nas entrelinhas do discurso da Coroa portuguesa, por meio de suas leis e correspondências, não convencia a todos os indivíduos das populações indígenas. Por isso, muitos registros oficiais apontam para situações de confronto, que acabavam tornando o viver nas Ribeiras dos Sertões dos Pastos Bons um desafio constante para os indígenas que precisavam ser e existir naqueles espaços.

Para Magalhães (2016, p. 107), ancorado em Baczko, “como conjunto das representações coletivas e espaço de poder, o imaginário é objeto de disputa por diferentes agentes [...], que buscam, a partir de sua dominação, orientar as percepções do mundo social”. Desse modo, a “dezinfeção”, como forma de pensar a realidade dos Sertões, culminava em práticas do Estado luso direcionadas ao sul da Capitania, aos “gentios bárbaros”, que nas palavras do então governador e capitão-general, em 1805 (APEM, [20--]a), “infestavam” as terras cobiçadas para a manutenção do próprio Estado. Essas ações estatais – expedições “amistosas”<sup>16</sup> e punitivas; formação de povoações colonas pelo interior da Capitania; empreendimentos econômicos nas margens dos rios – tinham como consequência a forma como os lugares sociais dos colonos e das diversas populações indígenas foram se desenhando de forma que cada seguimento social enxergava o lugar do outro a partir da sua própria ideia da realidade. Assim, para os indígenas, o elemento alienígena é o colono. No

---

<sup>16</sup>Amistosa aparece entre aspas por entendermos que mesmo quando supostamente as expedições tinham esse caráter, caso não se alcançasse o objetivo primeiro de conquista do espaço, por meio da submissão dos indígenas, elas mesmas acabavam por serem punitivas.

outro extremo, os colonos tinham uma visão sobre as populações indígenas também já pré-definida, ocupando lugares possíveis no Sertão.

No seu Descrição do Território de Pastos Bons, nos Sertões do Maranhão, Ribeiro (2002) menciona os indígenas Piocobgés, que entraram em atrito com a povoação conhecida como “Porto da Chapada” (atual município de Grajaú), originada da expedição liderada pelo Alferes de milícia Antônio Francisco dos Reis à Ribeira do Grajaú, no ano de 1811. Francisco de Paula Ribeiro passa a narrar o acontecimento do ano de 1814, descrevendo a ação dos indígenas Timbira Piocobgés como deliberada contra o progresso da nova povoação, que os assombrava. E que talvez, no futuro, os impediria de fazer as suas correrias no interior daquela Ribeira. Resolveram, dessa forma, livrarem-se dessa povoação queimando vivas trinta e oito pessoas, que teriam sido pegas despercebidas dentro das suas habitações. Roubaram, também, os gêneros que puderam carregar, jogando o restante no Rio Grajaú ou no fogo. Teriam escapado da morte, naquele dia, uma menina, que teria sido levada cativa<sup>17</sup>, e cinco ou seis pessoas, que não estavam na povoação no momento da guerra. À primeira leitura da descrição, podemos perceber que quem a faz é o militar imbuído da missão de levar fatos ao conhecimento de seus superiores e ele o faz do seu lugar, a partir do qual os indígenas, pelo menos à primeira vista, aparecem como vilões que entravam os avanços do “progresso” e que são capazes de raptar uma criança inocente. Entretanto, na mesma fala, quando analisamos justamente a exposição dos motivos indígenas conjecturados pelo militar, acerca da razão pela qual agiram daquela maneira, aparece a ação indígena pautada na sua realidade, no seu censo de justiça, na sua noção de território.

Para melhor compreensão dessa ação dos Piocobgés, naquele 1814, é preciso voltar a 1811, quando a expedição do Alferes Antônio Francisco dos Reis desce o Rio Grajaú e tem o primeiro contato com esses indígenas. Esse encontro também é mencionado por Francisco de Paula Ribeiro como sendo um momento de grande animosidade entre o expedicionário e os indígenas: “[...] o cercaram várias vezes com tapagens de mato feita ao lume d’água valendo-lhes, finalmente, para escapar de uma chuva de flechas, haverem forrado bem as toldas das canoas com grossos couros de boi, invulneráveis àqueles tiros.” (RIBEIRO, 2002, p. 137). Os

---

<sup>17</sup>Sobre a menina levada cativa, não foram encontradas informações no roteiro analisado sobre quem era ou qualquer informação posterior. Entretanto, uma reflexão sobre o ato nos permite perceber que ele se assemelha ao ocorrido em 1901 na mesma região, no conflito entre indígenas e missionários capuchinhos na Missão de José da Providência, onde uma moça também teria sido levada pelos indígenas, também sem informações sobre o destino da jovem.

Piocobgés demonstram logo no primeiro contato qual era a sua vontade. Ao menos naquela oportunidade, pela reação estava claro que não desejavam o “estrangeiro” ali em suas terras, no seu espaço. Entretanto, essa demonstração de vontade, por meio de atos, uma vez que existia a barreira linguística, era interpretada à luz do que os colonos entendiam como ser civilizado, bem como toda a forma de viver dos povos que encontravam em outras Ribeiras por onde também já haviam avançado.

Traçando o paralelo do incidente da Ribeira do Grajaú, em 1811, com o contexto apresentado no Rio Grande do Norte, por Lopes (2011), que analisa como os atos indígenas de resistência eram, na maioria das vezes, compreendidos pelo colono e por suas estruturas administrativas como sendo um sinal de sua índole degenerada. Na Capitania do Maranhão, os posicionamentos indígenas, para além dos Piocobgés, também eram interpretados de imediato como sendo uma justificativa para ações punitivas e também como uma confirmação da ideia do “gentio bárbaro” que alguns documentos apresentam. Ao “gentio bárbaro” era destinado o lugar da desconfiança.

Destarte, ao analisarmos novamente a situação da Ribeira do Grajaú, em 1814, os indígenas podem ter suas ações compreendidas como sendo mais uma forma de comunicar sua decisão de não aceitação da chamada “civilização”, que, em geral, os levava para muito distante da sua cultura e do que eles queriam para si, seja no campo individual, seja no coletivo. Em passagem já apresentada aqui anteriormente, destacamos a noção do lugar dos indígenas direcionado para o mundo do trabalho, quando percebemos que algumas funções exercidas pelos indígenas eram remuneradas ou, pelo menos, deveriam ser. E esses indivíduos, embora essenciais para quase tudo nos Sertões, continuaram sendo tratados pelos colonos com desdém e desconfiança.

## 4 INDÍGENAS E COLONIZAÇÃO DO ESPAÇO DA CAPITANIA DO MARANHÃO

### 4.1 Liberdade? Legislação relacionada ao indígena no início do século XIX

Ao buscar o entendimento sobre a participação indígena nas disputas por espaços no período trabalhado, abalizamos, primeiramente, a análise de parte da legislação indigenista, recuando um pouco no tempo proposto e fazendo o uso da amostragem, uma vez que não é a proposta desse trabalho desenvolver apreciação de todas as determinações legais a respeito da temática indígena na Capitania do Maranhão. Assim sendo, algumas leis aparecem para que se possa aplicar a comparação em relação a outras leis do recorte temporal proposto como foco.

No início do século XIX, o cenário sobre a legislação indigenista era o que Cunha (1992) já alertava: a de que a lei não deveria ser confundida com uma descrição da realidade; e a realidade sozinha não poderia aludir à existência da lei. Muitos personagens estavam envolvidos no processo de concretização de uma legislação: moradores, missionários, administradores coloniais e os indígenas. Essa é uma análise imprescindível para o entendimento sobre como as determinações na legislação imposta pela Coroa portuguesa não necessariamente eram aplicadas na íntegra, havendo interferência da sociedade sobre qual seria posta em prática. A Carta Régia de 12 de maio de 1798 seria a responsável pela abolição do Diretório Pombalino (1757-1798) na América portuguesa. Segunda a mesma autora, seria também a responsável por uma transição entre séculos com uma legislação indigenista estagnada. Somente no distante ano de 1845, houve o retorno de uma política voltada diretamente para as populações indígenas, com o Regulamento das Missões, uma vez que a Carta Régia não teve aplicação imediata em todas as regiões da Colônia.

Essa não aplicação em toda extensão da Colônia foi problematizada por muitos estudiosos da temática indígena no período. De acordo com Perrone-Moisés (1992), a política indigenista não seria uma simples aplicação do projeto a um bloco indistinto de habitantes da terra. Seria, sim, um processo intenso, formado por uma influência mútua de atores variados (inclusive indígenas), por inúmeras situações criadas por essa interação e por um constante diálogo com valores culturais. Costa (2018) menciona essas análises, além da já anteriormente citada Manuela Carneiro da Cunha, e o que considerou “vazio legislativo”. O autor nos traz o

exemplo de Sampaio (2009), que fala sobre o fato de a Carta Régia não ter se tornado uma legislação indigenista geral (inicialmente foi dirigida ao Pará) e como isso gerou, na primeira metade do século XIX, um efeito de autonomia nas diferentes regiões. Cada governo passou a utilizar as determinações régias que, do seu ponto de vista, melhor se ajustavam às suas conjunturas sociais e econômicas, assumindo um caráter local na maioria das vezes. Houve, nas suas “especificidades” (dava muita ênfase à questão da disponibilidade de trabalhadores), um comprometimento em ser aplicada em todas as regiões da Colônia. Outro nome da historiografia apresentado por Costa (2018) para essa discussão é o de Cancela (2012), cujo entendimento é o de que as normas legais do Antigo Regime português eram aplicadas nas Capitanias de maneira diferenciada, a partir de suas particularidades, ainda que houvesse leis universais.

No alvorecer do Oitocentos, a Carta Régia de 13 de maio de 1808, traz ordens expressas da Coroa portuguesa para que se faça guerra ofensiva aos indígenas por ele denominados “botocudos”, que, nas palavras do Príncipe Regente, “*infestavam*” as margens do Rio Doce, na Capitania de Minas Gerais. É bem especificado que a motivação seria tão somente a resistência desses indígenas em aceitar as ordens de se aldearem e se civilizarem, sendo acusados de antropófagos (BRASIL, 1808). Novamente, aqui é perceptível como as políticas relacionadas aos indígenas eram pensadas no contexto de uma região específica e, às vezes, eram estendidas para outras regiões, não necessariamente ao mesmo tempo.

Enquanto isso, na Capitania do Maranhão, as práticas relacionadas ao trato com as populações indígenas conservam os ares de ambivalência que parecem soprar na legislação indigenista da Coroa lusa na virada do século XVIII para o XIX, com pesos e medidas diferenciados no tratamento com os indígenas, distinguindo-os de acordo com a aceitação dos termos impostos pelos não indígenas. E, a exemplo do que consta na Carta Régia de 1808, a manutenção do fornecimento de força de trabalho indígena e o projeto de uma política integracionista nos moldes que o colono entendia seguiram sendo reforçados. As fontes consultadas apontam para essa mescla de ações, que se conduzem muito mais baseadas no contexto da Capitania do Maranhão e, dentro dela, também apresentando suas particularidades no seu vasto território.

Bombardi (2014) afirma que o Estado do Maranhão passou por um processo de ocupação tardio que somente gerou lucros para a Coroa portuguesa após mais de um século de investimentos. Por outro lado, a região foi reiteradamente vista como uma fonte de infindáveis

riquezas. Destarte, durante esses anos de tentativas de fazer a região dar lucros, mecanismos foram criados e/ou aperfeiçoados para tornar reais essas aspirações e para conduzir de forma equilibrada os diversos interesses presentes no contexto. Entendemos as várias legislações indigenistas da Coroa portuguesa ao longo dos séculos anteriores ao XIX como um exemplo desses mecanismos; e as mudanças sofridas por ela, como um resultado da ação de vários interesses.

Ao leitor que acompanha a pesquisa, pedimos licença para um pequeno recuo até meados do século XVIII, para uma breve amostra da legislação indigenista. Ferreira (2017) faz um estudo do Tribunal da Junta das Missões e o governo dos índios na Capitania do Maranhão (1720-1757). Assim, a autoria nos fala sobre como “a liberdade garantida por meio da legislação foi a principal forma do poder metropolitano em estabelecer alianças e relações de vassalagem com os índios, lhes sendo garantida uma seara de direitos por meio de um bom tratamento” (FERREIRA, 2017, p. 27). Todavia, assegurar juridicamente a liberdade não garantia seu reconhecimento ou a sua concessão na prática, pois os próprios representantes da Coroa portuguesa conferiam sentidos variados às liberdades dos indígenas, tendo sempre como pano de fundo a disputa pela mão de obra dos índios. A promulgação da Lei de Liberdade dos Índios, em 1755, e a criação do Diretório<sup>18</sup> dos Índios, em 1757, deveriam proporcionar um tratamento diferente aos indígenas, pelo menos na letra da lei, acabando com qualquer forma de escravização dos indígenas.

Forçoso se faz concordar com a análise de Ferreira (2017) sobre como a legislação indigenista aparecia na teoria e de como a prática era um tanto tortuosa, sofrendo influência dos interesses variados presentes no ambiente, uma vez que, mesmo após 1757, várias ações, legais ou não, foram implementadas para garantir mão de obra indígena na Capitania do Maranhão, mesmo durante a vigência do Diretório dos Índios, conforme nos mostra o Termo de Junta da Secretaria de Governo, segundo o qual, para a Sua Majestade, seria útil mandar ordem para que se fizesse guerra aos gentios que “*infestavam*” a região de Pastos Bons. No trecho do Termo de Junta (APEM, [18--]e) trazido aqui, datado de 1772, portanto, quatorze anos depois da promulgação do Diretório dos Índios, podemos observar que a guerra aos povos indígenas (as chamadas guerras justas) ainda eram uma prática nos Sertões dos Pastos Bons. que, como já caracterizado em momento anterior, na ocasião se referia também às

---

<sup>18</sup>O termo diretório é de ordem jurídica, significando a declaração de leis ou diretrizes a serem seguidas (BLUTEAU, 1721 apud COELHO, 2005).

Ribeiras do Alto Mearim e do Grajaú. A Guerra Justa funcionava como o meio mais utilizado para o atendimento dos anseios metropolitanos. Essa era, segundo Farage (1991, p. 27), “um conceito teológico e jurídico enraizado no direito de guerra medieval”. As principais justificativas para a guerra seriam a propagação da fé cristã aos povos bárbaros, sua falta de moralidade, suas práticas canibais e os casos de ataques que faziam à sociedade estabelecida. Os indígenas faziam alianças com os portugueses, que, em geral, agiam de acordo com seus interesses também. Desse modo, os portugueses rompiam essas alianças e atacavam mamecran, xavante, timbira e caracatagê, dizimando-os. Mesmo com um desfecho tão fatídico, podemos observar que, em certa altura do contato, houve a agência ativa de alguns povos indígenas, que decidiram pela aliança, mesmo que ela pouco durasse.

Durante o Diretório, Coelho (2005) relata que a política indigenista adotada altera intensamente o feitiço de como as populações indígenas eram contatadas e convencidas a residirem nas povoações:

Antes de 1750, seriam três as formas de arremeter as populações indígenas: guerra justa, tropas de resgate e descimentos, promovidos pelos missionários ou particulares. A Guerra Justa seria contra os povos que não aceitassem o contato com os representantes coloniais – leigos ou religiosos – e facultava a escravização dos vencidos. As Tropas de Resgate tinham por finalidade a compra de indígenas escravizados em guerras entre os povos indígenas. Os descimentos seriam um conjunto de práticas que visava a alocação de populações indígenas em povoações coloniais, com fins catequéticos e como constituição de mão de obra reserva (COELHO, 2005, p. 203).

As alterações foram, em relação à guerra justa, condicionando-a a situações específicas da lei de liberdade dos índios e abolindo a escravidão dos vencidos. No caso das tropas de resgate, elas desaparecem formalmente em 1753. Os descimentos permanecem com as mesmas características praticadas desde o século XVI pelos missionários.

Nesse contexto, a figura do “Principal”, mencionada no conjunto documental Livro de Registro dos Assentos, Despachos e Sentenças da Junta de Missões e Códices da Secretaria de Governo, merece destaque para a compreensão da dinâmica naqueles sertões. Farage (1991 apud COELHO, 2005, p. 210) discorre sobre a importância da figura das chefias indígenas, na interpretação da Coroa portuguesa, buscando identificá-las dentro de suas comunidades e trazê-las para o lado do colono, por considerá-las importantes intermediários políticos, crendo que eles poderiam fazer a articulação entre as demandas do seu grupo de origem e as trazidas pela nova ordem que se instalava. Almeida (1997) fala do cooptação e do fortalecimento das chefias indígenas como traço da tradição monárquica portuguesa ao tratar as populações conquistadas. Outro autor que relata sobre o fortalecimento das chefias indígenas é Lager

(1997), que entende esse destaque principalmente como forma de arremeter grupos indígenas e de manter a ordem nos estabelecimentos coloniais.

Na prestação de contas (APEM, [18--]f), percebemos a preocupação em explicar à Coroa Portuguesa que, pelo menos em dois momentos, foi tentada uma aliança com o Principal<sup>19</sup> daquele povo indígena que atravancava a conquista dos sertões do centro-sul da Capitania do Maranhão. É interessante que a própria referência do Principal a si mesmo, dizendo que já era velho e que não tinha interesse em “descer”<sup>20</sup>, postura que converge com o entendimento de que essa é uma figura-chave dentro de todo esse processo que se moldava na Colônia. Por isso, tanto cuidado em agradá-los e em mantê-los como aliados.

A liberdade possível para o indígena do Sertão centro-sul-maranhense, mesmo em plena política do Diretório, ainda era algo muito difícil para essas populações manterem. Sua agência ativa, quando muito, encaminhava-lhes para uma proposta de sobrevivência até a próxima negociação ou não.

#### 4.2 **Entre a cruz e a espada: relações entre indígenas e não indígenas a partir da fronteira de colonização**

Em outro momento, o foco passa a ser as relações dos sujeitos indígenas e não indígenas nesse contexto de disputas por espaço no Sertão maranhense colonial. Esses sujeitos são identificados por meio dos documentos oficiais da Secretaria de Governo e dos Termos da Junta de Missões. É possível inferir, com base nesses documentos, não somente o lugar que os indígenas deveriam ocupar no entendimento da época, mas também o que não é dito explicitamente e o que pode ser percebido naquela realidade. Buscamos, dessa maneira, compreender como os indivíduos, cada qual a partir de seus lugares, contribuíam para a construção de um ambiente tão instável. Desse modo, é possível o entendimento de como a Igreja e outros representantes do Estado, como os militares, se inseriam no interior da Capitania, como era realizada a constituição de uma sociedade sertaneja e como isso se processava no contexto de interiorização de fronteira colonizadora.

---

<sup>19</sup>Sobre os “Principais” das aldeias do Maranhão Colonial e sua importância nos fala Sbrana (2017) que a tradição a respeito dos chefes não se deve apenas ao fato de que as obras impressas naquele período podiam alcançar grande circulação, mas também há uma tradição oral que se difundia pela Europa, a partir das cidades portuárias (OBERMAIER, 2005).

<sup>20</sup>“Descer” igual a descimento. Em Coelho (2002), os descimentos eram o recrutamento de índios nas matas para serem aldeados nas missões religiosas. As guerras justas eram as declaradas por el-rei contra as “nações gentias” que resistiam ao processo de colonização.

Desde os primeiros contatos no século XVI entre indígenas do litoral maranhense e não indígenas europeus, até o início do século XIX, as relações dos habitantes da Capitania do Maranhão se processaram com variáveis balizadas, por atravessamentos de interesses de cunho tanto individual quanto coletivo.

Nos Registros dos Assentos, Despachos e Sentenças da Junta de Missões, nos Códices da Secretaria de Governo e nos relatórios de militares, é possível encontrar sinais desse emaranhado de interesses, que faziam da Capitania do Maranhão um desafio para administradores, colonos e para os vários povos indígenas que ali habitavam.

Em estudo realizado sobre as guerras contra os indígenas, Melo (2011) nos fala sobre a importância de compreender o processo de alargamento do espaço colonizado na Capitania do Maranhão, para que assim se tenha uma visão melhor sobre os conflitos que acontecem durante esse processo. O autor fala também sobre como a conquista da Amazônia colonial, no início do século XVII, se dá a partir de iniciativas individuais, já que a Coroa portuguesa teria pouco interesse na região. A falta de conhecimento sobre esse espaço começa a mudar à medida que alguns soldados, religiosos e navegadores começam a conhecê-lo e a dar conta de suas potencialidades e da ameaça de invasão por parte outras potências europeias. Assim, o interesse da Coroa Portuguesa em garantir a posse da Amazônia colonial aumentou. Portanto, foram mantidas as duas Capitanias do Maranhão e Pará, criadas no século XVII, bem como o Estado do Maranhão e Grão-Pará, que mais tarde, na metade do século XVIII, se tornará Estado do Grão-Pará e Maranhão, permanecendo dessa forma até 1770. A partir dessa data passa a ser Estado do Maranhão e Piauí, até 1811. Logo após, muda novamente a nomenclatura e se torna Estado Colonial do Maranhão, assim permanecendo até 1822.

A respeito da presença indígena, podemos perceber que esses sujeitos estavam ativos na Capitania do Maranhão, embora não sejam sempre mencionados nominalmente ou possam ser percebidos somente de forma pontual na historiografia e na documentação primária. Na verdade, eles agem de forma constante também durante todo o processo de estruturação da Capitania. Sua atuação é percebida como orientadora de muitas ações dos agentes não indígenas e/ou determinante de conflitos dentro da chamada sociedade colonial, da qual oficialmente não faziam parte naquele momento. O imaginário construído sobre essas populações indígenas os relegava apenas a um lugar secundário dentro da história oficial da Colônia.

Na verdade, a agência indígena na América portuguesa já aparece em trabalhos como o de Almeida (2003), quando menciona a importância da figura do “Principal”, ou seja, do líder da população indígena, e como esses indivíduos exercem um papel intermediário dentro do contexto da conquista.

Sobre essa agência e importância do “Principal” nas aldeias do Maranhão, Sbrana (2017, p. 97) nos diz: “E são os chefes que aparecem com maior frequência nos relatos evidenciando a necessidade que tinha um deles os europeus no processo de conquista e colonização da América. [...]”. Desse modo, as lideranças indígenas já possuíam importância, mesmo antes da implantação do projeto colonial, para indicar como se dariam os primeiros contatos – se seriam pacíficos ou belicosos.

Na mesma linha sobre essa dinâmica, Arenz (2016, p. 180) fala que essas lideranças indígenas, no Estado do Maranhão e Grão-Pará, aparecem em fontes missionárias ora como aliados dóceis, imprescindíveis para a administração das missões, ora como agentes mandados pelos colonos ou pelas autoridades. Em outras ocasiões, são descritos como rebeldes, agindo conforme seus próprios interesses.

Os indígenas aparecem quase sempre em relatos de guerras ou de queixas de seus atos, considerados inconstantes pelos colonos, ameaçando os interesses destes últimos. No século XVIII, a Capitania do Maranhão continua a se constituir por interesses diversos, com habitantes não indígenas em número crescente, embora menor que o das populações indígenas. A fronteira colonizadora avança cada vez mais, apesar da resistência desses povos.

Aferimos, com base nos Termos da Junta de Missões analisados nessa pesquisa, que, durante esse período, manter os interesses equilibrados tornou-se extremamente complicado. O governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, nesse período, Francisco Xavier Mendonça Furtado, leva adiante, então, o cumprimento das ordens reais de liberdade dos indígenas. Em algumas situações, os ânimos ficam exaltados entre a Igreja e os colonos, que usam a mão-de-obra indígena na maioria das atividades econômicas da Capitania. Os mesmos colonos têm interesse em expandir suas posses à custa da liberdade ou mesmo da vida das populações indígenas que ousavam defender suas terras. No Termo de Junta (APEM, [18--]b), encontramos a exposição do governador da Capitania, solicitando que fossem ouvidos os moradores da freguesia de Pastos Bons, e de outras próximas, sobre a conveniência de concorrerem com os meios necessários para guerra contra os gentios Timbira, Acroá e

Gueguê, da mesma forma como fizeram os povos do Piauí. A Junta concordou com o exposto, aconselhando que os moradores organizassem, às suas próprias custas, os efetivos militares e que o governador fizesse a provisão da região.

A situação ficava tensa devido à necessidade de tornar a Capitania do Maranhão produtiva. Em vários momentos, os colonos da Ribeira do Alto Mearim faziam queixas devido ao fato de não possuírem os mesmos incentivos que os colonos fixados na Ribeira do Itapecuru, conforme documento do governador e capitão-general (APEM, [18--]a) datado de 1786, da Secretaria de Estado endereçado à Coroa Portuguesa, assinado pelo então governador do Estado do Maranhão e Piauí, José Teles da Silva (1784-1787). O teor desse documento trata da situação em que se encontravam os colonos:

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor. Os moradores do Rio Mearim desta Capitania me fizeram a Representação, que o tenho a honra de depor na presença de Vossa Excelência por eles assim me requerem para pôr mão de Vossa Excelência ser presente a Sua Majestade a necessidade que tem sua Real, e imediata proteção para colherem por meio da Agricultura, aquela mesma utilidade que em outros distritos desta mesma Capitania colhem felizmente muitos habitantes, que neles tem fundado a seus estabelecimentos. Devendo expor uma parte contribuir com todo o ardor para quem a nenhum destes habitantes faltem os meios de serem Vassallos úteis ao Estado, e por outra conhecendo que eles me procuraram para lhes aliançar, por saberem quanto eu em empenho interesse em benefício de todos aqueles merecem esta minha atenção, e com maior satisfação que eu me encarreguei de dirigir a Vossa Excelência a Referida Representação a qual não posso dispensar-me de acrescentar mais algumas Raro em que Servirão de demonstrarem a Justiça com que estes moradores que são os mais pobres deste Estado requerendo remédio a sua desgraça (APEM, [18--]a, p. 138v).

Os colonos buscam o apoio da Coroa e a manutenção do avanço da fronteira colonial na Ribeira do Mearim. Percebemos uma comparação com a Ribeira do Itapecuru, observando como a região se encontra economicamente desfavorecida. O governador José Teles da Silva chega a enfatizar a representação deles, referindo-se à região como a mais pobre do Estado. É mencionada uma viagem que ele próprio havia realizado, em 1784, pelo dito rio quando pôde constatar as alegações a ele apresentadas. Ao contrário do rio Itapecuru, que teve o apoio da então Companhia de Comércio e, dessa forma, alavancou sua produção, a região do rio Mearim ficou sem manutenção de braços para suas lavouras, ficando seus produtores impossibilitados de explorar as terras como deveriam, tornando a vida naquela ribeira um tanto complicada, frente a todo o investimento necessário para sobreviver naqueles sertões. O governador está prestando contas à Coroa portuguesa. Portanto, seu discurso é pensado para conseguir a resolução dos problemas da Ribeira do Mearim e, também, para promover a si

mesmo como gestor, de modo a conseguir recursos financeiros e humanos para atender às demandas dos não indígenas que se fixaram naquele espaço. Trata-se de uma fala que remete a uma situação de extremismo, pois tem a função de sensibilizar. Por isso, o uso de palavras como: “proteção”, “Vassalos”, “os mais pobres” e “desgraça”.

Mais adiante, no mesmo documento, são feitos relatos sobre como as terras do rio Mearim eram férteis. É feita menção a um tempo passado no qual, nessas ditas terras, se encontravam estabelecidos os maiores engenhos de açúcar da Capitania do Maranhão. Segundo o Governador, ainda naquele 1786, os produtores de cana que ainda a cultivavam tiravam somente o suficiente para suas conveniências. Esse seria um sinal de que as terras conservavam a mesma força de fecundidade que as tinha tornado tão atrativas em outro momento. E segue o governador, defendendo o potencial das terras e mencionando, também, o algodão e o arroz.

Segundo o governador José Teles da Silva, justamente era essa a situação de abandono em que os proprietários das terras da região se encontravam em relação à necessidade de mão de obra suficiente para cultivarem suas terras. O escravizado africano não chegava em quantidade suficiente para suprir a necessidade dos Sertões dos Pastos Bons. Quando chegavam, eram comercializados a preços que os proprietários daquela região, chamados pelo governador de indigentes, não conseguiam pagar. Desse modo, era necessário um tratamento diferenciado para esses produtores, com um incentivo que possibilitasse a eles tornar a Ribeira do Mearim tão produtiva quanto a região do Itapecuru.

José Teles da Silva chama a atenção da Coroa Portuguesa para a situação, alertando que o investimento nas terras da Ribeira do Mearim seria ainda uma garantia, caso as terras do Itapecuru viessem a ter uma baixa em sua produção, uma vez que grandes áreas eram desmatadas e sofriam. As terras que assim continuassem logo estariam esgotadas e as possibilidades de explorar a agricultura da região acabariam. José Teles da Silva também incentiva a exploração das terras da Ribeira do Grajaú, das quais dá notícias de serem admiráveis.

Os sertões da Capitania do Maranhão seriam, assim, uma região ainda em avanço da fronteira colonizadora. É percebida a importância dessa região para a economia, embora também fosse perceptível a difícil viabilidade da conquista dela.

Porém, se a mão de obra africana escravizada não chegava em número suficiente naqueles sertões, conforme o documento relata, como esses produtores resolviam essa questão? O certo é que devemos pensar que os sertões já tinham seus habitantes originais – os povos indígenas – e que, desde o momento da chegada do europeu ao Maranhão, os contatos entre indígenas e não indígenas nunca deixaram de acontecer. Estando no século XVIII, já se vão três séculos de relações a serem pensadas, cada qual em seu recorte de tempo e de espaço, dentro da Capitania, observando como os atravessamentos de cultura produziram situações variadas nesses contatos. Na Conta do governador e capitão-general à Coroa Portuguesa, em sua maior parte, os indígenas não aparecem diretamente, somente quando mencionados pelo governador, que, como em uma outra comunicação à Coroa portuguesa, “[...] tive a honra de falar a Vossa Excelência sobre a utilidade que poderia resultar a este Estado se **dezinfestar aquele Rio do Gentio** que lhe é vizinho e do Rio Grajaú acima mencionado na mesma acareação expor algumas ideias que fariam muito fácil de conseguir-se este projeto [...]” (APEM, [18--]a, p. 138v-140, grifo nosso). A chamada “dezinfestação” tinha, como o próprio documento sugere, uma função de desimpedir o avanço dos colonos pelos sertões. Conforme já analisamos nesse trabalho, a legislação referente à liberdade dos indígenas vinha sendo usada desde o século XVI, tendo, é claro, exceções, como no caso da guerra justa, possível de acontecer caso fosse necessário, na impossibilidade de qualquer aliança com os indígenas. Eis aí um argumento que acabava sendo, naqueles distantes sertões, bastante influenciado pelos contextos em que se davam os contatos. O que podemos conjecturar é que, na ausência de mão de obra, seria muito conveniente aos colonos proprietários de terras buscarem, nessa brecha da legislação, a “dezinfestação” como forma de suprir essa necessidade, buscando o apresamento dos indígenas de maneira lícita.

Embora não seja explicitado nas linhas do documento, os indígenas, nos sertões maranhenses, eram muitos e integravam aquela paisagem do Sertão de rios. Assim, o não indígena, além das questões já tratadas sobre a falta de investimento da Coroa nessa região, também tinha que lidar com a retirada dos indígenas das terras próximas aos rios, seja por meio de alianças, seja por meio da força bruta, com o recurso da “dezinfestação”. Essa última lhes seria muito útil, conforme relata em outro trecho a Conta do governador e capitão-general à Coroa portuguesa:

Ainda agora a Repetir a Vossa Excelência quanto seria vantajoso, que ele se efetuasse os novos Ramos do Comércio, e de exportações que teria este porto para esse Reino se nós penetrássemos os Sertões daqueles dois Rios achando-se neles

como é constante, e atentam todos aqueles que tem algum conhecimento daqueles Sítios, todas as Drogas que se tiram e exportação dos Sertões do Pará. Sobre este particular me refiro ao mesmo meu Ofício sobre o qual eu desejava que Vossa Excelência me mandasse alguma instrução, porquanto achando-me moço em uma idade porque para fazer algum Serviço a Sua Majestade e for útil a estes Povos, que a mesma Senhora confiou ao meu Governo externaria deixar-lhes uma prova evidente do zelo ardente com que procuro a sua felicidade e os seus interesses que é o modo com que lhes confio pagar a satisfação e contentamento, que eles mostram de me terem por Seu Governador, como fazem ver na mesma Representação a qual logo a Vossa Excelência tome na sua consideração e sobre o seu conteúdo de todas aquelas providências que julgar convenientes ao bem particular destes Vassallos de Sua Majestade, que imploram a Proteção de Vossa Excelência e que haja necessidade de recorrerem a mim para com a minha intervenção conseguirem a felicidade de serem atendidos da mesma Senhora [...] (APEM, [18--]a, p. 140).

O governador faz um apelo à Coroa portuguesa para que alguma solução fosse tomada em relação à situação dos colonos do Sertão da Ribeira do Mearim e também do Rio Grajaú, focando sempre na justificativa do socorro aos colonos, embora também relacione esse socorro ao próprio lucro do Reino de Portugal. Ele esclarece a existência das drogas dos sertões, com potencial de exportação semelhante ao que ocorria no Pará. Por fim, ele se mostra disposto em realizar tal empreitada e demonstra ser bem aceito como representante de Portugal naqueles sertões, podendo, assim, participar da resolução do problema da mão de obra.

Depreendemos, desse apelo, que o entendimento da solução seria o aviamento de mais escravizados africanos a preços módicos, de forma que os colonos do Sertão da Ribeira do Mearim pudessem comprá-los. Por outro modo, poderia haver a autorização para que os colonos resolvessem por suas próprias contas – uma autorização para a realização de “dezinfectação”. Dessa maneira, eles poderiam adquirir a mão de obra necessária para seus empreendimentos na região centro-sul maranhense. Naquela altura, a legislação de liberdade dos indígenas já causava, por si só, uma contenda entre variados elementos da sociedade maranhense colonial. Missionários e colonos já se controvertiam sobre essa questão e deixavam a Coroa Portuguesa em situação delicada. Mais adiante, falaremos sobre as figuras que, juntamente com os indígenas, protagonizaram essa disputa pelo Sertão da Capitania do Maranhão.

#### 4.2.1 *Caminho da salvação: a igreja na colonização do “Sertão do Alto Mearim”*

Os missionários foram peças importantes para a implementação da política de expansão da colonização portuguesa na América. Eles eram essenciais para uma aproximação

que possibilitasse alianças com os indígenas e que viabilizasse a integração deles à “civilização”.

Sobre a visão do colonizador da América portuguesa acerca dos indígenas, Moreira (2016) nos fala: “Sem rei, lei e fé” era a convicção de que os indígenas eram despossuídos de uma verdadeira vivência social, abalizada em instituições políticas e religiosas. Seriam os povos indígenas necessitados de uma vida tutelada para que se familiarizassem com os costumes civilizados. A Coroa Portuguesa apostou na estratégia da sujeição desses indivíduos ao governo político-civil dos portugueses e da conversão à verdadeira religião da humanidade, o catolicismo, designando como agente executor do projeto a Companhia de Jesus. Segundo Pompa (2003), os inicianos chegam à conclusão de que os indígenas não possuíam religião, pelo menos não segundo o entendimento europeu de religião, pois eles, os indígenas, não tinham “ídolos” (imagens) nem templos. Esse seria o motivo pelo qual não faziam objeção à pregação dos missionários. Leite (2006) menciona que, ao escutarem a locução dos religiosos, os indígenas os fizeram interpretar essa ação como uma conversão ao catolicismo, partindo adiante para a realização de batismos coletivos em aldeias repletas de adultos. Entretanto, para a decepção dos religiosos e dos colonos, pouco tempo depois, os mesmos indígenas batizados voltavam às suas práticas culturais originárias. Eles até mesmo faziam alianças com outros povos indígenas de etnias diversas para a realização de guerra contra os portugueses.

Após esses primeiros batismos, e devido à sua pouca eficácia sobre o abandono de hábitos culturais, houve uma reflexão acerca da evangelização dos indígenas em terras da América portuguesa. Segundo Moreira (2016), o religioso Manoel da Nóbrega, por exemplo, apresentou seu ponto de vista, argumentando que a conversão dos indígenas seria possível somente depois que eles estivessem dominados. Nesse caso, foi alardeada a necessidade de criar aldeamentos nos quais os povos indígenas poderiam ser educados e controlados pela autoridade do rei de Portugal.

Almeida (2010) nos alerta para a forma como os aldeamentos eram essenciais para a colonização, uma vez que os indígenas aliados eram imperativos ao projeto, compunham as tropas militares, tinham a missão de ocupação dos ambientes conquistados e contribuía, como mão de obra, na edificação da sociedade colonial. Eram os missionários, a maioria jesuítas, encarregados pela administração dos aldeamentos. Nesses espaços, desenvolviam-se inúmeras relações e interesses, do século XVI ao século XIX.

Sobre a importância da igreja católica no cenário da colonização da América portuguesa, Ramos (2004, p. 241-242) nos fala: “na relação entre portugueses e indígenas, se pulava do escambo para a conversão dos aldeamentos [...] tendo como referência para ‘abençoar este congraçamento entre os povos’ a bula papal que reconhecia a humanidade dos bárbaros”. O poder de reconhecer a humanidade e, assim, a possibilidade de salvação, por meio da conversão dos povos indígenas.

Abbeville (1975 *apud* Cunha, 1992) nos diz:

Vi a chegada dos peró [portugueses] em Pernambuco e Potiú; e começaram eles como vós, franceses, fazeis agora. De início, os peró não faziam senão traficar sem pretenderem fixar residência [...]. Mais tarde, disseram que nos devíamos acostumar a eles e que precisavam construir fortalezas, para se defenderem, e cidades, para morarem conosco [...] **Mais tarde afirmaram que nem eles nem os pai [padres] podiam viver sem escravos para os servirem e por eles trabalharem.** Mas não satisfeitos com os escravos capturados na guerra, quiseram também os filhos dos nossos e acabaram escravizando toda a nação [...] assim aconteceu com os franceses. Da primeira vez que viestes aqui, vós o fizeste somente para traficar [...] Nessa época não faláveis em aqui vos fixar; apenas vos contentáveis com visitar-nos uma vez por ano [...] Regressáveis então a vosso país, levando nossos géneros para trocá-los com aquilo de que carecíamos. Agora já nos falais de vos estabelecerdes aqui, de construídes fortalezas para defender-nos contra os nossos inimigos. Para isso, trouxestes um Morubixaba e **vários Pai**. Em verdade, estamos satisfeitos, mas os peró fizeram o mesmo [...] Como estes, vós não queríeis escravos, a princípio; agora os pedis e os quereis como eles no fim [...] (ABBEVILLE, 1975 *apud* CUNHA, 1992, p. 15, grifo nosso).

O discurso acima é de um indígena Tupinambá do Maranhão, Jupiaçu, e foi proferido aos franceses, em 1612, para externar seu entendimento sobre a chegada deles e sobre as relações entre indígenas e não indígenas. É notório que aqueles povos, considerados pelos europeus em estado de “barbárie”, tinham, na verdade, uma percepção do contexto no qual estavam inseridos e, quando necessário, aliavam-se para buscar o atendimento de seu instinto de sobrevivência. É perceptível quando o indígena faz a comparação com o momento da chegada dos portugueses, chamados “peró”, e dos franceses, observando que as relações saem do escambo para a invasão de fato das terras maranhenses e que o interesse pela utilização da mão de obra indígena excede com a escravização de etnias aliadas. Seu relato corrobora o que outras fontes demonstram sobre a atuação dos missionários, chamados por ele de “pai”, afirmando que também esses chegam com um discurso e, ao longo do contato, mudam seus interesses, utilizando a mão de obra escrava indígena para atendimento de seus interesses e/ou flexibilizando as regras para que outros indivíduos daquela sociedade maranhense colonial os

escravizassem. Por motivos próprios, mesmo com esse entendimento, as alianças continuaram acontecendo, como uma forma de sobreviver àquela invasão inevitável.

No Sertão maranhense, na Ribeira do Mearim, na primeira metade do século XVIII, a presença dos religiosos em expedições militares era uma constante. No Termo de Junta (APEM, [18--]b), o então capitão-mor do Mearim, no ano de 1746, pede a presença de religiosos para converter os indígenas habitantes das margens daquele rio. Além da presença de militares, solicita armas e munições, para promover a conversão.

Em 1747, as entradas para o Sertão continuavam com a figura dos religiosos associada à dos militares. Em outro Termo de junta do APEM ([18--]b), a junta analisa o pedido do ex-capitão-mor do Mearim, José Pinheiro de Meireles, que pede a confirmação das ordens do ex-governador e capitão-general, João de Abreu Castelo Branco, para fazer entradas de paz aos índios daquela ribeira e, para efetivar a ordem, solicita auxílio religioso, armas e munições.

No mesmo documento, na fl. 16v, podemos observar que os indígenas do Mearim não se encontravam passivos. Eles agiam e buscavam espaços possíveis no contexto a eles imposto pelos não indígenas. A Junta analisa petições dos indígenas Aranhiz, solicitando a restituição de suas mulheres, reduzidas na aldeia de Araiões (APEM, [18--]b).

A missão evangelizadora traria, na verdade, uma imposição de uma nova visão de mundo para aqueles povos indígenas em contato com o europeu. Almeida (2010) trabalha com a análise das aldeias religiosas e das missões como espaços não somente destinados à cristianização dos povos indígenas, mas, também, à ressocialização, tornando-os súditos da Coroa Portuguesa. Assim, como consequência, foram lhes sendo atribuídas muitas funções dentro daquela sociedade colonial. Devemos ressaltar que essa intenção ignorava a atuação dos indígenas como sujeitos com vontade própria, frutos de uma sociedade pré-cabraliana dona de uma dinâmica interna intensa e possuidores de uma organização pautada no seu entendimento de mundo e em interesses próprios.

Essas relações com os missionários, nesses espaços coloniais de imposição cultural, não se processavam de forma linear. Almeida (2010) salienta que, ao longo dos séculos de contato, desde o XVI até o XIX, muitas situações foram, na verdade, mediadas a partir da atuação efetiva dos indígenas diante do que lhes era ali imposto. E, embora tivessem em situação subalterna, participavam da experiência desse contato e buscavam novas formas de sobrevivência naquela nova realidade, vivendo o que a autora chama de processo de

metamorfoses étnicas e culturais. Em de desaparecerem, as aldeias se apresentavam como espaços de ressignificações de identidade e culturas, que tinham base nas leis que deles tratavam e no interesse dos vários atores da sociedade colonial no funcionamento e nos objetivos dos aldeamentos: missionários, indígenas, colonos e autoridades locais e metropolitanas. Não podemos, no entanto, subestimar o prejuízo para essas populações indígenas: a imposição cultural é uma violência real.

Para Castelnau-L'Estoile (2013, p. 66 apud MOREIRA, 2016, p. 95), desde que as fontes missionárias começaram a ser problematizadas, a partir da chamada Nova História Indígena, a conversão girou em torno da transformação dos indígenas diante dessa nova realidade colonial que esses povos não dominavam. Convergindo, temos ainda Carvalho Júnior (2013), avultando o protagonismo indígena na evangelização ocorrida na Amazônia, pondo os interesses políticos indígenas no cerne do processo de conversão: sem “[...] as alianças com essas populações, sem o jogo de interesses mútuos, sem o discurso de proteção dos missionários, talvez sequer um indígena abraçasse a nova religião” (CARVALHO JÚNIOR, 2013, p. 66).

No Sertão da Capitania do Maranhão, na segunda metade do século XVIII, essas relações entre missionários e indígenas também apresentavam características de jogos de interesses mútuos. No Termo de Junta (APEM, [18--]b), é registada a ocorrência, no ano de 1757, de uma reunião no palácio do então Governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Gonçalo Pereira Lobato e Souza. Dessa reunião participaram, por convocação do governador, os Deputados da Junta das Missões e o procurador dos indígenas, Ignácio Gomes Leitão. O teor da reunião foi uma reclamação sobre as repetidas notícias de que as ordens da Coroa Portuguesa não estavam sendo cumpridas no que tange à legislação de liberdade dos indígenas. Foi denunciado que, no Estado do Grão-Pará e Maranhão, continuavam as capturas dos indígenas em quantidade imensas e que o tratamento dispensado a esses escravizados era o pior possível, nomeado como “tirania”. A fonte indica que os religiosos da Companhia de Jesus não estariam cumprindo as determinações de Portugal, em legislação expedida desde o ano de 1755. Acreditamos que a referência seja ao chamado “Diretório dos Índios”, cujo teor é ressaltado quando mencionado: “Lei que sua paternidade e muito reverendar [...] que se manda que os Índios sejam governados no temporal por Governadores e Ministros e Senhor Príncipe” (APEM, [18--]b, p. 76v).

Autoridades locais, autoridades metropolitanas, missionários, colonos e indígenas, figuras que estavam atuando ativamente na dinâmica. Não podemos esquecer em que contexto os religiosos atuavam dentro do avanço da colonização, possibilitando, por meio da conversão, o controle dos povos indígenas pelos colonos. Ocorre que, na prática, no Sertão centro-sul maranhense, as estratégias para que se pudesse, de fato, avançar na conquista de novos espaços tornavam, por vezes, flexível o cumprimento da legislação indigenista. Como já foi ressaltado anteriormente, a dificuldade de manutenção da estrutura colonial no Sertão, a segurança, a mão de obra e o contingente que garantissem o sucesso econômico e a posse das terras para Portugal tinha como consequência um emaranhado de arranjos que atendiam a todos os interesses envolvidos. Coelho (2005, p. 67) explica como a chegada do Diretório foi responsável pelo fim do monopólio dos missionários católicos sobre a mão de obra indígena. E, também, como houve subversão desse projeto na região norte da América portuguesa. Havia variados interesses a serem resguardados das exigências da legislação e do governador. Os missionários continuaram atuando dentro do novo contexto, realizando expedições às matas e promovendo redes de comércio com populações indígenas não aldeadas, negociando com os diretores para a obtenção da mão de obra indígena.

A Coroa Portuguesa tinha um entendimento sobre a melhor estratégia para lidar com as populações originárias na segunda metade do século XVIII. Os religiosos continuariam a ter sua importância dentro do cenário, embora não mais como atores principais no trato com os indígenas. Figuras laicas deveriam assumir esse papel. Os diretores dos aldeamentos deveriam desempenhar as funções administrativas – antes sob a responsabilidade dos religiosos – para que estes últimos pudessem, assim, dedicar-se a seu ofício religioso somente, o que também traria, em caso de sucesso, bons frutos para a Coroa Portuguesa. Os indígenas convertidos, e que mantivessem constância em sua mudança de hábitos, estariam aptos a fazer parte dessa sociedade colonial “civilizada” e, portanto, útil à manutenção da colônia.

As denúncias de manutenção da “dezinfeção” e da escravização dos indígenas demonstram que a substituição dos religiosos na administração dos aldeamentos não mudou as práticas de subversão da lei de liberdade dos indígenas e colocou esses missionários em oposição às práticas que por eles próprios eram realizadas de forma comum desde o século XVI, até o momento em que detinham a hegemonia nos aldeamentos: usar, nos empreendimentos religiosos, mão de obra indígena que, por vezes, faltava para o restante dos colonos da Capitania do Maranhão, em fins do século XVIII. Nas entrelinhas da fala do

governador, é possível notar que ele compreende essa nova posição dos religiosos quando fala: “[...] Sendo a que forem ao maior empenho no seu leal ânimo a que lhe chegaram pelo **vigilante e inexplicável** zelo dos religiosos da Companhia de Jesus tomara ultimamente a Resolução por não haver não só consciência, mas a dos infinitos Povos [...] Termo de junta (APEM, [18--]b, p. 76v, grifo nosso). As palavras **vigilante e inexplicável zelo** demonstram que as autoridades locais e os religiosos andavam, em linhas gerais, em disputas intensas de interesses.

A “salvação” dos indígenas do Sertão maranhense estava na pauta dos religiosos como nunca estivera até a primeira metade do século XVIII, período em que a eles foi dada a incumbência de administrar as missões e os aldeamentos. Após 1798, sua “vigilância e zelo” eram totalmente compreensíveis no cenário pós-política do Diretório dos Índios.

Com a chegada do século XIX, a presença de sacerdotes atuando junto à missão de civilizar os indígenas nos Sertões persistiu, havendo demandas dos governadores das duas primeiras décadas às instâncias superiores da igreja para que deslocassem missionários para os Sertões. Em ofício do governador e capitão-general da Capitania do Maranhão, Bernardo da Silveira Pinto, datado de 4 de setembro de 1819, endereçado ao cônego João de Bastos de Oliveira, mestre-escola e vigário capitular do Bispado, foi solicitada a indicação de um sacerdote para a povoação de índios Leopoldina (APEM, [19--]a). Em termos práticos, o atendimento da necessidade de avanço do não indígena pelos Sertões manteve a figura do missionário ao longo das duas primeiras décadas do Oitocentos como um caminho para manutenção da empreitada colonizadora. Era imperativo, por força de lei, que desde 1798 garantia liberdade aos indígenas, que houvesse por parte do poder local uma movimentação no sentido de implementar a política de alianças com essas populações.

Os missionários ainda tinham sua serventia assegurada dentro desse processo. Além da conversão dos indígenas, o então governador e capitão general da Capitania do Maranhão, Bernardo da Silveira Pinto, contava com esses sacerdotes para obter informações sobre a população das regiões da Capitania, como aparece no ofício de 14 de setembro de 1819, menos de um mês depois de sua posse no cargo de governador e capitão general, solicitando aos párocos das freguesias que o mais brevemente possível encaminhassem um mapa da população da Capitania. Infelizmente não tivemos acesso à resposta do referido ofício, mas o mapa deveria conter: nascimentos e mortes; eclesiásticos (sacerdotes); faixa etária de cinco em cinco anos; estado civil; e sexo de brancos, indígenas, mulatos livres e cativos, pretos

livres e escravos. Deveria conter, também, os nomes dos indivíduos solteiros, com ou sem ofício (APEM, [19--]a). Essas informações poderiam ser utilizadas para que o novo governador e capitão general ficasse a par de como estava a Capitania que assumira por ocasião da morte de seu antecessor. Contudo, o caso é que a solicitação foi direcionada à igreja.

#### 4.2.2 *O braço da lei: militares e suas funções no Sertão*

Desde os primeiros contatos, europeus e indígenas eram acompanhados de armas, assim permanecendo durante todos os séculos de relações. A “cruz e a espada” eram objetos que simbolizavam o “novo”, o “civilizado”. À medida que a colonização avançava pelos sertões, militares administravam os territórios e, juntamente com os padres, faziam acontecer o alargamento da fronteira colonizadora nos distantes rincões das capitanias.

De acordo com Chambouleyron (2013, p. 90), “distante, povoado de índios e cortado por rios e igarapés, os sertões da Amazônia seiscentista eram o espaço dos negócios dos moradores, autoridades, religiosos e dos próprios índios”. Os sertões do Estado do Maranhão e Grão-Pará eram esquadrinhados pelas expedições que procuravam indígenas (escravos e livres), drogas e outros produtos a serem descobertos. As tropas que iam ao Sertão não essencialmente se definiam pela busca somente das drogas ou de indígenas, ou mesmo pela defesa do território. De tal modo, não havia um *status* claro para as tropas, já que os colonizadores podiam muito bem argumentar que entravam ao Sertão a resgatar escravos, mas acabavam fazendo guerra contra grupos indígenas, ou mesmo coletando produtos no Sertão.

Essa situação, na qual os militares dos sertões desempenhavam várias funções, pode ser identificada também no início do século XIX, no trecho do ofício datado de 14 de novembro de 1819, do governador e capitão-general da Capitania do Maranhão, destinado a Tomás Antônio de Vila Nova. Nele, é informada a falta de segurança e de polícia do interior dos sertões e a necessidade de aumentar esse contingente para áreas ainda em processo de conquista: “Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor. Entre objetos que me parecem mais dignos de atenção nesta Capitania tem um dos primeiros lugares a falta de segurança de Polícia do interior dos Sertões[...]” (APEM, [19--]b. p. 66v.).

Os sertões aparecem na documentação como um espaço inóspito e que, para ser conquistado, tinha a força como mecanismo mais eficaz. Conforme o mesmo ofício do governador:

Esta Capitania é cortada no seu centro por grandes Matas, o que chamam gerais desde as margens do Turi limite da Capitania do Pará até o Codó confluente do Itapecuru as quais servem de abrigo, e de morada a numerosas Tribos de Índios Selvagens que cheios de animosidade, e ódio inveterado inquietam os cultivadores e embarcação novas lavouras cometendo continuas depredações nas Fazenda já principiadas pondo os Lavradores na dura, e perigosa necessidade de terem a sua Escravatura armada, para proverem à sua própria segurança vendo-se obrigados em muitos sítios a fazerem os Roçados, e mais trabalhos agrônômicos se fariam um surrageamento Militar, com um cordão de Sentinelas, com Rondas e Patrulhas, e muitas vezes com Artilharia (APEM, [19--]b, p. 66v).

No recorte acima, o governador do então Estado Colonial do Maranhão (1819-1822), Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, comunica à Coroa Portuguesa as condições em que os colonos dos Sertões se encontravam. Comunica, também, como a ação dos indígenas, às quais se refere como “depredações cheias de animosidade e ódio inveterado”, impede o desenvolvimento da agricultura na região e, conseqüentemente, inviabiliza o lucro de Portugal. O próprio governador, militar de alta patente, marechal de campo dos Reais Exércitos (LIMA, 2006), tem uma visão muito voltada à questão da organização de uma força oficial de controle, chegando mesmo a criticar essa lacuna em terras maranhenses. Ele se queixa à Coroa Portuguesa por ter encontrado a Capitania sem segurança alguma, com fortalezas exóticas e defeituosíssimas, não havendo uma só peça em estado de fazer fogo, com um arsenal desprovido de tudo. Estavam as Companhias de Cavalaria e os Corpos de Milícia desorganizados e com comandos que residiam muito distantes dos seus comandados. O governador chega mesmo a mencionar que estaria assustado com a situação em que se encontrava.

Sobre os indígenas, eles aparecem diretamente nas fontes, mencionados no mesmo lugar em que ocupavam no século XVIII, como um problema dos Sertões. O governador se queixa de suas ações, que toma por atos de “selvageria”, e novamente menciona a guerra como forma de controle dessas populações. A situação com os indígenas seria causadora de um outro grande problema: a necessidade de autodefesa dos colonos do Sertão, armando seus escravos e correndo o risco de um levante destes. Como uma solução possível, o governador sugere a criação de um cordão de sentinelas, com rondas e patrulhas armadas. Sem “solução”, os sertões seguiriam com seus males à cultura e à população, ambas impossibilitadas de se desenvolverem, mesmo estando em terras férteis, como as da Ribeira do Mearim. Sem segurança e com despesas excessivas, esses colonos desanimariam de sua empreitada e uma das conseqüências seria o perigo inevitável já mencionado: os escravos armados.

Os militares, na fala do governador, seriam indispensáveis para manutenção da ordem dentro das fronteiras da Capitania, uma vez que criminosos, malfeitores, desertores, vadios desta e de outras capitanias vagariam pelos Sertões impunemente, sem haver força repressora, “[...] as questões nos Sertões se decidem a tiro de que resulta existirem atualmente na Cadeia desta Relação centro e sessenta criminosos de morte [...]” (APEM, [19--]b, p. 66v.). O governador afirma que a jurisdição civil não teria força nem vigor algum, por longo hábito nos sertões. Apontam Chambouleyron et al. (2009, p. 120): “[...] a experiência dos descimentos e, é claro, das guerras contra as nações indígenas revela o quanto o conflito, o castigo e a coação representaram aspectos fundamentais da ação dos portugueses [...]”. Analisando essa afirmação, como sendo um apelo para a Coroa portuguesa para que se compreendesse que o uso da força, pela via militar, seria capaz de resolver os problemas de segurança e de fazer prosperar a Capitania como empreendimento, livrando-a dos vários perigos, dentre eles os indígenas que não aceitavam a conquista de suas terras, tornando, assim, a “dezinfestação” muito útil, os Sertões seriam um espaço onde a violência se processava tanto na forma física quanto na simbólica.

É possível inferirmos que as ações das populações indígenas dos Sertões, os ataques às lavouras ou aos estrangeiros que desciam os rios, demonstram a reação desses povos frente à situação que perdurava desde o primeiro século de contato: a invasão de suas terras. Assim, demonstrando o contrário do construído no imaginário social, os indígenas buscavam o atendimento de seus interesses e o respeito ao seu entendimento de mundo. Embora fossem considerados livres por lei, pela mesma legislação do Diretório, foram chamados de conquistados, como indivíduos inferiores dentro da sociedade colonial. Mais tarde, com a Carta Régia de 1798, que os estingue, não vivenciaram a plenitude da autonomia, apontando para uma permanência de certas práticas.

Nas fontes bibliográficas e primárias consultadas, é possível observar que, dentre tantas outras, o trato com os indígenas era uma das atribuições dos militares. Na Capitania do Maranhão, muitos contatos foram feitos à medida que avançavam pelos rios e, assim, estabeleciam alianças ou faziam “dezinfestação” dos povos indígenas. Algumas catalogações de diferentes populações indígenas da Capitania do Maranhão, no início do século XIX, vêm de informações de relatórios de oficiais (roteiros de viagens) enviados pela Coroa Portuguesa para promover o avanço da fronteira colonizadora. Francisco de Paula Ribeiro é um desses militares que vêm ao Maranhão, no final do século XVIII, e é designado para comandar o

destacamento de Pastos Bons, localizado na parte sul da então Capitania, conforme já foi mencionado em momento anterior nessa produção.

No seu roteiro de viagem, o militar relata contatos, tanto amistosos quanto conflituosos, com nações indígenas de várias etnias. Ele as nomeia a partir do seu entendimento e da sua observação, o que em certos momentos faz ainda mais confusa a identificação de etnias ou alianças e inimizades entre esses diversos povos. Entretanto, cabe a ele o crédito de trazer uma pista de quais foram essas nações, indicando como se poderiam partir dessas suas observações para que se pudesse conhecer um pouco sobre esses povos. São citadas algumas etnias no seu roteiro de viagem seguindo o curso dos rios: Gamelas de Viana; Timbiras do baixo Rio Mearim; Gamelas de Codó; Timbiras Sacramecrãs; Timbiras Capiocrãs, ou Canelas Finas; Timbiras Piocobgês; Timbiras Purecamecrãs; Timbiras Macamecrãs.

O militar Francisco de Paula Ribeiro afirma, ainda, que as definições de algumas etnias sofrem alterações com o tempo. Assim, por exemplo, os Tupinambases do litoral maranhense, apontados por Berredo, podem ter se subdividido em outras ramificações e dado origem a outros povos indígenas, que se reconhecem com nomenclaturas diferentes. Podem ter se unido a outros povos empurrados pela colonização para o interior, seguindo para os sertões e, assim, sendo denominados por nomes gerais, como Timbiras e Gamelas, únicos dialetos que se reconheciam naquele momento, presentes naqueles sertões. Essa afirmação alude à compreensão de como poderia ser confuso para o não indígena identificar os vários povos indígenas dos sertões e, assim, explica a generalização desses povos em documentos oficiais ou a simplificação desses povos em divisões que só teriam sentido para os colonos, pois eram feitas a partir do seu entendimento de mundo.

Ainda no mesmo roteiro de viagem, Ribeiro (2002) fala que os povos indígenas dos sertões eram muitos e que o avanço da conquista desses espaços, para fins de colonização, era possível por serem esses inimigos e por desconhecerem o interesse comum entre eles. Francisco de Paula Ribeiro escreve seu relatório no início do século XIX, ainda possuindo uma visão do indígena exótico e passível de manipulação pelo estrangeiro, despossuído de capacidade de percepção de estruturas sociais diferentes das suas. Esse entendimento está sendo revisto pelos trabalhos mais recentes sobre a temática indígena.

No seu relatório intitulado “Observações gerais sobre os selvagens da Capitania do Maranhão”, Francisco de Paula Ribeiro faz avaliações sobre a situação que os povos indígenas estavam vivendo naquele momento, descrevendo à Coroa portuguesa a condição de “abandono”, do ponto de vista da sua noção de realidade, que desejava o espaço e o controle social desses grupos. Os indígenas, por ele denominados de “selvagens”, estariam em uma condição de subsistência, ainda não integrados à sociedade não indígena:

[...] Foram-se dispersando em diferentes magotes por entre os nossos estabelecimentos, aonde entregues a si mesmos e à discricção das suas péssimas inclinações, furtavam para sustentar-se os gados nos campos e os legumes nas roças: ao princípio fizeram-no occultamente, mas como não os repreendessem, passaram a fazê-lo descaradamente sem temor, e pouco depois ao destruir tudo, matando não só a imensidade de bois e vacas, porém, até as mesmas crias; e pelo que respeita às roças, o que destas não careciam para comer, deixavam-no espargido sobre a terra; e eis aqui pois como os primeiros frutos da suspirada aliança principiaram contraproducentes para os desgraçados habitantes do distrito [...] (CAPITANIA DO MARANHÃO, 1819 apud RIBEIRO, 2002, p. 178).

O relato acima mostra como as populações indígenas não estavam inertes no contexto de conquista. Ao contrário, ponderavam a melhor opção e agiam em busca de sua sobrevivência física e cultural, usando a comunicação possível para demonstrar sua posição sobre o contexto em que se encontrava a partir da chegada do estrangeiro em seu espaço. Utilizavam, inclusive, a comunicação violenta. No trecho acima, podemos perceber que a ação indígena não se limitava a roubar para o sustento. Além disso, eles matavam animais e destruíam roças e seus frutos. Francisco de Paula Ribeiro, como um representante do grupo social “rival”, atenta para a falta de correção e como isso pode ter sido a causa dos comportamentos condenáveis dos indígenas. Esse entendimento convergia com o das autoridades locais. O mecanismo para a comunicação seria a presença de policiamento militar constante, sendo essencial para a manutenção da ação colonizadora naqueles Sertões.

No ofício de 17 novembro 1819, por exemplo, o governador Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca discorre sobre a necessidade de companhias de caçadores independentes e não somente de destacamentos:

[...] Destacamentos não podem conservar ordem nem disciplina parece-me que em lugar de um Batalhão seria mais conveniente formarem-se oito Companhias de Caçadores independentes umas das outras na conformidade e do plano que remeto e que sejam colocadas da maneira seguinte. Uma companhia na Vila de Alcântara. Uma dita na Vila de Monção. Uma dita na confluência do Mearim. Com o Grajaú. Uma dita na Povoação projetada Princesa Leopoldina que não prosperado por falta de segurança estando rodeada de Índios Selvagens. Uma dita na Tapera da Chapada entre o alto Mearim, e Grajaú. Uma dita na Ribeira da lapa ou das Neves. Uma dita

na Povoação Almeida de El REY ou na confluência da Ribeira de Alpercatas com o Itapecuru para proteger as Fazendas de Gado que se vão a estabelecer por conta da Real Fazenda. [...](APEM, [19--]b, p. 168).

A presença dos militares de forma mais intensificada e organizada nos Sertões parecia realmente a única solução para as autoridades locais. Pela descrição do plano do governador, as sete regiões por ele apontadas seriam estrategicamente pensadas de forma que garantissem a segurança das fronteiras geográficas e econômicas importantes para os colonos. A região do Sertão dos Pastos Bons aparece na sua descrição, com ênfase em espaços especificados como a confluência dos rios Mearim e Grajaú, além da região que hoje compreende o município de Bacabal, na época denominada “povoação Princesa Leopoldina”, que se encontrava rodeada de indígenas ainda não aldeados.

Não há, na fonte, a especificação das populações habitantes da região na qual se pretendia manter a presença militar mais constante. Contudo, pela descrição da localização, as terras do Rio Mearim foram as que abrigaram populações descritas por Francisco de Paula Ribeiro em seu relatório.

Outro aspecto sobre a atuação dos militares nos Sertões, e que aparece no ofício de 14 de novembro de 1819, do governador Bernardo da Silveira Pinto, é o fato de que, da maneira como estavam até então organizados os militares, em destacamentos ligados a um único batalhão em São Luís, não havia como controlar a disciplina desses destacamentos em regiões distantes, nos quais a figura de um dirigente de patente mais alta – de melhor formação – acarretava situações inconvenientes para os planos de conquista daqueles Sertões: “[...] Destacamentos para diferentes lugares em toda a Capitania aonde se tem julgado indispensável alguma guarnição os quais pela sua pequeníssima força são insuficientes, e só devem para estragar e impossibilitar a disciplina do Corpo [...]” (APEM, [19--]b, p. 67).

A disciplina dos destacamentos dos Sertões era uma preocupação, pois, quanto mais distante o Destacamento estivesse do comando de oficiais superiores, mais relaxado seria seu comportamento, necessitando de uma ação imediata para mudar tal realidade. O ofício cita, ainda, que muitas ações desses destacamentos, em vez de ajudarem, oprimiam os povos, “[...] comandados pela maior parte por oficiais inferiores em que relaxada a disciplina, tanto governam os soldados como os Comandantes e em lugar de proteção servem de ordinário de operação aos Povos[...]” (APEM, [19--]b, p. 67). Com base nessa afirmação, podemos inferir a interpretação de que os militares dos Sertões faziam sua figura de autoridade maior que o

que realmente era. A consequência disso eram casos de abusos de autoridade – com relação aos habitantes não indígenas também –, visto que sua presença naqueles espaços, *a priori*, era justificada para a proteção contra o indígena não “civilizado”. Cada caso poderia ser resolvido com a execução do plano apresentado pelo governador e que consistia em criar uma descentralização de comando dos militares, deslocando oficiais mais qualificados para esses comandos.

A fonte relata, ainda, a formação de milícias, compostas por lavradores e militares, dispersas pelos Sertões para suprir a necessidade de proteção. Essas milícias eram comuns, sendo formadas em habitações distantes umas das outras, tendo uma atividade muito localizada, não exercendo um policiamento que alcançasse áreas maiores. Ao que tudo indica, sua formação se dava muito em função da ação dos indígenas na região, que se fazia intensa à medida que as fronteiras colonizadoras iam se alargando. Essas milícias tinham o incentivo das autoridades da Capitania e, podemos perceber, funcionavam, pelo menos do ponto de vista prático, como um paliativo para atender às demandas de “proteção” contra os indígenas e tudo o mais de que se precisasse naqueles Sertões.

A fonte não informa como as ações dessas milícias eram organizadas e se havia respeito à legislação da Coroa portuguesa em relação ao plano de integração dos povos indígenas à organização social dos colonos. Contudo, podemos inferir que, se os representantes oficiais das autoridades coloniais, os militares, passavam dos limites em certas ocasiões, um grupo de civis armados e convictos de seus motivos naquele contexto de contenda com indígenas poderiam ter também atitudes que fugissem ao que orientava a legislação. Decerto que o temor de crime contra a Coroa Portuguesa era algo sempre a se ponderar. Uma pergunta sobre as milícias que também levantamos aqui é: essas milícias sempre tinham a presença dos militares ou havia milícias clandestinas nos sertões?

Com o avanço para a região de Pastos Bons, muitas povoações foram surgindo. E, como já mencionado, não havia um contingente militar organizado de forma que cobrisse toda essa região de maneira uniforme.

O ofício do governador e capitão-general Bernardo da Silveira Pinto mostra uma preocupação das autoridades administrativas locais, com as perdas de mão de obra, devido à situação da segurança do interior da Capitania: “[...] no Brasil aonde se deve destruir o menor número de braços que seja possível da lavoura que forma a riqueza do País[...].” (APEM, [19--

]b, p. 67v.). As guerras entre indígenas e não indígenas, estimuladas pela sensação de impunidade que a distância entre os Sertão dos Pastos Bons e São Luís impunha, traziam um prejuízo em relação à mão de obra tão necessária naquele espaço. Era preciso agir. E rápido.

Espalhar pelos Sertões os destacamentos traria outros benefícios. Os recrutamentos seriam mais fáceis e menos apreensivos porque os lavradores e os habitantes não poderiam ter tanta dificuldade e repugnância em dar os seus filhos para o serviço militar, já que os recrutados ficariam perto dos seus domicílios. Cada uma das companhias, no lugar em que se colocasse, formaria logo o princípio de uma povoação que deveria naturalmente ir crescendo e impondo conseqüentemente a cultura. As mesmas companhias poderiam ser utilmente empregadas para auxiliar a abertura de estradas e a limpeza dos rios de navegação. Aqui, utilizamos o termo limpeza em referência à remoção de troncos de árvores que dificultavam, ou mesmo impediam, os deslocamentos pelos rios. As povoações serviriam de ponto de reunião às milícias em qualquer caso imprevisto. Os “‘índios selvagens’, ao notarem, por diferentes pontos, uma força sempre pronta para repelir os seus ataques, receariam o castigo, conter-se-iam e pouco a pouco iriam procurar a amizade com os colonos. [...]” (APEM, [19--]b, p. 68v, grifo nosso). Em vários momentos, o discurso do governador faz apelo à guerra contra os indígenas, aos quais se refere usando o termo “selvagens”.

O governador e capitão-general Bernardo da Silveira Pinto segue relatando que vários outros problemas seriam resolvidos nos Sertões com essa nova organização das forças militares. Quanto ao problema de oferta dos recrutas, estes poderiam ser lotados em suas regiões de origem. Quanto à questão da intensificação do povoamento pelo não indígena na região, era importante garantir, assim, a posse de fato daquele espaço frente a outras nações e aos povos indígenas. O governador faz menção à questão por ele chamada de “formação cultural dos Sertões”, que ele acredita estar relacionada ao entendimento do que era ser “civilizado”, nos moldes dos costumes e de acordo com o conjunto de valores dos colonos. A esse respeito, Carvalho (1987, p. 11) afirma que “as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro”. Nesse sentido, os Sertões eram uma região que deveria ainda ser moldada.

Outra função que os militares poderiam exercer era assegurar a abertura de necessárias estradas, uma vez que, até então, eram os rios os melhores caminhos, para milícias em caso de necessidade. Além da limpeza da navegação dos rios, aqui, nesse ponto, a inferência é a de que essa “limpeza” se referia à manutenção da posse das Ribeiras pelo não indígena. Toda

riqueza produzida deveria ter a garantia de escoamento para São Luís ou para outras regiões da Capitania. Outra afirmação importante da fonte é a simbologia da presença militar ostensiva, que traria a sensação de conquista, de posse efetivada, com esses “braços da lei” nos Sertões, sendo sua presença, por si só, tão eficaz de modo que o indígena entenderia sua condição de conquistado e se submeteria ao colonizador.

#### 4.3 “Dezinfestação” e resistência na Ribeira do Mearim

O ofício de 1804, encaminhado para o Comandante dos destacamentos dos Pastos Bons, Francisco de Paula Ribeiro, pelo então governador do Estado do Maranhão e Piauí (1772-1811), Antônio Saldanha da Gama, mostra, no início do século XIX, como o trato com os indígenas ainda conservava permanências de outrora, como a “dezinfestação”. Almeida (2010), sobre as guerras indígenas e as guerras coloniais, fala que ambas se misturavam, já que se faziam com indígenas aliados contra indígenas hostis. Em dado momento, europeus de diversas nacionalidades e etnias variadas lutavam como aliados numa mesma guerra. Porém, por motivações diversas, sofriam alternâncias conforme as circunstâncias e a dinâmica das relações. Almeida ratifica a participação indígena nesse contexto. Embora eles tenham sido os maiores perdedores, agiam de acordo com as possibilidades e, por vezes, valiam-se das quizilas entre europeus para alcançar minimamente seus interesses. Seguindo essa dinâmica, a partir do século XVI até o século XIX, muitas guerras aconteceram e algumas tomaram proporções maiores que outras, com contingentes militares vultosos e grupos indígenas variados. Além disso, houve as guerras de resistência, quando grupos indígenas de fronteiras de expansão – os sertões – não aceitavam a submissão ao colonizador e resistiam. Eram os chamados “índios bravos”.

As palavras de Almeida (2010) levam a crer que as ações desses indígenas resistentes, por vezes, iam além do confronto direto com armas e se traduziam nas chamadas “carrerias”, assaltos a povoações não indígenas dos Sertões e/ou destruição de roças, conforme pode ser encontrado em diversas correspondências oficiais analisadas nesse trabalho. Assim, os Sertões dos Pastos Bons eram palco de relações instáveis e que, por vezes, principiavam a “dezinfestação”. Ações por parte da Coroa Portuguesa, como uma forma de controle da região, com a utilização da conversão ao cristianismo, que não perde sua importância nas duas primeiras décadas do XIX. E intensificação do aparato de segurança, como uma forma de intimidação ao indígena hostil. Tudo isso torna necessária a permanência das guerras.

O que dizer sobre resistência nesse panorama do Sertão dos Pastos Bons? Conforme já mencionado, as “correrias” seriam, na verdade, o que Carvalho Júnior (2016) considera processos autônomos que os povos indígenas criaram como uma forma particular de se relacionarem com o novo mundo que lhes foi imposto. Nesse entendimento, resistência não está somente associada à questão cultural, mas seria muito mais complexa que isso, configurando-se também como resistência política. Uma ação real e consciente que objetivava alcançar a sobrevivência pessoal e do grupo.

Carvalho Júnior (2013) fala, ainda, da Amazônia Colonial. As várias fugas das missões e dos aldeamentos, embrenhando-se nas matas, seria uma forma de resistir ao controle do tempo. As fugas de dentro de canoas, nas quais trabalhavam como remeiros; os desaparecimentos nas saídas para resgates de drogas no interior das matas. Havia, ainda, essa agência no momento em que escolhiam fugir das missões e buscar trabalho menos exaustivos e especializados nas fazendas, onde também havia certa flexibilização por parte dos patrões no exercício de suas práticas rituais e de seus costumes. O autor também ressalva a flexibilização, em determinados casos, para que indígenas pudessem contrair matrimônio várias vezes. Seriam indígenas que, por sua eventual importância estratégica para a colonização, tinham a conivência de autoridades locais.

Alvitramos, assim, que as “correrias” indígenas surgiram como uma ação de oposição real à “dezinfectação” realizada por não indígenas. Tinham como objetivo a manutenção da existência desses grupos indígenas nos Sertões dos Pastos Bons, principalmente no recorte temporal aqui proposto, em que a documentação mostra um agravamento da situação das populações indígenas frente à implementação de políticas integracionistas ineficazes traduzidas em violências simbólicas e físicas.

Gomes (2002) alicerça nosso entendimento ao tratar da forma como as guerras aos indígenas eram realizadas de maneira impiedosa na Capitania do Maranhão. Gomes fala também sobre as rebeliões ou os ataques que esses povos realizavam aos colonos. Eles eram também debelados com violência exemplar. O autor cita o relato de um cabo de guerra, que conta com enfado o quão fácil era atirar e matar indígenas, prendê-los e roubá-los. Ao mesmo tempo, podemos perceber, na fala do então governador-geral, Jacomé Raimundo de Noronha, o imaginário corrente: “Todo o dito gentio se sojeita por temor”. A superioridade do não indígena deveria ser demonstrada por meio de armas e munições. Em Carvalho (2011, p. 107), podemos encontrar uma descrição das expedições de alargamento do espaço colonizado

no centro sul da Capitania do Maranhão, em fins do século XVIII e começo do século XIX. Carvalho chamou esse momento de “horrorosa conquista”, para “limpar” aquela terra de homens aos quais negavam a identidade humana por não serem católicos. O comandante Manoel José Assunção e seus auxiliares realizaram horrorosas matanças dos macamecrans, poremeocrans, xavantes e caracatigês, usando de traição, pois que firmavam alianças e, de surpresa, atacavam em superioridade de número e armas, guerreando como aliados de uma nação contra a outra e, em seguida, aniquilando todos os indígenas. Carlota Carvalho, em *O Sertão*, chamou de extermínio essa ação. Houve degolamentos e sangramentos, sem consideração de sexo e idade. Os colonos agiam de forma desleal para garantir a surpresa dos inimigos. Carlota Carvalho escreve sobre extermínio no início do século XX; alude à perspectiva de desaparecimento, ligada à violência física, não tendo sido identificada, em seu discurso, até o momento, a ideia de extermínio ligada à imposição cultural, noção presente em Moreira (2020), quando trata da noção de genocídio de Raphael Lemkin (1900-1959). Para este último, o termo visava a sintetizar processos complexos, violentos e sistemáticos de destruição em massa de determinados grupos, tanto em termos físicos quanto em termos culturais. “Em lugar de extermínio, Lemkin usava a palavra destruição, definindo genocídio como ‘the criminal intent to destroy or cripple permanently a human group’” (MOREIRA, 2020, 395). Nessa perspectiva, Moreira (2020) afirma:

Apesar das resistências, dos receios e das incompreensões que cercam a utilização mais sistemática do conceito no campo da história dos indígenas e do indigenismo, o genocídio, na sua qualidade de processo histórico avant la lettre de destruição sistemática física e cultural, ocupa um lugar estruturante nas relações interétnicas entre indígenas e não indígenas no continente americano, mesmo em períodos históricos em que estava totalmente fora do horizonte político e ideológico a defesa pública do extermínio físico dos índios (MOREIRA, 2020, p. 396).

O receio sobre usar o termo genocídio dentro do campo das pesquisas sobre História Indígena reside no fato de que sua interpretação costuma ser associada exclusivamente à narrativa da destruição e do desaparecimento das populações indígenas. De acordo com Moreira (2020), John Monteiro deixou bastante clara tal perspectiva: “[...] enfoques desse gênero deixam de tematizar outros processos históricos importantes, que permitiriam explicar como vários povos e grupos chegaram, mesmo que bastante transformados, até os dias atuais” (MONTEIRO, 2001, p. 4). Dessa forma, Moreira (2020) apresenta a ideia de extermínio para além da destruição física, abrindo uma possibilidade de usar o termo dentro da perspectiva pensada pela Nova História Indígena.

Voltando à ideia de extermínio dos indígenas presente em Carvalho (2011), a questão da imposição cultural não dava ares de problema: “na Nova Inglaterra, John Elliot, não tendo livros puramente didáticos, ensinou os autóctones a ler em algumas bíblias, tentando a conversão religiosa na leitura” (CARVALHO, 2011, p. 108). Nessa passagem de sua obra, Carlota Carvalho está comparando as ações dos agentes coloniais na América portuguesa com as realizadas na Nova Inglaterra. E sobre os Pastos Bons, fala que os conquistadores reproduziram a obra execrável dos primórdios da colonização. Os indígenas aparecem como indivíduos que, por influência do meio, tinham índole descuidada, seguiam alheios ao que estava ao seu redor. Embora a autora demonstre indignação devido à forma violenta como foram tratadas essas populações, não parece se incomodar com a conversão dos indígenas ao cristianismo ou com a sua inserção nas vilas.

Mesmo com toda essa violência despendida pelos colonos, os indígenas do Sertão dos Pastos Bons resistiam: “Recebi o Seu ofício de 2 de corrente mês representando-me a incursão e grande hostilidade do Gentio sobre as Fazendas desse Distrito, em que tem devastado muitas Fazendas e morte de Escravatura [...]” (APEM, [20--]b, p. 155v). Trecho do ofício do governador Paulo José da Silva Gama, datado de 1813, ao juiz ordinário do Mearim, José Maciel Parente, mencionando que isso seria uma resposta a uma comunicação anterior, na qual dava conta de presença indígena hostil em propriedades da região.<sup>21</sup> A orientação dada ao juiz ordinário do Mearim foi a de que ele poderia construir um corpo militar para a necessidade de combater os indígenas. Compreendemos que a composição seria feita por colonos da região, os quais deveriam ser instruídos pelo dito juiz ordinário acerca de suas funções e de sua subordinação. Sobre os armamentos, o governador encaminha pelo menos 50 espingardas, que ficariam sob a responsabilidade de quem as recebesse para manuseio e manutenção. Todas as ações deveriam ser comunicadas ao governador.

Essas incursões indígenas a povoações, mesmo correndo o risco de encontrarem os colonos armados, conforme orientação acima mencionada, demonstra essa capacidade de ação, a partir de avaliação de interesse por parte dos indígenas. Esses interesses eram ligados à continuação da sua existência. Ribeiro (2002), em seu relatório de viagem ao Sertão dos Pastos Bons, datado de 1819, ressalva que, durante algum tempo, as armas de fogo eram estranhos objetos temidos. Entretanto, àquela altura, já haviam esses povos se familiarizado com tudo que dissesse respeito ao não indígena: “[...] até sabem que sem bala ou chumbo, a

---

<sup>21</sup>Infelizmente, não localizamos no Arquivo Público do Maranhão o ofício mencionado na fonte analisada.

mesma pólvora não vale contra eles; e é tanto assim, que quando sentem haver semelhante falta avançam destemidos para tirá-las das mãos aos soldados, o que tem muitas vezes acontecido [...]” (RIBEIRO, 2002, p. 163-164). A valentia de homens e mulheres indígenas, ao defenderem-se dos colonos, é notada na descrição, já que eles – os indígenas – faziam uso dos conhecimentos adquiridos ao longo dos anos de contato com os não indígenas. Interessante o uso da frase “até sabem”, remetendo à compreensão de que as autoridades e os colonos se surpreendiam com essas agências indígenas. Francisco de Paula Ribeiro faz menção a um indígena – identificado como da etnia Capiocrã – que mereceu nota em seu relatório devido à valentia de enfrentar, sozinho, por sua liberdade, doze soldados, que o surpreenderam quase sem armas. Infelizmente, o fim do relato é o seguinte: o indígena foi despedaçado por seus opositores, o que teria ocorrido em 1801.

Os séculos de convivência forçada com os colonos trouxeram aos indígenas o conhecimento sobre seus opositores e sobre as melhores estratégias para que conseguissem permanecer no mesmo espaço, as terras próximas ao Alto Rio Mearim, das mais variadas formas possíveis.

Nas fontes analisadas, os indígenas, quando aparecem, é de maneira generalizada, com algumas exceções. Isso faz com que necessitemos cruzar fontes, como os documentos do APEM com os relatórios de Francisco de Paula Ribeiro, para buscarmos a identificação desses vários povos, reduzidos ao termo “Gentio”, “Índios”, “Selvagens” e “Bárbaros”. Esse método tornou possível identificar algumas formas de resistência ligadas, às vezes, a características próprias de uma etnia específica, como é o caso dos Guajajara, ou “pinariens”, ou ainda “Timbiras do Baixo Mearim: Guajojaras”.

Do conhecimento histórico sobre os Guajajara, diz Gomes (2002) que este vem sendo acumulado por meio de notícias, relatos, cartas e documentos oficiais. Contudo, eles aparecem de forma muito espaçada, pois não teriam despertado o interesse direto dos colonizadores em observar suas características. Assim, a história desse povo é construída muito mais por inferência, por uma reconstrução.

Em Ribeiro (2002, p. 167), os “gentios Timbiras do baixo rio Mearim” ou “Guajojaras” aparecem por meio da descrição de suas relações com os não indígenas. Estes últimos estariam estabelecidos na região de fronteira, fazendo viagens anuais por entre os rios e o baixo Grajaú, tendo as suas comunidades estabelecidas a oeste do rio “Pinaré”, hoje

conhecido como rio Pindaré. Lembra o autor que esse povo sempre manteve contato amistoso com os não indígenas, de tal modo que pouco se sabe sobre as suas características particulares, salvo seu respeito pela memória de alguns finados. O desagravo a esse costume poderia causar guerras com essa etnia. Analisamos essa passagem do relator e a entendemos, a partir da data sua escrita, como sendo a reprodução do discurso do colonizador. Afinal, ela faz parte do relatório de um militar a serviço da Coroa Portuguesa, em expedição de demarcação e garantia de posse do Sertão dos Pastos Bons. Assim, não poderia fugir da associação do termo amistoso ao termo submisso.

Entretanto, partindo do entendimento que norteia essa produção, qual seja, a dinâmica indígena no contexto da colonização, mesmo essa suposta submissão dos Guajajara que aparece no Relatório de Francisco de Paula Ribeiro deve ser considerada uma das maneiras de resistir que muitos outros povos tiveram que adotar. Nos aldeamentos, nas missões, em suas comunidades ou em qualquer espaço colonial, no qual fossem obrigados a lutar por sua sobrevivência. Em Lago ([1822], p. 72), em publicação após um longo período (com início logo após sua chegada à Capitania do Maranhão, em 1818) de expedições, em sua “Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão”, escrita no início do século XIX, na Seção VII, os indígenas aparecem no item “Índios selvagens”. O autor descreve alguns dos povos indígenas já conhecidos até aquele momento, aos quais chama de “selvagens”: os Guajajara, Gamelas, Timbiras, Manajós, Crequitigi, Opuquetigi, Chevanti, Cherenti, Chocamicrá, Caraon e Criquiti. Eles todos estavam espalhados pelos distritos de Mearim, Viana, Monção, Codó, Caxias e Pastos Bons.

Sobre esses povos, Lago ([1822], p. 76) faz uma descrição dos costumes e uma descrição física e os julga por meio da atribuição de características com base em seus comportamentos frente aos avanços da colonização. Por exemplo, sobre os Timbira, observa que são fortes e corpulentos. Já sobre os Guajajara e os Gamela, fala que são os mais “perversos”, “ladrões” e “indolentes”, afirmando que nem depois de “domesticados” melhoram. O discurso de Lago ([1822]) remete a um imaginário social sobre os indígenas que os considera inferiores, incapazes de agência. Ele os adjectiva como “perversos”, limitando a interpretação de suas ações como sendo deliberadas, ele os aproxima do irracional. Ideia que se repete quando usa o termo “domesticados”. Leva à reflexão sobre em que circunstâncias essas descrições aparecem em seu relatório. Ainda tratando do item “costumes”, Lago ([1822]) trata dos habitantes não indígenas, da classe mais alta da beira mar da Capitania,

tecendo elogios e os comparando aos de Portugal. Ao falar dos indígenas, ele os chama de selvagens e passa a comparar seus comportamentos e julgá-los como inferiores.

Analisando a descrição de Lago ([1822]), observamos que a impressão que ele teve dos Guajajara vai de encontro à descrição de Ribeiro (2002). Enquanto este último autor afirma que povo em questão sempre manteve relações amistosas com os não indígenas, como uma submissão, Lago ([1822]) dá indícios de que os Guajajara resistiram, sim, a ponto de serem descritos como os mais violentos e que, mesmo depois da “domesticação”, eles mantinham suas ações de sobrevivência cultural, por meio de conflitos diretos, no caso da “dezinfeção”, ou por meio de ações pontuais, como as descritas nos documentos aqui analisados. Assim, “[...] andam dispersas desmembradas por todo o território da Capitania vagabundos uns, e outros por maior desgraça aldeados com Gentio bravo, vivendo selvaticamente, fazendo com eles *correrias de assaltos sobre as Roças* de todo esse contorno [...]” (APEM, [20--]b, p. 199v, grifo nosso). Nesse trecho, percebemos primeiramente como estavam os povos indígenas em 1814, data da correspondência analisada: destituídos do seu território e espalhados pela Capitania, tendo situação de famílias separadas pelo avanço da conquista dos sertões. Outro ponto que podemos observar é, quando mencionado que alguns teriam caído em “desgraça”, ao se aldearem com “Gentio bravo” e vivendo “selvaticamente”, à luz do protagonismo indígena, entendemos essa junção de povos indígenas, às vezes de etnias diferentes, como sendo uma forma de resistir e, às vezes, tendo como consequência uma “metamorfose identitária” ou, pelo menos, momentaneamente, uma reorganização dos elementos que identificam sua ancestralidade. Trata-se de um estágio de tolerância cultural entre povos diferentes, por motivação maior, para que possam continuar existindo como indígenas. Como é mencionado em Almeida (2010), as relações estabelecidas dentro dos aldeamentos representam um momento em que a identidade cultural dos vários povos indígenas que viviam naquela nova condição poderia ser reconstruída, sofrendo o que a autora chamou de “metamorfoses étnicas culturais”.

Monteiro (1994, p. 31) afirma que, “com o passar do tempo, a postura dos índios começou a subverter o projeto dos europeus, justamente porque a transformação das sociedades nativas não caminhava na direção desejada pelos portugueses”. Nossa compreensão converge com a de John Manuel Monteiro, sobre a agência dos povos indígenas, no que diz respeito às alianças com outras etnias, que poderiam ser momentâneas, mudando em decorrência de circunstâncias históricas, como no caso mencionado na fonte acima.

A influência indígena nas ações colonizadoras nos sertões caminhou ao longo dos séculos de contato, sempre presente na prática, mas nem sempre percebida ou admitida formalmente, até recentemente. Nas fontes analisadas, aparecem ordens como a do governador do Estado Colonial do Maranhão, em 1814, Paulo José da Silva Gama (APEM, [20--]b, p. 200), orientando sobre a manutenção de cautela no trato com os indígenas e recomendando que os destacamentos militares fossem diplomáticos – o máximo possível – com esses povos, tanto no momento dos descimentos, quanto nos momentos de convivência com os que já habitavam com os “civilizados”. Ele também recomenda que os esclarecessem sobre que a presença de militares, que ocorreria tão somente para a harmonização daquele espaço e para a segurança, em caso de guerra com indígenas resistentes aos descimentos e que, porventura, viessem a perturbar os estabelecimentos coloniais. Qualquer tipo de opressão aos colonos ou aos indígenas aldeados deveria ser reprimida, já que ele sugeria que lhes fosse esclarecido que os militares lhes fariam justiça em caso de desrespeito feito por não indígena. Assim, era dada a eles uma nova condição, que lhes reservava também direitos e não apenas deveres, pelo menos na teoria.

Na mesma correspondência, o governador, no entanto, alerta as autoridades do Sertão para que não descuidem da vigilância em relação à possibilidade de desconfiança e de traição dos indígenas, justificando seu conselho com base na razão de que seriam hábitos de anos, que não sumiriam somente com o contato com o habitante “civilizado”. Nossa leitura sobre as orientações são as de que os indígenas fariam, sim, parte dos elementos de alteração da dinâmica nos sertões maranhenses. Suas características culturais eram mecanismos que lhes possibilitavam certas condições de tratamento e não somente a aplicação de legislação indigenista, que, digamos de passagem, muitas vezes era ignorada na prática pelos colonos daquelas paragens. Era preciso garantir lugar naquela realidade que vinha se desenhando.

Mais adiante, na mesma fonte, os sacerdotes são mencionados ao ser feita uma grande recomendação de que seja aberta comunicação com povos indígenas específicos, como os Guajajara, os Gamela, os Marajós e os Timbira. Segundo a recomendação, deveria ser tomado cuidado para que esses indígenas se convertessem ao catolicismo e ficassem sobre a proteção da Coroa Portuguesa, de modo que pudessem compreender o quão felizes seriam. Assim, “[...] faça declarar, que podem livre e seguramente entrar e estabelecer nessa Vila sem que a pessoa alguma possa acusa-los dos vícios até agora cometidos ou crimes noutra tempo perpetrados[...].” (APEM, [20--]b, p. 202). Essa fala mostra como não havia passividade dos

indígenas. Compreendemos as estratégias das autoridades locais como sendo a indicação de que, no início do século XIX, embora ainda acontecesse alguma “dezinfeção”, também por influência da movimentação dos povos indígenas, havia a recomendação, por parte das autoridades, para que se mudasse a estratégia de abordagem dos indígenas.

## 5 A ACADEMIA NO CHÃO DE SALA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

### 5.1 O nascimento do produto

Para combater o desconhecimento e a desvalorização da contribuição de povos africanos e indígenas para a cultura brasileira, foi sancionada, primeiramente, a Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que propõe novas diretrizes curriculares para o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana, alterando, assim, a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Entretanto, na oportunidade, a história e a cultura indígena ficaram de fora, sendo necessário, cinco anos mais tarde, sancionar a Lei n.º 11.645/2008, que acrescentou ao currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, nos estabelecimentos de ensino de nível fundamental e médio, públicos ou privados, com conteúdo programático que inclui diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses segmentos étnicos e da sua contribuição para formação da sociedade nacional (BRASIL, 2008).

Essa lei concebe mais uma conquista, na arena da teoria, para a educação indígena. Dizemos “na teoria” porque, embora haja positividade na sua implementação e no envolvimento de mais segmentos da sociedade brasileira, é preciso trilhar um caminho ainda mais longo para que sua prática se efetive, conforme o que prevê o texto legal. Existem resistências e também a ausência de uma política sólida de formação continuada para que os docentes possam desenvolver a temática e executar o que dispõe a lei. É imperioso incluir conteúdos relacionados à diversidade sociocultural dos povos indígenas, permitindo que os docentes adquiram novas compreensões filosóficas, políticas e pedagógicas e que conheçam e valorizem culturas indígenas. Para além disso, a falta de disponibilização de materiais que possam subsidiar essa comunidade escolar, seja na formação da base, seja na formação continuada, carece de reflexão e de mais ações, no sentido de sanar essa lacuna, promovendo, dessa forma, alterações na disciplina de história, no dia a dia da educação em todos os rincões desse imenso país. Contudo, essa legislação já é um passo a mais para a efetivação do objetivo da inclusão da História indígena na educação e a consideração da sua contribuição para a formação do Brasil.

A escrita desse texto se dá em meio a um momento histórico vivido pelo mundo no qual muitas questões, aparentemente adormecidas e/ou camufladas, afloram devido a circunstâncias atípicas<sup>22</sup>. Nunca foi tão necessária a abordagem de temáticas relacionadas às populações indígenas no Brasil e no mundo, visto que elas sofrem, além da situação vivida por todos, também a situação de suas terras estarem em meio a invasões que dificultam ainda mais esse momento delicado pelo qual o mundo passa.

Vivemos hoje a necessidade do distanciamento social, para quem pode cumpri-lo, como forma de prevenção da pandemia da COVID-19. Um novo horizonte sobre a maneira de a humanidade se relacionar foi aberto. As tecnologias nunca foram tão indispensáveis para a realização de contatos e de atividades laborais e pessoais. Nessa oportunidade, temos participado de algumas reuniões, seminários, encontros e transmissões ao vivo, em plataformas e redes sociais na internet, que abordam a temática étnico-racial e, mais especificamente, a temática indígena. Nessas ocasiões, pudemos perceber que a resistência indígena atravessa os séculos e continua como um eterno conflito de interesses, necessário para a manutenção da própria vida e/ou da existência cultural desses povos etnicamente tão diferentes, embora unidos pela necessidade de lutar.

Em retorno ao centro sul maranhense, com a finalidade de residir, dessa vez, em Barra do Corda, nós nos deparamos com a permanência de alguns elementos coloniais nas relações entre indígenas e não indígenas. Na cidade em questão, a situação é ainda mais agravada pelo – assim denominado por alguns moradores – “Massacre do Alto Alegre”, ocorrido no início do século XX<sup>23</sup> e que provoca tensões entre indígenas e não indígenas. Ao fazermos leituras sobre o acontecido, nós nos deparamos com a figura final de um quebra-cabeças cujas primeiras peças nos foram apresentadas na infância no Grajaú. À época, escutávamos “estórias” truncadas sobre um indígena, afilhado de uma freira, que matou sem misericórdia a

---

<sup>22</sup>O mundo enfrenta uma pandemia. Coronavírus é uma família de vírus que causam infecções respiratórias. O novo agente do coronavírus foi descoberto em 31/12/2019, após casos registrados na China. Provoca a doença chamada de coronavírus (COVID-19) (BRASIL, [2021]).

<sup>23</sup>Ver mais sobre o assunto em Everton (2016), que faz uma abordagem a partir das narrativas dos indígenas Tenetehara Guajajara e Canela sobre o, até então, popularmente denominado de “Massacre de Alto Alegre”, que ocorreu em 13 de março de 1901, tendo sido um conflito entre padres e indígenas da etnia Tenetehara Guajajara. O fato culminou com um ataque à missão de São José da Providência (Alto Alegre). O autor propõe a mudança da terminologia *Massacre do Alto Alegre* para *Conflito do Alto Alegre*. Entendemos que essa pesquisa contribui para a consideração do protagonismo indígena, a partir do embate de memórias, e as consequências das relações advindas dessa agência.

madrinha ou sobre a “Infeliz Perpetinha”, conterrânea do Grajaú, “moça de bem”<sup>24</sup> da sociedade local, que também teria sido vítima dos impiedosos indígenas no meio do Sertão. Entendemos o desconforto nas relações com os indígenas em toda essa região centro sul maranhense e tivemos a percepção de ser algo ainda mais profundo e anterior a esse acontecimento de 13 de março de 1901. Teria sido esse mais um dos tantos conflitos entre os nativos e o “branco”. A dúvida sobre quando teriam começado esses embates nessa região e sobre como eles aconteciam nos leva cada vez mais a investigar a história do Brasil.

A partir de 2015, começa nossa experiência como docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA). Naquele momento, na condição de professora substituta no Campus Barra do Corda, estivemos em contato com alguns discentes indígenas e pudemos observar as questões inerentes às dificuldades que eles enfrentavam para se manterem em sala de aula, seja devido à distância em relação aos seus locais de moradia (às vezes, terras indígenas próximas a Barra do Corda), seja devido a questões financeiras que dificultavam sua estada na zona urbana. A mesma experiência pode ser observada na rede municipal de ensino de Barra do Corda, na qual permanecemos na condição de docente efetiva até o fim do ano de 2017. Nos estabelecimentos educacionais por onde passamos, a realidade era ainda mais cheia de situações que demonstravam a urgência de ações afirmativas de inclusão da temática indígena na educação básica, a partir de um olhar de valorização de sua história e de cultura. A carência na formação continuada dos docentes que atuavam em disciplinas da área de Humanas, como História, era perceptível. A consequência dessa situação era a reprodução de um imaginário sobre os alunos indígenas que ignorava, na maioria das vezes, a sua cultura e reproduzia a visão colonialista de assimilação desses discentes à sociedade brasileira, acionando um mecanismo de resistência com o silenciamento, que poderia resultar, quase sempre, na evasão escolar.

No fim do ano de 2017, assumindo a docência como professora efetiva dedicada ao IFMA Campus Grajaú, pudemos retornar ao lugar de início da nossa história pessoal e, assim, nos deparamos com salas de aulas ainda mais repletas de alunos indígenas Tenetehara Guajajara. A docência nos proporcionou experiências riquíssimas de aprendizados sobre esse povo e sua cultura. Provoações de sala de aula, como falta de entrosamento entre alunos indígenas e não indígenas; desconforto dos indígenas, quando se tratava das representações

---

<sup>24</sup>Expressão ouvida durante nossa infância, na região de Grajaú, para designar jovens mulheres da elite local. Hoje compreendemos a expressão como sendo um sinônimo de outra: “mulher honesta”. Ambas são fruto de uma classificação machista e paternalista, ainda muito presente na realidade de muitas mulheres pelo mundo.

indígenas em materiais didáticos ou mesmo nos comentários dos colegas, que reforçavam estereótipos sobre os povos indígenas. Todas essas situações nos fizeram sair da zona de conforto e buscar mais aprofundamento, mais conhecimentos sobre a temática indígena, pesquisando leituras que nos trouxessem novos olhares sobre esses povos, seu dinamismo, sua agência. Vivemos situações como a de uma aluna do 2º ano do ensino médio integrado, que nos interrompeu durante uma aula sobre a América portuguesa e nos chamou a atenção para o que ela designou como erro da história: ela falava da invisibilidade dos indígenas nos conteúdos trabalhados naquela ocasião.

No IFMA Campus Grajaú, ingressamos no Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Índio-descendentes (NEABI)<sup>25</sup>. Assim, as leituras e as ações realizadas nesse espaço direcionado para questões étnico-raciais aguçaram ainda mais a nossa percepção sobre as relações, dentro e fora da sala de aula, entre indígenas e não indígenas. A fragilidade dessas relações, no dia a dia, na região centro sul maranhense, foi desnudada.

Silva (2018) fala sobre como professores e alunos se encontram envolvidos em atividades que acabam por reproduzir estereótipos e, na verdade, pouco acrescentam à formação de crianças e jovens. Essas atividades mantêm a imagem mental deturpada da realidade, como o indígena alegórico dos materiais didáticos que ainda circulam, reforçando a ideia de que esses seriam “coisa do passado” ou de que os indígenas contemporâneos já não são “índios de verdade”. A consequência é o estranhamento de indígenas com acesso à tecnologia industrial e a objetos da cultura material que, até há bem pouco tempo, não faziam parte de suas culturas. Será uma tarefa hercúlea, para discentes e docentes, implementar no ambiente escolar essa reflexão sobre a temática indígena e sobre sua presença como agente histórico.

Os exemplos de pesquisas acadêmicas, com a abordagem proposta pela Nova História Indígena, trazidas por nós aqui, são da América portuguesa, período da História em que os indígenas mais aparecem nos materiais didáticos. Talvez, seja o único momento em que os indígenas figuram pelas páginas da História do país. São exemplos importantes porque são

---

<sup>25</sup> Institucionalizado pela Resolução n.º008/2010 do Conselho Superior (CONSUP) do IFMA, o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros observa a legislação e os marcos presentes na Lei n.º 10.639/2003 e na Lei n.º 11.645/2008, as quais, respectivamente, direcionam estudos e ações no âmbito escolar voltados para as questões étnico-raciais das populações afrodescendentes e indígenas. O Núcleo tem por objetivo geral a execução de práticas pedagógicas no desenvolvimento de pesquisa, ensino e extensão voltadas para o estudo da diversidade no IFMA (IFMA, 2020).

justamente a oportunidade em que se pode conectar as produções acadêmicas e as práticas de sala de aula, quando o docente tem a ocasião de problematizar seus materiais didáticos junto com os discentes, comparando as abordagens.

Uma das realidades com a qual nos deparamos como docente foi a diversidade de alunos em uma única sala de aula. Assim, durante o exercício da docência no centro sul maranhense, pudemos perceber o povo indígena Tenetehara Guajajara é o de maior número nas salas de aula. Ao abordar a América portuguesa nas salas de segundo ano do ensino médio desde 2017, do IFMA Campus Grajaú, buscamos novas metodologias de ensino, para um público e para uma realidade diferentes daquela da época em que frequentamos os bancos escolares.

Assim, buscando atender a essa nova relação na sala de aula, segundo a qual o discente é agente, sempre solicitamos que haja sua participação e sua crítica durante os momentos de aprendizado. Porém, ocorre que o material didático impresso acessível a todos os discentes são os livros didáticos distribuídos pela instituição educacional da rede pública federal. Nesse material, a temática indígena deveria aparecer de forma mais igualitária em relação a outros conteúdos, pois a Lei n.º 11.645 tornou obrigatório o ensino de histórias e culturas indígenas na educação básica brasileira. Coelho e Rocha (2018) discutem sobre isso:

Os povos indígenas são acionados em alguns temas/assuntos: Ocupação da América, América antes da Conquista, Expansão Ultramarina, Colonização da América pelos europeus. Via de regra, os povos indígenas desaparecem das abordagens didáticas, abrupta ou gradualmente, à medida que os livros didáticos passam a lidar com temas mais contemporâneos[...] Evidentemente, não partimos do princípio de que uma maior incidência de agentes identificados com a Europa ou com a Metrópole constitua um indício decisivo da perspectiva adotada pelos livros didáticos e do lugar da agência indígena na História contada por eles. É, todavia, significativo que a maior parte dos agentes tenham relação direta com a Europa, seus interesses e sua trajetória. A diferença que detectamos no rol de agentes constituintes das narrativas certamente quer dizer alguma coisa e ensina algo aos leitores sobre História, sobre a História do Brasil e sobre os agentes envolvidos. Ela aciona uma bagagem, encaminha um sentido para a História ensinada e mobiliza aspectos que levam à identificação ou não, na formação de identidades. Note-se, na Tabela 1, que apenas um indígena é nominado. Apenas Antônio, líder da Santidade Jaguaribe, é reconhecido por seu nome e é sujeito de uma ação. As demais ações indígenas são atribuídas ao coletivo índios, indígenas, povos indígenas, tupis etc. (COELHO; ROCHA, 2018, p. 472-476).

Ocorre que, durante uma das aulas, recebemos uma crítica sobre a forma como os indígenas apareciam nos livros didáticos e como isso – o aparecimento de indígenas – se torna invisível para além do recorte temporal do chamado Brasil Colônia. Esse episódio nos

despertou, à época do nosso ingresso no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) – Mestrado Profissional, o anseio de pensar um formato de produto educacional, resultante da pesquisa, que viesse a ser uma opção de material didático complementar aos que já existem, com uma proposta da abordagem da agência indígena visível.

Na verdade, a contenda aqui é muito mais sobre as inquietações vividas pelos entusiastas de uma educação para todos e pelos movimentos sociais, de indígenas, indigenistas e outros grupos, que apoiam a causa indígena na educação. Esses movimentos não desmerecem a conquista da lei, mas se preocupam com a eficácia dela. Podemos nos perguntar: como é a prática do ensino de História, diante da necessidade de se fazer essa articulação da história do Brasil com a história indígena?

Após observação dos discentes e de suas interações com pesquisas demandadas pelos conteúdos de história, o formato escolhido foi o de um vídeo de animação. Justificamos, como já adiantado, pela observação dos discentes da instituição educacional na qual desempenhamos nosso labor e pela própria inserção de novas tecnologias como ferramentas educacionais, durante às aulas de história, os discentes sempre comentavam já terem visto algum conteúdo visual a respeito das temáticas trabalhadas, independentemente de esses conteúdos serem apresentados na sala de aula pelos docentes. Nesse sentido, as animações foram citadas em várias ocasiões.

Ferreira (2018) nos fala que existe um desequilíbrio na relação de forças existente entre imagem – esteja ela estática ou em movimento – e palavras. Os indígenas brasileiros, quando têm espaço nas produções audiovisuais, aparecem, na maioria das vezes, a partir de um estereótipo do exótico, preso a papéis secundários, como se sua existência estivesse atrelada à chegada do europeu. Contudo, na verdade, os indígenas foram essenciais e dinâmicos no contexto dessas relações.

Silva (2018) corrobora nosso entendimento, afirmando que é necessário o docente buscar novas formas de operacionalizar conteúdos históricos, adequando-se ao uso de tecnologias audiovisuais, tão presentes no cotidiano de todos. “Na esfera dos recursos pedagógicos, a educação escolar, imbrincada nos distintos universos socioculturais, vem ampliando o repertório de materiais que faz uso de diferentes linguagens e formatos” (SILVA,

2018, p. 117). Disponíveis para o estudo de história, encontram-se o cinema, a televisão e, mais recentemente, a internet, como mecanismo vetor de informações de mídias variadas.

O produto pedagógico é uma animação intitulada “AS RAÍZES DE TEÇÁ”. O objetivo é apresentar os resultados da pesquisa desenvolvida durante o Programa de Pós-Graduação em História da UEMA – Mestrado Profissional sobre o protagonismo desses povos na História do Maranhão Colonial, à luz da Nova História Indígena, que possibilita uma abordagem sobre a temática indígena de maneira a revisar as produções historiográficas e tantas outras linguagens, como literatura, música e etc. Assim, é realizada uma revisão sobre como são materializadas as representações dos povos indígenas, subsidiando discentes do segundo ano do ensino médio. Pretendemos, ainda, fazer uma tradução do vídeo para o Tenetehara Guajajara, com a ajuda de alguns discentes do IFMA. Posteriormente, pretendemos exibi-lo em comunidade dessa etnia, no formato de projeto de extensão, via departamento de extensão do IFMA Campus Grajaú.

Os discentes do IFMA Campus Grajaú observados no ano de 2019 relataram que se sentiram mais seguros em relação aos conteúdos após os visualizarem e os ouvirem em roteiros de documentários e/ou animações. Confirmamos, assim, que esse formato complementa bem as aulas de história. Silva (2018) diz que o uso de cinema e televisão no ensino de histórias e culturas indígenas na Educação Básica é relevante na superação de preconceitos e atitudes discriminatórias presentes nas escolas da atualidade. Silva ainda afirma que as ações de promoção de uma educação cidadã devem estar em sintonia com o contexto dos discentes e deve ajudar na construção de uma sociedade mais igualitária, tornando possível, assim, a garantia do respeito e da preservação das culturas dos diferentes grupos sociais que fazem parte da formação histórica da população brasileira e viabilizando aos alunos o reconhecimento de si mesmos e dos outros.

A animação está ambientada em dois recortes temporais: o século XXI, de onde fala a narradora do vídeo, a indígena adolescente Teçá, nome de origem indígena, que significa “olhos atentos”; e o começo do século XIX. A ideia é que o público alvo consiga se conectar com a personagem narradora e ela os conecte com a América portuguesa. Por esse motivo, a personagem tem uma faixa etária próxima à dos discentes do segundo ano do ensino médio. Ela é indígena e isso representa uma possibilidade de desconstruir o olhar preconceituoso e estereotipado sobre esses povos originários.

Sobre o recorte espacial do produto, podemos afirmar que ele coincidirá com a Ribeira do Alto Mearim nos Sertões dos Pastos Bons, na Capitania do Maranhão. Essa determinação surgiu com base nas fontes levantadas para a pesquisa, assim como assentos, despachos e sentenças da Junta de Missões, e correspondências da Secretaria de Governo e relatórios de viagens de Francisco de Paula Ribeiro e Antônio Bernardino Pereira do Lago. Essas fontes apresentam elementos da interiorização e da conquista dos Sertões maranhenses pelos não indígenas, bem como servem como material de investigação sobre a agência indígena, implícita nesses documentos. A animação trará essa ambientação a partir de elementos presentes nessas fontes e em pesquisa bibliográfica sobre a definição da Ribeira do Alto Mearim, nos Sertões dos Pastos Bons, no Maranhão, no período mencionado.

A duração do vídeo será de aproximadamente sete minutos. Julgamos esse tempo suficiente para que possam ser apresentados, em formato de roteiro, os resultados da pesquisa. Outro aspecto considerado foi a adequação do tempo ao público alvo. A esse respeito, foi realizada uma pesquisa, durante as aulas nas turmas do ensino médio do IFMA Campus Grajaú, sobre o tempo indicado para uma animação. Foi verificado também se esse seria o melhor formato a ser utilizado. O método usado foi a amostragem em rodas de conversas virtuais, durante os momentos síncronos do ano de 2020. É importante lembrar que as atividades presenciais estão suspensas devido à pandemia do coronavírus. Além disso, é necessário pensar na possibilidade do uso do vídeo como material de apoio durante as aulas. Nesse caso, embora não constituam o público alvo direto, os docentes também poderão utilizá-lo em seus planejamentos. Sendo assim, o tempo proposto aqui ajudará na programação das aulas, pois no ensino médio regular o docente de história dispõe, em geral, de duas aulas semanais. Essa carga horária às vezes inviabiliza o uso de vídeos de longa duração.

## 5.2 Para além da colônia! Teçá nos conta

Durante os créditos do PPGHIST/UEMA, a disciplina de Produtos Educacionais propôs a apresentação de uma dimensão do Produto Educacional. A dimensão apresentada foi a visual. A personagem narradora, Teçá, foi idealizada pela pesquisadora e teve a produção técnica da Cactus Comunicações, empresa produtora de vídeos variados, inclusive de animações. Essa empresa está localizada em Barra do Corda, Maranhão, mesma cidade onde reside a responsável pela pesquisa. Assim, optamos por uma produtora local, de modo a

facilitar o acompanhamento da produção. Por se tratar de uma empresa que é propriedade de ex-aluno do IFMA que vivenciou esse contato com uma educação para formação cidadã, por meio de projetos que incentivavam a compreensão de que vivemos hoje em uma sociedade pluriétnica e multicultural, pretendemos viabilizar possíveis parcerias com os indígenas que participarão desse momento, pois acreditamos suas contribuições são indispensáveis para que alcancemos o objetivo final do produto.

Para a disciplina, foi produzido um único quadro, composto dos elementos paisagísticos e da personagem indígena. A caracterização de Teçá foi feita, como já dito em outra ocasião nesse texto, de modo a desconstruir estereótipos. Sendo assim, a vestimenta foge do senso comum de como um indígena deve se parecer. Teçá veste calça jeans e blusa. No imaginário social de alguns, ainda resiste a visão dos povos indígenas de 1.500, sem roupas, carregando arco e flechas. A narradora do vídeo em construção não é assim! Ela é uma adolescente indígena do século XXI e traz elementos que visualmente já impactam e desafiam esse imaginário deturpado.

Outro elemento de mudança é o cabelo. A personagem é mulher e se apresenta com o cabelo curto. Essa escolha partiu da observação das indígenas Tenetehara Guajajara da Reserva Cana Brava, localizada no município de Jenipapo dos Vieiras. No contato semanal que é realizado em razão do traslado entre Barra do Corda e Grajaú, para o exercício da atividade docente no IFMA Campus Grajaú, foi possível perceber a presença dessas adolescentes indígenas, assim como das que frequentam as salas de aula nas quais lecionamos a disciplina de História. Na literatura, quando havia lugar para os indígenas, as mulheres eram representadas sempre como criaturas exóticas, como a Iracema, de José de Alencar, a “índia dos lábios de mel”, descrita na obra como pessoa de cabelos longos e negros. Esse estereótipo se arraigou ao longo do tempo, e mesmo na contemporaneidade permanece automática a associação da mulher indígena com aquelas retratadas nos romances românticos brasileiros. Teçá é a representação da agência, do movimento histórico, da resistência, mesmo que ela se apresente como uma metamorfose de costumes e estereótipos.

Para o momento da oficina da disciplina de Produtos Educacionais, cursada em 2019, Teçá foi apresentada em sua dimensão visual ambientada em uma paisagem da zona rural. Portanto, há elementos de flora e há uma fogueira, que simbolizava um costume, ainda permanente em algumas aldeias indígenas de etnias variadas: o momento de

compartilhamento de tradições, de conhecimentos e de decisões político-administrativas importantes para as comunidades.

Entretanto, o quadro traz também alguns elementos da cultura indígena que podem ser considerados permanências desde os primeiros contatos. Teçá usa pinturas corporais, adornos de contas e está descalça. Esses elementos estão presentes no relatório de Francisco de Paula Ribeiro, quando identifica e descreve os costumes de algumas nações indígenas da Capitania do Maranhão, dentre elas, do povo Tenetehara Guajajara, inspiração da personagem (imagem 1).

Abaixo, exibimos o quadro já descrito, na forma como foi apresentado durante a micro oficina.

Imagem 1 – Índia Teçá, com produção técnica da Cactus Comunicações



Fonte: autoria própria, 2021.

Os recursos utilizados durante a micro oficina foram: data show; computador; e 10 (dez) folhas de papel A4, com a impressão colorida do quadro criado, seguida por uma breve contextualização sobre ele.

A metodologia consistiu na exibição do quadro criado com a personagem narradora da história da animação e em uma contextualização apresentada de maneira oral, a qual continha mais elementos que a contextualização presente no material impresso.

Em seguida, foi distribuído o material impresso e lançada a seguinte proposta: a formação de duplas para a análise da imagem. O tempo destinado para esse momento foi de até 5 (cinco) minutos. A turma respeitou o tempo acordado.

Na etapa seguinte, foi proposta uma roda de conversa, com o objetivo de obter um *feedback* da turma. O tempo reservado para esse momento foi de 20 (vinte) minutos e, assim como na etapa anterior, foi respeitado pela turma. Durante a roda de conversa, dúvidas foram tiradas e sugestões foram realizadas e devidamente registradas, para posterior análise e deliberação da orientação da pesquisa.

Como última etapa da micro oficina, foram apresentados o objetivo e os demais aspectos que nós esperávamos alcançar com a atividade, nesse momento de teste de uma dimensão visual específica. Esse teste buscava identificar o impacto visual da personagem e da sua caracterização, assim como a percepção da harmonização dos elementos de ambientação do quadro, como cores, formas e elementos temáticos.

Os resultados esperados eram: a observação do impacto visual do quadro, com todos os seus elementos constitutivo; a harmonização das cores usadas e sua contribuição para a construção do roteiro; a percepção da simbologia da caracterização da personagem Teçá, desde a escolha do seu nome (e respectivo significado) até a sua aparência física (como, por exemplo: cabelo; tom de pele; vestimentas; e adornos).

Após a conclusão de todo o processo, principalmente durante a roda de conversa, os resultados obtidos corresponderam bem ao objetivo pretendido. Na verdade, os resultados foram além das expectativas, pois as dúvidas surgidas nesse momento trouxeram reflexões sobre a feitura da animação e sugestões de alterações da cor da blusa (em contraste com o fundo do quadro), de elementos como a fogueira e de sua permanência no cenário. O quadro foi apresentado durante o dia, o que exige uma pesquisa sobre a permanência do uso ou não da fogueira somente em noites de festas nas aldeias. Todos esses resultados serão de grande valia para o amadurecimento do produto pedagógico.

Os resultados obtidos levam à reflexão quanto à produção da animação, o que depende da sintonia entre o roteiro criado com base no texto da dissertação e o resultado final transformado em imagens e falas. Outro aspecto que a atividade proporcionou foi o cuidado com o prazo de finalização do produto. Devemos considerar a finalização da pesquisa e a confecção do texto final da dissertação, ao mesmo tempo em que vamos produzir a animação, o que exige atenção ao roteiro derivado do resultado da pesquisa.

Sobre a aplicabilidade do produto, a micro oficina possibilitou a confirmação de que o formato escolhido atenderá bem ao objetivo final. Percebemos também que a construção e a aplicação do produto são viáveis, desde que cercadas de cuidados na produção, assim como no tempo e na harmonização de texto e vídeo.

### 5.2.1 Criação da animação

Quando o formato do produto foi definido como animação, houve a necessidade de uma pesquisa sobre a produção técnica de uma animação. Até então, nosso conhecimento se limitava ao fato de sabermos que era necessário um roteiro. Buscamos artigos, vídeos e um contato com algumas produtoras de vídeos por meio da internet. Nessa pesquisa, encontramos a Cactus Comunicações e, em uma reunião com o produtor, Brennon Leonardo, fizemos uma entrevista e fomos informados acerca das etapas necessárias para a execução do tipo de animação que pretendíamos construir.

A primeira dessas etapas seria o *briefing*, momento no qual haveria a definição dos objetivos e do público alvo da produção, para que a história começasse a ser rascunhada. Essa etapa também compreendeu a pesquisa realizada, na qual todos os elementos necessários para a construção de um roteiro foram exibidos.

Criar o roteiro propriamente dito seria a segunda etapa: dar vida à história contada por meio da escrita. Fazer revisões e adequações até chegar ao roteiro final, a ser transformado em imagens.

A primeira versão do roteiro foi tímida. Acreditamos que isso se deva ao fato de essa versão inicial ter sido produzida concomitantemente à escrita do texto dissertativo. À época da qualificação, era muito grande o anseio de obter também avanços na produção da animação. Já na etapa de finalização do texto da pesquisa, foi muito mais fácil fluir os

quadros com todos os elementos que lhe são necessários para uma visualização que antecede à produção da cena.

O primeiro passo foi, primeiramente, pensar na fala da Teçá propriamente dita. O que ela narraria? Dessa forma, passamos a deixar a personagem falar sobre suas raízes, a partir do texto da dissertação. Não delimitamos um número exato de quadros, uma vez que a quantidade foi determinada pela necessidade de Teçá ao contar sua história. Desse modo, no total, foram criados dez quadros em que a personagem segue narrando a sua ancestralidade na Ribeira do Alto Mearim, no Sertão dos Pastos Bons da Capitania do Maranhão.

O próximo passo foi pensar os elementos da cena: personagens; figurinos; detalhes de cada personagem (como as pinturas corporais dos indígenas); expressões; objetos; paisagem. Desde o princípio, Teçá estaria no século XXI. Contudo, antes, ela apareceria em um ambiente da zona rural. Isso foi algo que apareceu na dimensão visual da disciplina de Produtos Educacionais, que a apresentou dessa forma. Entretanto, houve uma mudança de planos e a personagem aparecerá na zona urbana, na cidade de Grajaú, município localizado no centro sul maranhense. Trazemos, a seguir, o roteiro criado, bem como os elementos de cada quadro.

#### Título da animação: **“AS RAÍZES DE TEÇÁ”**

A escolha do título principal – o significado do nome da narradora, Teçá – tem o propósito de mostrar os indígenas (tanto a narradora quanto os demais personagens indígenas que aparecem na animação) como agentes dentro do espaço dos Sertões, dotados de atenção suficiente para existirem e resistirem às situações que se apresentavam com a chegada do não indígena naquela Ribeira do Alto Mearim.

QUADRO 1: (A abertura será o título escrito em branco e, ao fundo, uma floresta. Se possível, sons das águas de um rio e de pássaros; sons da floresta)

No quadro 1, pensamos em fazer uma abertura que trouxesse o título destacado e o subtítulo em segundo plano. Deve já haver a delimitação espacial por parte do expectador, logo nesse primeiro contato com a obra. A trilha sonora – os sons da floresta – não deve funcionar como um limitador do lugar dos indígenas. Na verdade, deve ser um símbolo da herança cultural que Teçá carrega muito forte e é o que a conecta com os fatos que ela irá narrar.

QUADRO 2: o vídeo começa com um narrador, que fará a apresentação da personagem Teçá. Enquanto ele fala, a imagem que aparecerá é a de uma cidade pequena – com uma imagem aérea, talvez. Quando a narração já estiver terminando (quando ele diz: “esta é Teçá”), já entra o cenário e a personagem Teçá.

Para o segundo quadro, julgamos necessário haver uma apresentação da Teçá. Portanto, inserimos um narrador para realizar essa tarefa. Será uma voz masculina, única e exclusiva, para que não haja confusão entre as vozes dos dois narradores. Acreditamos que será perceptível a função e a importância de cada um deles, uma vez que a Teçá é a narradora em destaque na animação.

O narrador da abertura irá fazer uma breve apresentação da Teçá e do significado do seu nome. Também constarão na apresentação a idade dela, suas preferências como uma adolescente que vive na zona urbana, a cidade onde ela mora, no interior do Maranhão. Embora no recorte espacial indicado pelas fontes analisadas seja indicado que o Sertão dos Pastos Bons (à época) possuía dimensões bastante abrangentes, conforme mostram os mapas trazidos nessa produção, escolhemos o município de Grajaú, por estar situado no Sertão Maranhense; e por termos com ele uma relação pessoal, que já foi mencionada em item anterior dessa produção.

NARRADOR ABERTURA: Teçá é uma menina, indígena, de 15 anos. Seu nome é de origem indígena e significa “olhos atentos”. Ela mora em uma cidade, no interior do Maranhão (Grajaú), com seus pais. Embora não vivam na aldeia, Teçá e sua família são indígenas, pois pai e mãe descendem de uma antiga linhagem Tenetehara-Guajajara e reconhecem sua identidade nos traços físicos, no sobrenome que preservaram, na cultura alimentar, nas manifestações que admiram e das quais participam, nos contatos que ainda têm com seus parentes indígenas e, sobretudo, na memória que foi sendo passada, de geração em geração, no seu ciclo familiar.

Nessa tradição oral, a família do pai de Teçá sempre contou como seus antepassados viviam na Floresta, à margem do Rio Mearim, e como receberam forasteiros nas suas terras e se relacionaram com eles e como isso tudo acabou levando sua família a ter que deixar o seu lugar e ir para a cidade...

Esta é Teçá! Ela vai contar a história de sua família, como aprendeu com seu pai, que aprendeu com o avô dela, que, por sua vez, aprendeu com o bisavô e, assim, sucessivamente...

### FALAS DA TEÇÁ:

**Texto 1:** *Oi! Eu sou Teçá! Tenho 15 anos. Gosto de BTS, de Now United, de ver TV e de conversar com meus amigos... inclusive pelas redes sociais, por meio do meu celular... Meu pai é professor de História e minha mãe, agente de saúde. Eles me falam muito sobre a cultura dos nossos ancestrais e nós nos identificamos muito com eles e com essa cultura, mesmo não vivendo em uma aldeia! Aliás, na família do meu pai, que já vive há mais tempo na cidade, provavelmente o tataravô do meu tataravô começou a contar a história que tem passado, de geração em geração na nossa família, e que conta a nossa origem e como chegamos aqui. Como meu pai é professor de História, ele também pesquisou bastante sobre nosso povo e os parentes que viviam por essa região...*

### QUADRO 3:

Personagem: Teçá – indígena de 15 anos.

Características da personagem: Teçá está animada, gesticula um pouco; está sentada; usa jeans e pintura corporal.

Cenário: Teçá está em casa, no quarto, em uma bancada com computador, celular... elementos comuns para uma menina de 15 anos que vive no século XXI.

As falas do texto 1 e a composição do quadro 3 têm a intenção de aproximar a personagem Teçá do seu público alvo, alunos do segundo ano do Ensino Médio. Esse é o público intencional na propositura desse produto educacional. É importante lembrar que, para além das salas de aula, temos a intenção de apresentar o produto para a comunidade de maneira geral. Dessa forma, Teçá gosta dos grupos musicais que são sucesso em 2020 e 2021. Ela fala de seus pais e da sua relação com a família e da influência exercida por seu pai, professor de História.

No cenário do quarto de Teçá, celular, computador... Trata-se de uma adolescente do século XXI. A ideia é mostrar que o fato de ser indígena não a obriga a viver de forma estereotipada. Teçá poderia estar na zona rural também, mas não está. E isso não diminui sua origem, sua identidade.

**Texto 2:** *- Ele me contou que ouvia seu avô dizer que, antes, tudo isto era mato... Tudo, tudo era floresta. Tudo muito bonito, com a vegetação verde quase o ano todo. Água limpa à vontade. Muitos córregos e um rio grande, o Mearim. Lá, eles tomavam banho,*

*pescavam, caçavam nas margens, coletavam frutos silvestres, pegavam a água que bebiam e aproveitavam esses rios para transporte também. O tataravô e a tataravó do meu tataravô viviam em meio a essa paisagem, assim como muitos parentes de outros povos também. Nas suas pesquisas, papai descobriu que moraram aqui, além dos Guajajara, os Timbiras, Piocobgés e outros povos mais, que nem sempre viviam em paz, mas compartilhavam o espaço entre si.*

#### QUADRO 4:

Personagem: Teçá.

Características da personagem: Teçá está concentrada e serena. De pé, ela mostra o mapa do Maranhão Colonial.

Cenário: Teçá está no quarto, mostrando o mapa do Sertão dos Pastos Bons.

No texto 2 e quadro 4, Teçá já começa sua narrativa sobre seus ancestrais revelando suas fontes (sua família) e mostrando um mapa da região chamada de Sertões dos Pastos Bons. Esse mapa é o mesmo que aparece aqui nessa produção no capítulo 1 e que foi organizado pelo Professor Doutor Alan Kardec Gomes Pachêco Filho, que gentilmente o cedeu para a realização do nosso trabalho. Enquanto mostra o mapa, Teçá fala da Ribeira do Alto Mearim e das matas do Sertão antes da chegada dos colonos. Esse texto e esse quadro se alinham com o primeiro capítulo, que traz justamente informações do espaço onde ocorria o avanço da colonização.

**Texto 3:** - *Um dia, segundo contam na minha família, chegaram homens que eles chamavam de “karaiw”. Eram muito diferentes, usavam roupas e falavam esquisito. Os objetos e as armas que usavam eram feitos de materiais que meu povo não conhecia... Desde que chegaram, eles se interessaram muito pela floresta onde ficava a aldeia dos meus antepassados. Além das riquezas do lugar, meu pai disse que eles queriam vir criar gado e cultivar alguns produtos e que precisavam de espaço.*

#### QUADRO 5:

- Personagem 1: um indígena do período colonial (sem roupas, apenas cobrindo suas partes íntimas) junto com um europeu em uma canoa – usar pinturas corporais diferentes para esse indígena, que deve ser de uma etnia diferente da dos que estão nas

margens. Característica da personagem: está em pé, na ponta da canoa, com uma vara na mão. Metade de seu corpo está dentro do rio; a outra metade, fora. Está cansado de fazer força – estão subindo o rio.

- Personagem 2: 4 (quatro) indígenas (sem roupas, apenas cobrindo suas partes íntimas) com pinturas corporais diferentes da do indígena que está na canoa. Estão na margem do rio, entre as árvores.

Característica das personagens: desconfiados, observam o rio.

- Personagem 3: 1 (um) europeu português (roupas de época colonial; usa barba) sentado em uma canoa (feita de forma artesanal; tronco de árvore cavado e sem quilha), descendo o rio Mearim.

Característica da personagem: está apreensivo, sentado na canoa.

Cenário: floresta; rio; canoa; animais silvestres.

No texto 3 e quadro 5, Teçá narra sobre como os “*marai*” – essa é uma palavra usada pela etnia Tenetehara Guajajara, da região centro sul do Maranhão, para designar os não indígenas – chegaram ali. Achemos pertinente trazer, na fala de Teçá, ao menos uma palavra na língua de seu povo. Ela também traz em sua fala o possível interesse dessa presença estrangeira pelo espaço do povo indígena, na época dos seus antepassados.

As personagens que aparecem no quadro 5 são caracterizados de acordo com o que se pode depreender das fontes analisadas. Com a personagem do europeu expedicionário, aparece a figura do indígena aliado, necessário para desbravar os caminhos pelos rios.

**Texto 4:** - *A presença daqueles homens foi se tornando cada vez mais frequente... Às vezes, trocavam as coisas com nosso povo; em outras, negociavam com outros parentes... Algumas vezes pareciam ser amigos; outras, não. Nossos ancestrais procuravam se adaptar e agir diante dessa situação. Em algumas ocasiões, procuravam ser mais próximos daqueles homens; em outras, a relação era meio conflituosa. O tempo foi passando e os conflitos foram se tornando cada vez mais comuns, porque os “*karaiw*” demonstravam, na maioria das vezes, querer tomar todas as terras e escravizar os que moravam nelas.*

## QUADRO 6:

- Personagem 1: 4 (quatro) indígenas (sem roupas, apenas cobrindo suas partes íntimas), com pintura corporal diferente da do indígena na canoa. Estão na margem do rio. Somente um deles está próximo do europeu.

Característica da personagem: desconfiados, 3 (três) observam de mais longe o europeu e seu presente. Carregam arcos e flechas, mas não ameaçam atacar. O quarto indígena está próximo do europeu, ouvindo-o.

- Personagem 2: um europeu português (roupas da época colonial; usa barba), em pé, na margem do Rio Mearim.

Característica da personagem: olhos astutos (como se levasse vantagem). Conversando, segura um tecido, que tenta negociar com os indígenas à margem.

- Personagem 3: um indígena do período colonial (sem roupas, apenas cobrindo suas partes íntimas), ao lado do europeu – usar pinturas corporais diferentes para esse indígena –. Ele deve caracterizar uma etnia diferente da dos que estão às margens

Cenário: floresta; rio; canoa; animais silvestres.

No texto 4 e quadro 6, Teçá narra as várias situações em que o contato entre indígenas e não indígenas aconteceu nos tempos dos seus ancestrais. Às vezes, momentos de negociação; em outras ocasiões, momentos de conflito. A agência indígena aparece na possibilidade de etnias diferentes assumirem posturas variadas na relação com os não indígenas. O que aparece nas personagens presentes no quadro 6 (a presença de um indígena de etnia diferente, junto ao expedicionário) representa, ali, as variadas situações em que os indígenas aparecem na História: como mão de obra assalariada no começo do século XIX; como aldeados, por vontade ou não (na maioria das vezes, não); como aliados, em momentos que lhes convinha, fosse para sobreviver, fosse por interesse, levando em consideração as guerras com outros povos, algo próprio da dinâmica das populações indígenas e de suas relações com o espaço. Eles se adaptavam à realidade que se fazia inevitável com a chegada do colono.

**Texto 5:** - *Meu pai me falou que aquilo foi se tornando um problema muito grande. O rei de Portugal e as autoridades que viviam por aqui começaram a autorizar grupos armados a fazerem expedições para conquistar em definitivo as áreas das margens do Rio Mearim. Ele disse que, naquela época, no século XIX, as autoridades diziam que as regiões com muitos indígenas eram áreas “infestadas” e as expedições que faziam deveriam “desinfestá-las”, ou seja, limpá-las.*

#### QUADRO 7:

- Personagem 1: vários indígenas (sem roupas, apenas cobrindo suas partes íntimas), com pintura corporal diferente da do indígena da canoa. Estão à margem do rio.  
Característica da personagem: zangados, carregam arcos e flechas, e ameaçam atacar.
- Personagem 2: vários europeus (roupas da época colonial; usam barba), em pé, à margem do Rio Mearim, com armas de fogo nas mãos.  
Característica da personagem: zangados, ameaçam os indígenas à margem.

Cenário: floresta; rio; canoas; animais silvestres.

Tejá mostra, no texto 5 e no quadro 7, uma situação de embate entre seus ancestrais, no século XIX, e os não indígenas, que, àquela altura, se apressavam em cumprir com seus deveres para com a Coroa Portuguesa. O imaginário sobre os indígenas era o de que eles deveriam se submeter por vontade, aldeando-se e se integrando à civilização. De outro modo, seriam “dezinfectados”, ou seja, removidos à força pelos colonos, interessados em suas terras.

**Texto 6:** - *Meus ancestrais permaneceram, ainda, durante muito tempo, naquele lugar. A terra, para os indígenas, tem um significado muito, muito importante. Além de ser o lugar de onde retiravam seu sustento, era o seu universo. Era o lugar onde se reconheciam no mundo. Por isso, lutavam e negociavam com os “karaiw”. Porém, muitas vezes, a violência da dezinfectação era grande demais para que eles e outros parentes conseguissem ficar. Isso foi fazendo com que eles comessem a se deslocar por várias regiões...*

#### QUADRO 8:

- Personagem 1: vários indígenas (sem roupas, apenas cobrindo suas partes íntimas) estão na floresta.  
Característica da personagem: alegres, comemoram com arcos e flechas para cima.
- Personagem 2: vários europeus (roupas da época colonial; usam barba) correm da floresta em direção ao rio, com armas de fogo nas mãos.  
Característica da personagem: aparentam estar com medo.
- Personagem 3: um indígena do período colonial (sem roupas, apenas cobrindo suas partes íntimas) espera os europeus na canoa – usar pinturas corporais diferentes para esse indígena –. Ele deve caracterizar uma etnia diferente da dos que estão às margens.

Cenário: floresta; rio; canoas; animais silvestres.

Tejá segue, no texto 6 e quadro 8, apresentando a luta da sua etnia e de outras etnias da região para permanecerem em suas terras. Trata de como alguns conseguiram resistir à “dezinfeção” e outros, não. Por isso, ou eles se deslocavam para outras regiões ou, às vezes, para permanecer naquelas terras, negociavam com os colonos, em conflitos diretos por meio de incursões em seus empreendimentos econômicos.

**Texto 7:** - *Não conseguindo permanecer nas terras onde viviam originalmente, de geração em geração, vários indígenas, inclusive os antepassados de nossa família, acabaram indo viver em locais diferentes dos seus, como nas vilas que foram se formando. Mesmo com o risco à sua segurança, alvos de muito preconceito por parte de muitas pessoas, muitos “karaiw” que chegaram por aqui, nós e nossos parentes fomos ocupando outros lugares, continuando a resistir e a existir, embora sempre com muita dificuldades, sob a força de leis que não nos foram favoráveis.*

#### QUADRO 9:

- Personagem 1: vários indígenas (sem roupas, apenas cobrindo suas partes íntimas) estão na floresta, fugindo dos europeus.  
Característica da personagem: aparentam estar tristes.

- Personagem 2: vários europeus (roupas da época colonial; usam tem barba) na floresta, com armas de fogo nas mãos.

Característica da personagem: aparentam estar alegres, comemorando.

Cenário: Floresta.

O texto 7 exhibe o desfecho da história dos ancestrais de Teçá, que lutaram ao longo de séculos para defender o direito de seus povos viverem nas terras que habitavam antes do não indígena. Em sua compreensão de mundo, aquelas terras correspondiam ao espaço necessário à sua sobrevivência, por isso deveriam ser defendidas e ocupadas. Esse texto, assim como os anteriores, nasce a partir das fontes usadas em nossa pesquisa, que identificam uma permanência, para além das duas primeiras décadas do século XIX, dessa movimentação de não indígenas e indígenas na Ribeira do Alto Mearim e em outras do Sertão dos Pastos Bons.

**Texto 8:** - *Nas rodas de conversa que ainda fazem na minha família, onde meus tios avós, meu avô, meus tios e meu pai contam as histórias, aprendi que foi desse jeito que chegamos até aqui. E, hoje, gosto de contar essa história também, pois é a identidade da minha família e do meu povo. Vou continuar a trajetória, contando para outras pessoas.*

#### QUADRO 10:

- Personagens: vários indígenas (com roupas modernas; ou somente as silhuetas de outras pessoas e Teçá, em destaque, ouvindo) reunidos, conversando.

Característica da personagem: aparentam estar alegres.

Cenário: zona rural, com algumas casas ao fundo – distantes umas das outras; fogueira; é noite.

O texto 8 e o quadro 10, antes dos créditos finais, apresentam personagens indígenas do século XXI e um hábito herdado por eles de seus antepassados: o compartilhamento das histórias do seu povo, para as próximas gerações. Nossa proposta, na animação, é apresentar a personagem Teçá participando mais ativamente desse momento. Contudo, sabemos que, tradicionalmente, em algumas populações indígenas, esse hábito seja relacionado aos mais velhos da comunidade ou à família que conduz as reuniões. Essa forma de apresentar o momento tem a intenção de desconstruir a representação do indígena estático no tempo, com

comportamento imutável, o que às vezes é exigido para que ele possa ser reconhecido como indígena pelos não indígenas.

A terceira etapa do processo foi a produção do *storyboard*. Após finalizarmos o roteiro, marcamos uma reunião com a produtora e fizemos a apresentação do roteiro final. Nesse momento, tiramos dúvidas sobre expressões e elementos do cenário de cada quadro. Nessa etapa, com base no roteiro, as cenas são ilustradas no *storyboard* (imagem 2), que é uma sequência de quadros parecidos com os das Histórias em Quadrinho (HQs). Depois, cada cena foi visualizada e debatida, sofrendo os ajustes necessários para a sua finalização. O resultado estava pronto para ser inserido em um programa de computador e animado quadro a quadro, produzindo os movimentos e as expressões de cada personagem, em cada segundo de duração dos quadros.



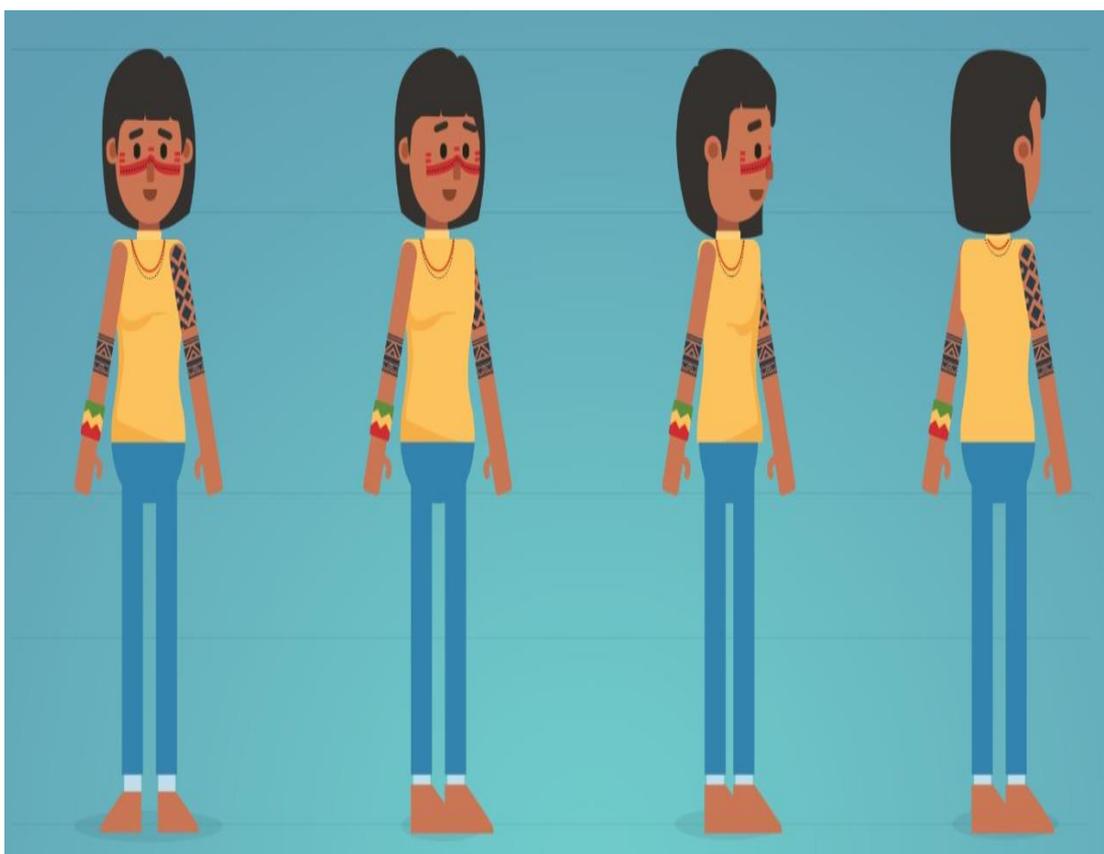
Imagem 2 – Storyboard

Fonte: autoria própria, 2021.

O processo iniciado com o *storyboard* seguiu para a próxima etapa, que consiste em “alimentar” com dados o programa de computador que é responsável pela criação da animação. Trata-se de um processo lento e muito delicado, pois precisa estar em sintonia com o roteiro. Cada expressão faz a diferença, para que se possa alcançar o objetivo final do processo. Um único movimento, dependendo de qual seja, exige a criação de várias versões da personagem, o que toma bastante tempo. No caso da nossa produção, temos vários personagens e muitos quadros (cenas) nas quais eles estão todos juntos, o que exige que seja feita a criação e a articulação de várias expressões de vários personagens, de acordo com seus lugares no roteiro. Também é necessário fazer a articulação dos personagens entre si, o que

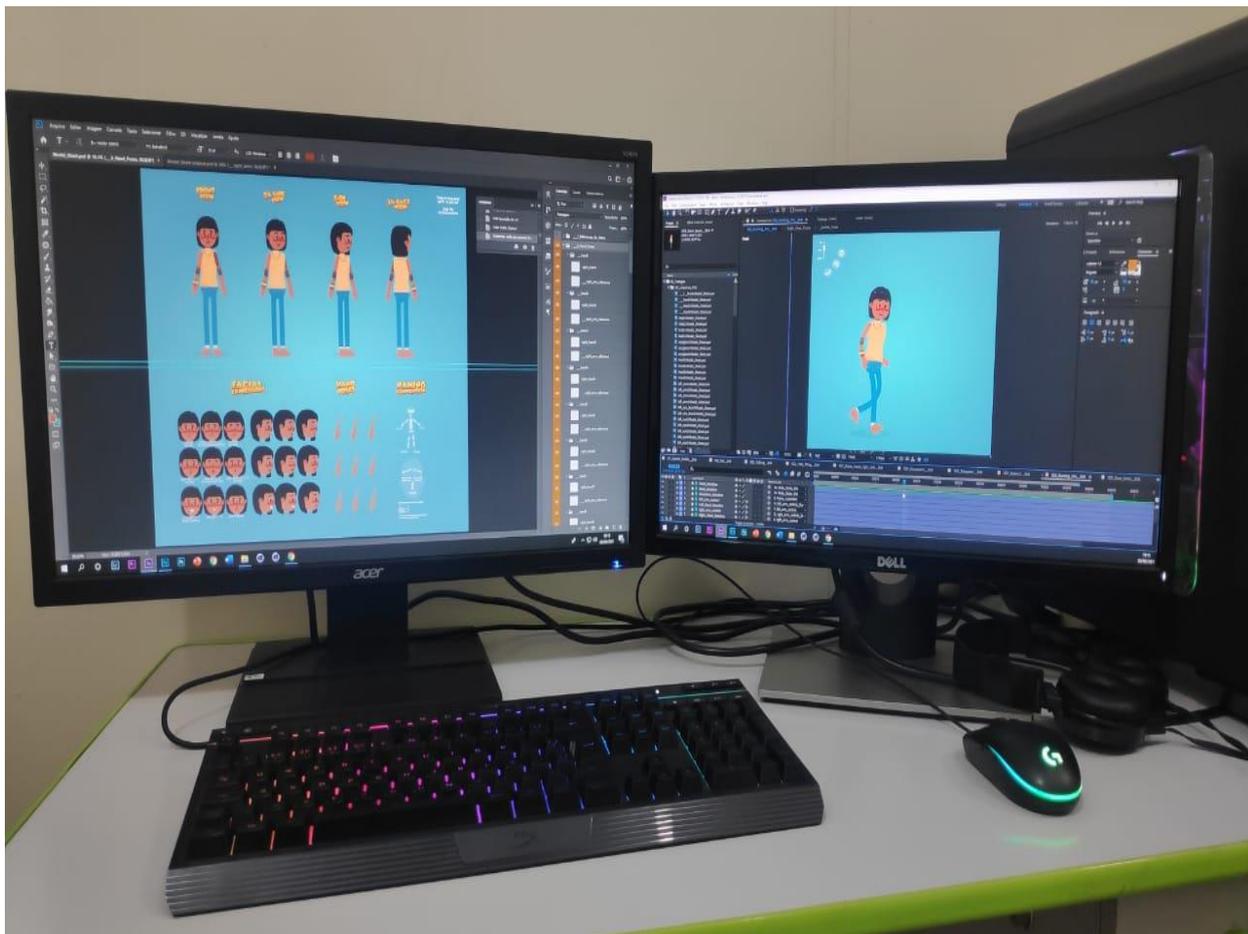
torna o processo ainda mais lento e delicado, pois a expressão errada, em desarmonia com o roteiro, retira a personagem da cena. Essa etapa foi operacionalizada pela produtora sob nossa supervisão, demandando acompanhamento presencial para tornar o processo mais célere, pois, do contrário, teríamos que usar a comunicação remota (satisfatória, em algumas etapas), que pode acarretar perdas na análise das expressões. Na imagem 3, mostramos um momento da criação de um movimento da personagem Teçá.

Imagem 3 – Telas para aprovação de ângulos



Fonte: Cactus comunicações, 2021.

Imagem 4 – Produção das expressões da Teçá / Produção técnica: Cactus Comunicações



Fonte: autoria própria, 2021.

A próxima etapa foi pensar a sonorização da animação (imagem 4). Em reunião com a produtora, manifestamos o desejo de usar a voz de uma indígena Tenetehara Guajajara, o que demandaria não somente a escolha da dubladora, mas também um teste de voz e de interpretação em estúdio. No momento em que pensamos o produto educacional, em 2018, e o seu formato, cogitamos convidar para participar do projeto os discentes indígenas do IFMA Campus Grajaú. Seriam feitos, portanto, testes de voz e de interpretação a partir de um projeto de ensino. Contudo, a pandemia do COVID-19 inviabilizou esses planos. Dessa maneira, ainda com as atividades presencial suspensas no IFMA no ano letivo de 2021, tentamos localizar uma jovem indígena em Barra do Corda - MA que pudesse, talvez, aceitar essa empreitada. Sem a relação de proximidade estabelecida em sala de aula, nosso convite foi recusado pelas poucas opções contatáveis. Fomos, então, em busca da única solução possível nesse cenário: utilizar um banco de dubladores de animações. Escolhemos dois dubladores: um masculino, para o narrador da abertura; e uma feminina, para a personagem Teçá, a narradora principal da animação.

Após a escolha das vozes, passamos à etapa da mixagem, articulando voz e imagens. Trata-se de outro momento tenso, pois exige um nível de precisão elevado. O menor dos erros pode deixar a cena sem sentido. Fizemos muitas provas e ajustes durante esse processo, até sons e imagens estarem totalmente sincronizados e a animação, assim, finalizada.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Começar uma pesquisa, gestar a ideia e amadurecê-la, durante a sua realização, é um processo que nos envolve não somente na esfera acadêmica, mas, para além, nos envolve como um todo, desde a euforia dos primeiros contatos com as fontes, passando pelas dificuldades inerentes à efetivação do método escolhido, até esse momento: o de trazer as considerações ditas finais sobre o trabalho.

Apresentamos um dos vários Sertões da Capitania do Maranhão no primeiro capítulo, o Sertão dos Pastos Bons e, mais especificamente, a Ribeira do Alto Mearim, nas duas primeiras décadas do século XIX. Como o termo Sertão apresenta uma carga simbólica para seus habitantes indígenas, caracterizamos seus elementos naturais e discutimos sua relevância para o contexto das relações entre indígenas e não indígenas. As ribeiras, o relevo, a vegetação: tudo isso demonstra um potencial econômico significativo que atraiu a atenção da Coroa Portuguesa. A Ribeira do Alto Mearim apareceu como uma possibilidade lucrativa e demandou estratégias de conquista e de ocupação a partir da ideia de “dezinfestação” do espaço.

O segundo capítulo, intitulado “Dezinfestação”: disputas pelo espaço no Sertão da Capitania do Maranhão, aborda o fato de os indígenas aparecerem como agentes nas disputas pelas terras ao longo da Ribeira do Alto Mearim, em defesa do seu direito de existir, das suas terras e suas famílias. Propusemos a problematização sobre o sentido do termo “dezinfestação”, assim como dos correlatos “infestação” ou “infestado”, que apareceram nas fontes dos agentes coloniais com o sentido de “limpeza” do espaço a ser colonizado. Esse imaginário do colono trouxe, ao trato com os indígenas, uma liberdade de ações de violências físicas e simbólicas, assumindo o discurso de civilizado e impondo o lugar de inferior aos indígenas, como na ação estatal de guerrear, visando à concretização de seus projetos para o Sertão dos Pastos Bons. A partir das fontes, trouxemos algumas etnias indígenas da região dos Sertões dos Pastos Bons, em várias Ribeiras, como, por exemplo, a do Mearim e as de outras ribeiras próximas, como a do Grajaú. Buscamos evidenciar suas dinâmicas nas relações com os colonos.

No terceiro capítulo, Agências indígenas e colonização do espaço da Capitania do Maranhão, refletimos acerca da legislação relacionada ao indígena no final do século XVIII e início do século XIX, no qual se percebeu que nem sempre a lei determinou as relações entre

os habitantes da Ribeira do Alto Mearim, nos Sertões dos Pastos Bons. Na verdade, o inverso era mais comum de acontecer: a flexibilização das leis em função dos agentes envolvidos no contexto, incluídos, aí, os povos indígenas. Isso é possível de ser observado no item que analisa as relações entre indígenas e não indígenas. Salientamos o papel da igreja na colonização do centro sul maranhense, mostrando como a ação dos missionários também era impactada pelas reações dos indígenas à imposição religiosa. Ao mesmo tempo, os missionários eram alvo de pressões de outras parcelas da população, que demandavam por mão de obra indígena.

Assim, também, lançamos um olhar para os militares e suas funções no Sertão. Apresentamos informações sobre como naquela sociedade sertaneja colonial, para além da segurança, os militares exerciam um poder de segurança e de expedicionários de reconhecimento e de demarcação de fronteiras, como foi o caso de Francisco de Paula Ribeiro. Exerciam, também, funções de auxílio administrativo aos governadores da Capitania, ajudando a fundar vilas e a realizar outras ações. Juntamente com a igreja, em caso de falha da tática diplomática desta última, os militares tratavam com os indígenas a partir da ideia de “dezinfestação”, tirando do caminho o que estava atrapalhando o avanço de suas ações.

Problematizamos a “dezinfestação” e a resistência indígena na Ribeira do Alto Mearim e demonstramos como a ideia de avançar com a colonização, limpando as terras do Alto Mearim, submetendo culturalmente ou usando violência física contra as populações indígenas habitantes desse espaço, encontrou obstáculos. Essas populações possuíam suas dinâmicas internas e agiam de acordo com seus interesses, individuais e coletivos, buscando sempre existir naquele espaço dos Sertões, mesmo com a chegada do colono. Sua agência influenciava na organização daquela sociedade. As fronteiras não se alargavam com facilidade. Eram feitas por meio de alianças e, às vezes, de conflitos.

Identificamos que a resistência vinha, por vezes, de forma simbólica, com o não cumprimento das imposições da cultura não indígena, como os casamentos, abandonando-se os seus ritos. Outras vezes, a resistência se manifestava por meio do uso das estruturas nas quais os indígenas eram obrigados a estar inseridos, como os aldeamentos, as missões ou as vilas. Em outras ocasiões, ainda, a resistência assumia a forma da busca por direitos adquiridos como súditos da Coroa Portuguesa, como o direito à liberdade, mesmo que esta significasse um engajamento dentro do mundo não indígena. E, por vezes, a resistência tinha que se manifestar por meio da violência física, como nos enfrentamentos diretos nas guerras

contra os colonos ou contra outras populações indígenas aliadas a estes últimos. Situações nas quais os resultados esperados eram: a liberdade, em caso de conseguirem sobreviver; a escravidão, destino mais certo em momentos de necessidade da mão de obra; ou, por fim, a morte.

No quarto e último capítulo, tratamos do Produto Educacional, uma animação intitulada “Raízes de Teçá”. Com esse trabalho, pretendemos alcançar a sociedade maranhense contemporânea, trilhando os caminhos da sala de aula e possibilitando, assim, o acesso aos resultados dessa pesquisa. Mostramos como nasceu a ideia do formato do produto e como foi todo o processo de criação e de produção. Como os resultados da pesquisa foram adaptados para o forma de roteiro, realizamos um processo muito complicado, devido às diferenças entre os formatos. Uma animação precisa ter uma adaptação de tempo ao propósito a que se destina e, como pretendemos que essa animação seja usada por alunos e professores, em salas de aula, de preferência, isso exigiu que o tempo fosse limitado a 7 (sete) minutos. A esse respeito, é importante esclarecer que o tempo realmente foi um empecilho durante esse trabalho, pois, devido à pandemia, tivemos dificuldades com a produção técnica. Superados os percalços, finalizamos a animação.

Esperamos que essa pesquisa possa circular livremente em todos os espaços e que leve reflexão, mudança (quando necessária) e ação a quem tiver contato com ela. Esperamos também que ela possa contribuir para os estudos da temática indígena no Maranhão e que sirva para subsidiar, nas salas de aula (das quais sou parte), um debate sobre a agência das populações indígenas de forma mais sistemática, para além da América Portuguesa. Precisamos de mais indígenas ocupando os espaços que quiserem ocupar. No entanto, a luta do presente deve ter os olhos no passado, para que se possa também ocupar o espaço, na História do Brasil, da identidade da sociedade brasileira.

Como poderemos estar nas salas de aula de história, falando em fazer formação cidadã, falando em multicultural, em respeito à diversidade, em educação para todos, se temos uma parcela significativa da população brasileira que utiliza materiais didáticos, ou assiste à televisão, ao cinema, ouve música, lê um livro de literatura, e não se reconhece nesses espaços? É preciso ouvir essas pessoas! A produção historiográfica sobre a temática indígena precisa investigar as ações desses povos, suas dinâmicas ao longo dos séculos de contato com o não indígena. E, mais que isso, precisa sair das prateleiras e ganhar visibilidade fora das

academias. Pretendemos seguir pesquisando sobre a temática indígena e esperamos realmente contribuir para a mudança.

## REFERÊNCIAS

### Documentos

- APEM. Secretaria de Governo. 1787-1789. [S.l.:s.n.], Códice 1, Livro 1, [18--]c.
- APEM. Secretaria de Governo. Registros de ofícios e portarias do governador e capitão general da Capitania do Maranhão (1819-1820). [S.l.:s.n.], n. 18, [19--]a.
- APEM. Secretaria do Governo. (1738-1914). [S.l.:s.n.]. Livro n. 52, [20--]a.
- APEM. Secretaria do Governo. 1787-1914. [S.l.:s.n.], Subsérie 01. Livro 57, [20--]b. Série 9.
- APEM. Secretaria do Governo. 1798-1802. [S.l.:s.n.], Livro n.1, [18--]d.
- APEM. Secretaria do Governo. Livro de registro dos assentos, despachos e sentenças que se determinarem em cada Junta de Missões na cidade de São Luís do Maranhão 1738-1777. [S.l.:s.n.], Códice 1, Livro n. 1, [18--]b.
- APEM. Secretaria do Governo. Registro de Correspondência do Governo do Maranhão com diversas autoridades. Livro de registro da correspondência do Governador e Capitão-General com diversas autoridades da Côrte (1811-1821). [S.l.:s.n.], Livro n. 290, [19--]b.
- APEM. Secretaria do Governo. Registros Gerais. Livro de registro das ordens de Sua Majestade e suas respostas avisos, cartas régias, respostas de avisos, contas, provisões, confirmações de data e sesmaria, ordens e nomeações 1771-1778. [S.l.:s.n.], Livro n. 11, [18--]f.
- APEM. Secretaria do Governo. Registros Gerais. Livro de registro das ordens de Sua Majestade e suas respostas avisos, cartas régias, respostas de avisos, contas, provisões, confirmações de data e sesmaria, ordens e nomeações 1771-1778. [S.l.:s.n.], Livro n. 12. [18--]e.
- APEM. Secretaria do Governo. Registros Gerais. Livro de registro das Ordens de Sua Majestade, suas respostas e contas dadas pelo Governador e Capitão General cartas, provisões e respostas de ofícios. 1784-1787. [S.l.:s.n.], Livro n. 13, [18--]a.

### Bibliografia

- ABUD, Katia Maria. Ensino de História e Base Nacional Comum Curricular: desafios, incertezas e possibilidades. *In*: RIBEIRO JÚNIOR, Halferd Carlos; VELÈRIO, Mairon Escorsi. **Ensino de História e Currículo**. Reflexões sobre a Base Nacional Curricular, formação de professores e prática de ensino. Jundiaí: Paco Editoria, 2017. p. 13-26.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4. ed. Recife: FJN, 2009. 340 p.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas**: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

ALMEIDA, Rita Heloísa de. **O Diretório dos Índios**: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145-151, 1995.

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentidos. In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia. **Memória e (res) sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: UNICAMP, 2004, p. 15 a 36.

ARENZ, Karl Heinz. Lacaios ou líderes: os principais indígenas nos aldeamentos jesuíticos da Amazônia portuguesa (século XVII). In: CHAMBOULEYRON, Rafael; SOUZA JÚNIOR, José Alves de. **Novos Olhares sobre a Amazônia Colonial**. 1. ed. Belém: Paka-Tatu, 2016.

AZEVEDO, Crislane Barbosa; STAMATTO, Maria Inês Sucupira. Teoria historiográfica e prática pedagógica: as correntes de pensamento que influenciaram o ensino de história no Brasil. **Antíteses**, [s.l.], v. 3, n. 6, p. 703-728, 2010.

BACZKO, B. Imaginação social. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. **Antropos-Homem**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985. p. 296-332.

BACZKO, B. Imaginação social. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. **Antropos-Homem**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985. p. 296-332.

BARROS, José D'Assunção. Memórias e História: uma relação na confluência entre tempo e espaço. **Mouseion**, [s.l.], v. 3, n. 5, 2009.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2011.

BLOCH, Leopold Benjamin. **1886-1944**: a apologia da história, ou, o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino**: aulico, anatomico, architectonico... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. [18--]. 8 v. Disponível em:

<https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/vocabulario-portuguez-latino-aulico-anatomico-architectonico/>. Acesso em: 15 jul. 2020.

BOLFE, Édson Luis *et. al.* Banco de Dados Geoespaciais do Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão. **Zoneamento ecológico econômico do Maranhão**, [s.l.], [21--]. Relatório. Disponível em: <http://www.zee.ma.gov.br/src/upload/relatorios/Banco-de-Dados-Geoespaciais-do-Macrozoneamento-Ecol%C3%B3gico-Econ%C3%B4mico-do-Estado-do-Maranh%C3%A3o>. Acesso em: 2 abr. 2021.

BOMBARDI, Fernanda Aires. CHAMBOULEYRON, Rafael. MELO, Vanice Siqueira de. O “estrondo das armas”: Violência, guerra e trabalho indígena na Amazônia (séculos XVI). **Projeto História**, São Paulo, n.39, p. 115-137, 2009.

BOMBARDI, Fernanda Aires. **Pelos interstícios do olhar do colonizador**: descimentos de índios no estado do Maranhão e Grão Pará (1680-1750). Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

BOURDIER, Pierre. **O poder simbólico**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRANDES, Galeno E. **Barra do Corda na História do Maranhão**. São Luís: SIOGE, 1994.

BRASIL. [homepage saúde]. **Gov.br**, [2021]. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#o-que-e-covid>. Acesso em: 5 jun 2021.

BRASIL. **Coleção de Leis do Império do Brasil**. [S.l.:s.n.], 1808. 1 v. Publicação Original. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg\\_sn/antioresa1824/cartaregia-40169-13-maio-1808-572129-publicacaooriginal-95256-pe.html](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg_sn/antioresa1824/cartaregia-40169-13-maio-1808-572129-publicacaooriginal-95256-pe.html). Acesso em: 2 fev. 2021.

BRASIL. Decreto nº 26, de 4 de fevereiro de 1991. Dispõe sobre a Educação Indígena no Brasil. **DOU**: Brasília, 5 de fevereiro de 1991. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D0026.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0026.htm). Acesso em: 14 jun. 2019.

BRASIL. Decreto nº 63.223, de 6 de setembro de 1968. Promulga a convenção relativa à luta contra a discriminação no campo do ensino. **DOU**: Brasília, 10 de setembro de 1968, seção 1, p. 8026. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-63223-6-setembro-1968-404776-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 jul. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "história e cultura afro-brasileira e indígena". **DOU**: Brasília, p. 1, 2008. Disponível em: [http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw\\_Identificacao/lei%2011.645-2008?OpenDocument](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2011.645-2008?OpenDocument). Acesso em: 20 jun. 2019.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **DOU**: Brasília, 23 de dezembro de 1996, p. 27833, 1966. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 20 jun. 2019.

BURKE, Peter. História como memória social. *In*: BURKE, Peter. **Variedades de história cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 67-89.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do gado**: conquista e ocupação do Sul do Maranhão. 2. ed. São Luís: EDUFMA, 2008. Coleção humanidades.

CAIMI, Flávia Eloísa. O livro didático de história e suas imperfeições: repercussões do PNLD após 20 anos. *In*: ROCHA, Helenice; REZNIK, Luís; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. **Livros didáticos de história**: entre políticas e narrativa. Rio de Janeiro: FGV, 2017. p. 33-54.

CANCELA, Francisco Eduardo Torres. **De projeto a processo colonial**: índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga capitania de Porto Seguro (1763-1808). 2012. 338 f. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

CARDOSO, Ciro Flamarion S.; BRINGNOLI, Hector Perez. **Os Métodos da História**. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

CARTA da costa da província do Maranhão, levantada por observações astronômicas e trigonométricas, acompanhada de um Roteiro e descrição hidrográfica da mesma costa. [S.l.:s.n.], 1823.

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. A construção dos índios pelo Ocidente e seus corpos indomados (Amazônia, séculos XVII e XVIII). *In*: SOUZA, Fábio Feltrin de; WITTMANN, Luisa Tombini. (org.). **Protagonismo indígena na história**. Tubarão, SC: Copiart, 2016.

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz. Índios Cristãos no cotidiano das colônias do Norte (séculos XVII e XVIII). **Revista de História**, São Paulo, n. 168, p. 69-99, 2013.

CARVALHO, Carlota. **O Sertão**: Subsídios para a História e a Geografia do Brasil. 3. ed. Teresina: Editora da UFPI, 2011.

CARVALHO, J. M. **A formação das almas**: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, João Renôr Ferreira de. **Momentos de história da Amazônia**. Imperatriz: Ética, 1998.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CHAMBOULEYRON, Rafael *et al.* ‘O estrondo das armas’: violência, guerra e trabalho indígena na Amazônia (séculos XVII e XVIII). **Projeto História**, São Paulo, n. 39, p. 117, 2009.

CHAMBOULEYRON, Rafael. “Como se hace en Indias de Castilla”. El cacao entre la Amazonía portuguesa y las Indias de Castilla (siglos XVII y XVIII). **Revista Complutense de Historia de América**, [s.l.], v. 40, p. 23-43, 2014.

CHAMBOULEYRON, Rafael. A prática dos sertões na Amazônia colonial (século XVII). **Outros Tempos**, [s.l.], v. 10, n. 15, p. 72-99. 2013.

CHAMBOULEYRON, Rafael. **Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial** (1640-1706). Belém: Açaí, 2010.

CHAMBOULEYRON, Rafael; MELO, Vanice Siqueira d. A prática dos sertões na Amazônia colonial (século XVII). **Outros Tempos**, São Luís, v. 10, n. 15, p. 79-99, 2013.

COELHO NETTO, Eloy. **Geo-História do Maranhão**. São Luís: SIOGE. 1985.

COELHO, Elizabeth Maria Beserra. **Territórios em confronto: a dinâmica das disputas pela terra entre índios e brancos no Maranhão**. São Paulo: HUCITEC, 2002.

COELHO, Geraldo Mártires. Viera, índios e negros: cultura e trabalho no Maranhão e Grão-Pará seiscentista. *In*: CHAMBOULEYRON, Rafael; SOUZA JÚNIOR, José Alves de. (Org.). **Novos Olhares sobre a Amazônia Colonial**. 1. ed. Belém: Paka-Tatu, 2016.

COELHO, Mauro Cezar. **Do sertão para o Mar: um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: o caso do Diretório dos Índios (1758-1798)**. 2006. 443 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

COELHO, Mauro Cezar. **Do sertão para o mar: um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da colônia: o caso do diretório dos índios (1751 -1798)**. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

COELHO, Mauro Cezar; ROCHA, Helenice Aparecida Bastos. Paradoxos do protagonismo indígena na escrita escolar da História do Brasil. **Revista Tempo & Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 25, p. 464-488, jul./set. 2018. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310252018464>. Acesso em: 18 dez. 2020.

CORRÊA, Helidacy Maria Muniz. Rio de histórias e de lágrimas: rio Mearim, cidade de Arari (Maranhão/Brasil) e seus ribeirinhos. *In*: SILVA, Carlos Guardado da. (Org.). **Caminhos do Rio: Rios das Grandes Civilizações**. Turre Veteras: Editora Colibri, 2019.

COSTA, João Paulo Peixoto. **Na lei e na guerra:** políticas indígenas e indigenista no Ceará (1798-1845). Teresina: EDUFPI, 2018.

CRISTÓVÃO, Fernando. A transfiguração da realidade sertaneja e a sua passagem a mito: a divina comédia do sertão. **Revista da USP**, São Paulo, n. 20, p. 42-53, 1994.

CRUZ, Miguel Dantas da. A militarização do território no Brasil Meridional (c. 1766-1800). In: MACHADO, Marina; MOTTA, Márcia; SERRÃO, José Vicente. (Org.). **Em terras lusas:** conflitos e fronteiras no Império Português. Vinhedo, Editora Horizonte, 2013.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Campanha de Canudos, 2002.

CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DAVIES, Nicholas. A política educacional nos governos do PT no Brasil: continuidades ou descontinuidades em relação aos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC)? **Revista HISTEDBR On-line**, [s.l.], v. 16, n. 67, p. 39, 2016.

DICIO. Significado de desinfetar. **Dicio**, c2021. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/desinfestar/>. Acesso em: 14 jul. 2020.

DOMINGUES, Ângela. **Quando os índios eram vassalos:** colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII. Lisboa: CNCDP, 2000. Coleção Outras Margens.

DORNELLES, Soraia Sales. A história em As vítimas do bugre, ou como tornar-se bugre na História. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 18, n. 34, p. 245-278, 2011.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador:** uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1990. 1 v.

EVERTON, Carlos Eduardo Penha. **Hoje e amanhã celebri a história para encarnar-vos no povo:** os embates de memória sobre o conflito do Alto Alegre. 2016. 192 f. Dissertação (Mestrado em História, Ensino e Narrativas) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2016.

FARAGE, Nádia. **As muralhas dos sertões:** os povos indígenas no Rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

FARIA, Regina Helena Martins de. **Mundos dos trabalhos no Maranhão oitocentista:** descaminhos da liberdade. São Luís: Edufma, 2012.

FEITOSA, Antônio Cordeiro; TROVÃO, José Ribamar. **Atlas Escolar do Maranhão:** espaço geo-histórico e cultural. João Pessoa: Editora Grafset, 2006.

FERNANDES, Fernando Roque. Territorialidades coloniais: agentes internos e externos na conformação das fronteiras amazônicas (século XVII). **Canoa do Tempo**, [s.l.], v. 11, n. 1, p. 78-103, 2019.

FERREIRA, André Luís Beserra. Modos de viver: A administração portuguesa e a legislação indigenista na Amazônia (1680-1757). **Revista Habitus**, Goiânia, v. 17, n. 2. p. 414-429, 2019.

FERREIRA, André Luís Beserra. **Nas malhas das liberdades**: o Tribunal da Junta das Missões e o governo dos índios na Capitania do Maranhão (1720-1757). 2017. 205 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará. Belém, 2017.

FERREIRA, Rodrigo de Almeida. **Luz, câmera e história!**: práticas de ensino com cinema. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Ministério da Educação. **Programa Nacional do Livro Didático**: Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/livro-didatico/guia-do-livro-didatico/item/11148-guia-pnld-2018>. Acesso em: 25 mar. 2019.

GOMES, Mércio Pereira. **O Índio na História**: o povo Tenetehara em busca de liberdade. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.

GOMES, Robeilton de Souza. “**Na forma que sua majestade permitir**”: Legislação indigenista e conflito. Uma leitura sobre a Lei de liberdade dos índios de 1755. 2013. 167 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

GONZAGA, João Bernardino. **O direito penal indígena à época do Descobrimento do Brasil**. São Paulo: Editor Max Limonad, 1971.

GUAJAJARA, Sônia. Em entrevista para Carolina Franco. Sônia Guajajara: “A ancestralidade sempre ensinou que o sentido da vida é o coletivo”. **Shifter**, 2020. Disponível em: <https://shifter.sapo.pt/2020/05/sonia-guajajara-entrevista/>. Acesso em: 2 abr. 2021.

LAGER, Protásio Paulo. **A aldeia de Nossa Senhora dos Anjos**: a resistência do Guarani-Missioneiro ao processo de dominação do sistema colonial luso (1762-1798). Porto Alegre: Est. Edições, 1997.

LAGO, Antônio Bernardino Pereira do. **Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, [1822].

LIMA, Carlos de. **História do Maranhão**. 2. ed. São Luís: Instituto Geia, 2006.

LIMA, Luís Filipe Silvério. Civil, civilidade, civilizar, civilização: história de usos, significados e tensões dos conceitos no Império Português. Séc. XVI-XVIII. *In*: Simpósio

Nacional de História – ANPUH, 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]**, São Paulo: [s.n.], p. 1-29, 2011. Disponível em:  
[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300480148\\_ARQUIVO\\_anpuh2011-civilizacao.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300480148_ARQUIVO_anpuh2011-civilizacao.pdf). Acesso em: 2 abr. 2020.

LIMA, Nísia Trindade. **Um grande sertão chamado Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

MACHADO, Marina Monteiro. **Entre fronteiras: posses e terras indígenas nos sertões** (Rio de Janeiro, 1790-1824). Guarapuava: Unicentro, 2012.

MAGALHAES, W. L. O imaginário social como um campo de disputas: um diálogo entre Baczko e Bourdieu. **Albuquerque**, [s.l.], v. 8, n. 16, p. 92-110, 2016.

RIBEIRO, Francisco de Pádua. MAPPA geographico da Capitania do Maranhão (Ribeiro 1819). **Etnolinguística**, [21--]. Disponível em: <http://etnolinguistica.wikidot.com/imagem:4>. Acesso: 5 jan. 2021.

MARANHÃO. Arquivo Público do Estado. Repertório de documentos para a História indígena no Maranhão. São Luís, SECMA, 1997.

MARTINS, Maria Cristina Bohn. As sociedades indígenas, a história e a escola. **Antíteses**, vol. 2, n. 3, p. 153-167, 2009. Disponível em:  
<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>. Acesso em: 3 maio 2019.

MASTROGREGORI, Massimo. Historiografia e tradição das lembranças. *In*: MALERBA, Jurandir. (Org.). **A História Escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006.

MELLO, Márcia Eliane. Desvendando outras Franciscas: Mulheres Cativas e as ações de liberdade na Amazônia colonial portuguesa. **Portuguese Studies Review**, Toronto, v. 13, n. 1, p. 1-16, 2005.

MELO NETO, João Cabral de. **Morte e vida Severina**. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1994.

MELO, Vanice Siqueira de. **Cruentas guerras: índios e portugueses no sertão do Maranhão e Piauí** (primeira metade do século XVIII). 2011. 157 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará. Belém, 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base. Brasília: Ministério da Educação, [2017]. Disponível em:  
[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=79611-anexo-texto-bncc-aprovado-em-15-12-17-pdf&category\\_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79611-anexo-texto-bncc-aprovado-em-15-12-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 15 jul, 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica Documento MEC**. Brasília: Ministério da Educação, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>. Acesso em: 25 jul. 2019.

MONDAINI, Marco. Direitos Humanos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Novos temas nas aulas de história**. São Paulo: Contexto, 2010.

MONTEIRO, J. M. 1994. **Tupis, tapuias e historiadores**: estudos de história indígena e do indigenismo. Campinas: Departamento de Antropologia, 2001. 300 p. (tese de livre docência)

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. Companhia das Letras, 1994.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Colonialismo, policiamento dos costumes e protagonismo indígena (Espírito Santo, 1750-1822). *In*: SOUZA, Fábio Feltrin de; WITTMANN, Luisa Tombini. (Org.). **Protagonismo indígena na história**. Tubarão, SC: Copiart, 2016.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Kruk, Kuruk, Kuruca: genocídio e tráfico de crianças no Brasil imperial. **História Unisinos**, [s.l.], v. 24, n. 3, p. 390-404, 2020. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/hist.2020.243.05/60747973>. Acesso em: 2 abr. 2021.

MOTTA, Márcia; SERRÃO, José Vicente; MACHADO, Marina. (Org.). **Em terras lusas**: conflitos e fronteiras no Império Português. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

NUGEO. [homepage]. **Nugeo**, [2021]. Disponível em: <https://www.nugeo.uema.br/>. Acesso em: 20 jun. 2020.

OBERMAIER, Franz. Documentos inéditos para a história do Maranhão e do Nordeste na obra do capuchinho Yves d'Evreux Suite de l'histoire (1615). **Ciências Humanas**, Belém, v. 1, n. 1, p. 195-251, 2005.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. V, p. 195-215, 1998.

PACHÊCO FILHO, Alan Kardec Gomes. Francisco de Paula Ribeiro e os rios do sertão maranhense. *In*: SILVA, Carlos Guardado da. **Caminhos do rio**: rios das grandes civilizações. Lisboa: Edições Colibri, 2019. p. 99-113.

PACHÊCO FILHO, Alan Kardec Gomes. Um Sertão de Águas e de Letras. **Outros Tempos**, [s.l.], v. 11, n. 17, p. 35-52, 2014.

PACHÊCO FILHO, Alan Kardec Gomes. **Varando Mundos: navegação no vale do rio Grajaú**. São Luís: Ed. Uema, 2016.

PEQUENOS CIENTISTAS. Biomas Maranhenses. **Ciências colmeia**, 2010. Disponível em: <https://cienciascolmeia.blogspot.com/2010/06/biomas-maranhenses.html>. Acesso em: 2 abr. 2021.

PEREIRA, Nilton Mullet; RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. Ensino de História e passado prático: notas sobre a BNCC. *In*: RIBEIRO JÚNIOR, Halferd Carlos; VELÊRIO, Mairon Escorsi. **Ensino de História e Currículo: reflexões sobre a base nacional curricular, formação de professores e prática de ensino**. Jundiaí: Paco Editoria, 2017, p. 27-46.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (século XVI a XVIII). *In*: CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 29, 1995.

PIOLLI, Evaldo; SILVA, Eduardo Pinto; HELEOANI, José Roberto M. Plano Nacional de Educação, autonomia controlada e adoecimento do professor. **Caderno CEDES**, Campinas, v. 35, n. 97, p. 589-607, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v35n97/1678-7110-ccedes-35-97-00589.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2019.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POMPA, Cristina. **Religião como Tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil Colonial**. Bauru: Edusc, 2003.

PUNTONI, Pedro. **A guerra dos bárbaros**. São Paulo, Fapesp/Hucitec/Edusp, 2002.

RAMINELLI, Ronald J. Serviços e mercês de vassalos da América portuguesa. **Historia y Sociedad**, [s.l.], n. 12, p. 107-131, 2006.

RAMOS, André R. F. A escravidão do indígena, entre o mito e novas perspectivas de debates. **Revista de Estudos e Pesquisas**, Brasília, v.1, n.1, p. 241-265, 2004.

RIBEIRO, Francisco de Paula. Descrição do território de Pastos Bons nos sertões do Maranhão. *In*: FRANKLIN, Adalberto; CARVALHO, João Renôr F. de. **Francisco de Paula Ribeiro: desbravador dos sertões de Pastos Bons: a base geográfica e humana do sul do Maranhão**. Imperatriz, MA: Ética, 2007.

RIBEIRO, Francisco de Paula. Descrição do Território dos Pastos Bons; Propriedades dos seus terrenos, suas produções, caráter dos seus habitantes colonos, e estado atual dos seus estabelecimentos. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, n. 12, p. 41-86, 1849.

RIBEIRO, Francisco de Paula. Memória sobre as Nações Gentias que presentemente habitam o continente do Maranhão. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, p. 184-197, 1841.

RIBEIRO, Francisco de Paula. **Memórias dos sertões maranhenses**: reunidas aos cuidados de Manoel de Jesus Barros Martins. São Paulo: Siciliano, 2002.

RIBEIRO, Francisco de Paula. Roteiro da viagem que fez o capitão Francisco de Paula Ribeiro às fronteiras da Capitania do Maranhão e da de Goiás no ano de 1815. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, p. 5-80, 1870.

SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. “Vossa excelência mandará o que for servido...”: políticas indígenas e indigenistas na Amazônia portuguesa do final do século XVIII. **Tempo**, [s.l.], v. 12, n. 23, p. 1-9, 2007.

SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. **Espelhos partidos**: etnia, legislação e desigualdade na Colônia. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2011.

SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. Política indigenista no Brasil imperial. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (org.). **O Brasil Imperial**: 1808-1831. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2009. 1 v.

SANTOS, Fabricio Lyrio. A “civilização dos índios” no século XVIII: da legislação pombalina ao “Plano” de Domingos Barreto. **Revista de História**. São Paulo, USP, n. 170, p. 233-260, jan.-jun., 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i170p233-260>. Acesso em: 15 nov. 2019.

SANTOS, Raimundo Lima dos. O sertão inventado: a percepção dos sertões maranhenses pelo olhar de Francisco de Paula Ribeiro. **Diálogos latino-americanos**, [s.l.], v. 19, p. 119-145, 2012.

SAVIANI, Dermeval. Organização da Educação Nacional: sistema e Conselho Nacional de Educação, plano e fórum nacional de educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 769-787, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n112/07.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2019.

SBRANA, Darlan Rodrigo. **A galha da figueira branca e o carvalho**: alvorecer do Maranhão colonial a partir das representações a respeito dos chefes tupinambás (1603-1619). 2017. 311 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História/CCH, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

SIGITE. [homepage]. **Sigite**, [2021]. Disponível em: <https://sigite.sagrima.ma.gov.br/>. Disponível em: 7 maio 2021.

SILVA, Giovani José da. COSTA; Anna Maria Ribeiro F. M. da. **Histórias e culturas indígenas na educação básica**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

SOUZA, Candice Vidal de. A pátria geográfica: o espaço vazio e a nacionalidade. *In*: SENA, Custódia Selma; SUÁREZ, Mireya (org.). **Sentidos do Sertão**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2011.

SOUZA, Candice Vidal de. Fronteira no pensamento social brasileiro: o sertão nacionalizado. **Sociedade e Cultura Revista de Pesquisas e Debates em Ciências Sociais**, Belo Horizonte, 1988, p. 55-61, 1998.

SPOSITO, Fernanda. Políticas ameríndias, políticas indigenistas (Américas portuguesa e espanhola, séculos XVI a XVIII). *In*: SOUZA, Fábio Feltrin de; WITTMANN, Luisa TOMBINI. (org.). **Protagonismo indígena na história**. Tubarão, SC: Copiart, 2016.

ZANONNI, Cláudio. **Conflito e Coesão**: o dinamismo Tenetehara. Brasília: Conselho Indigenista Missionário (CIMI), 1999.